

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA

BAZAR OIÓ:
UMA LIVRARIA, UM LIVREIRO E UM CAMPO LITERÁRIO

LÚCIA TORMIN MOLLO

Brasília

Dezembro de 2016

LÚCIA TORMIN MOLLO

BAZAR OIÓ:

UMA LIVRARIA, UM LIVREIRO E UM CAMPO LITERÁRIO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Literatura.

Orientador: Prof. Dr. Anderson Luís Nunes da Mata

Brasília

Dezembro de 2016

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Anderson Luís Nunes da Mata
Universidade de Brasília - Presidente

Profª. Dra. Rebecca J. Atencio
Universidade de Tulane – Membro Externo

Prof. Dr. Paulo C. Thomaz
Universidade de Brasília – Membro Interno

Prof. Dr. Pedro Mandagará
Universidade de Brasília – Suplente

Engraçado como a distância física nos aproximou mais do que nunca, né, vô?

Esta pesquisa é dedicada a você e à vovó Francisquinha.

AGRADECIMENTOS

Ao meu marido, meu admirador e quem eu admiro, Igor.

À minha família: Nádia e Ademarinho, Fernando & cia, Márcio & cia, Likt e Patricinha.

Às minhas tias Sônia e Taninha, pela ajuda e paciência em lembrar momentos tão felizes e, ao mesmo tempo, tão difíceis.

Ao meu orientador, Anderson Luís Nunes da Mata, pela confiança total em mim e neste projeto.

Ao Grupo de Estudos em Literatura Brasileira Contemporânea, e à prof. Regina Dalcastagnè, por me receberem tão bem durante esses dois últimos anos. Assim como à Grazi, Rosângela e Paula, pela companhia e troca de experiências.

À minha dinda, Sueli, e à minha madrinha, Cecília, pelo apoio de sempre e por serem, para mim, exemplos de determinação.

Ao meu dindo e padrinho, Zé Márcio, por estar presente nos momentos mais importantes.

Ao meu afilhado querido, Gabriel, que soube entender a minha ausência.

À Joelma e à Babi, amigas jornalistas que me incentivaram a retomar os estudos.

A todas as pessoas que deram um pouco do seu tempo para me contar suas recordações do Bazar Oió, em especial, a Modesto Gomes, Luiz de Aquino e Ivan Presença.

como nenhuma outra criação humana, os livros têm sido a maldição das ditaduras.

Somente anos depois, quando toquei pela primeira vez o corpo amado, foi que percebi que às vezes a literatura podia ficar aquém do evento real.

Alberto Manguel

RESUMO

O objeto de pesquisa deste trabalho é a livraria Bazar Oió. A partir dela, será discutido o seu papel, junto com o livreiro Olavo Tormin e os produtores culturais que faziam parte desse cenário. Estamos falando de Goiânia (GO), entre os anos 1951 a 1974. O Bazar Oió atuava também como editora, promovia lançamentos, funcionava como uma biblioteca informal e organizava debates políticos e literários. Esta dissertação busca compreensão sobre o modo como uma livraria, fora do eixo literário nacional, exerceu um papel relevante no cenário cultural local como um espaço de confluência e de exercício de tomadas de posição. Para isso, recorreu-se a Pierre Bourdieu e seu pensamento sobre campo literário. A partir da delimitação do cenário literário goiano da época e a sua relação com o nacional, a livraria Bazar Oió foi analisada como um espaço literário; e o livreiro e seus frequentadores, como principais agentes. São discutidas as dinâmicas fomentadas no ambiente da livraria e/ou motivada pela atuação de Olavo Tormin, com ênfase em um caso específico, a polêmica provocada pelo crítico paulista Homero Silveira, em 1956, ao se referir à produção literária goiana. É feita ainda uma discussão sobre livrarias e regimes autoritários, a partir do Bazar Oió e da ditadura militar no Brasil.

Palavras-chave: livraria, livreiro, Goiânia, campo literário, ditadura militar.

ABSTRACT

The object of this research is the bookstore named Bazar Oió. From it, we discuss its role as well as the bookseller Olavo Tormin and cultural producers that were part of this scenario, Goiânia, between 1951 to 1974. The Bazar Oió acted as publisher, an informal library, conducted book launches and political and literary debates. This work tries to understand how a bookstore, outside the national literary center, played a role in the local cultural scene as a space of confluence and position-takings. We used the Pierre Bourdieu's theory on the literary field. From the definition of Goiás literary scene and its relation to the national, Bazar Oió bookstore was analyzed as a literary space; and the bookseller and its visitors, as the main agents. The dynamic fomented by the bookstore environment and/or motivated by the acting of Olavo Tormin are discussed with emphasis on a specific case, the controversy caused by the São Paulo critic Homero Silveira, in 1956, when referring to local literary production. Finally, there is a discussion about bookstores and authoritarian regimes, from the relation between Bazar Oió and the military dictatorship in Brazil.

Keywords: bookstore, bookseller, Goiânia, literary field, military dictatorship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Folha de rosto da primeira obra editada pela Editora Oió.....	17
Figura 2	Fotografias do lançamento de livros no Bazar Oió.....	20
Figura 3	Fotografias de eventos na livraria.....	24
Figura 4	Fotografias de visitas ao Bazar Oió.....	28
Figura 5	Fotografia do primeiro número do <i>Jornal Oió</i>	82

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. DELIMITANDO O ESPAÇO.....	16
1.1 Oió.....	16
1.2 Um agente literário: Olavo Tormin.....	29
1.3 Outros agentes literários: Ênio Silveira e José Olympio.....	33
1.4 Panorama nacional.....	38
1.5 Panorama local.....	48
1.5.1 Outros movimentos marginais.....	55
1.6 O mercado editorial entre as décadas de 1950 e 1970.....	57
2. OS OLHARES “PARA” E “DO” BAZAR OIÓ E O ESTUDO DE CASO DE UMA POLÊMICA.....	62
2.1 Como o Brasil olha para o Bazar Oió.....	65
2.2 Como o Bazar Oió olha para o Brasil.....	70
2.3 A polêmica sobre Homero Silveira.....	75
3. A LIVRARIA E A DITADURA MILITAR.....	87
3.1 A quase autonomia do campo literário.....	89
3.2 Vida literária no Brasil da ditadura militar.....	92
3.3 Reflexo da ditadura nas obras literárias.....	95
3.4 As livrarias e os regimes autoritários.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	101
REFERÊNCIAS.....	106
ANEXOS.....	112

INTRODUÇÃO

Para alguns, as livrarias são locais de trabalho; para outros, de lazer. Muitos se relacionam com elas de uma forma até emotiva. Diante disso, quase que se apaga o propósito comercial desse espaço. Algumas delas marcam e passam a fazer parte da história das pessoas: “O ato de ler estabelece uma relação íntima, física, da qual todos os sentidos participam” (MANGUEL, 1997, p. 277). E por trás de uma livraria está um livreiro. A mente que desenha tudo o que se passa por ali e faz, eventualmente, a ponte entre o livro e o leitor: “Definitivamente, uma livraria é muito mais hospitaleira quando, na repetição de visitas ou acasos, se faz amizade com algum de seus livreiros [...] Porque algo tem todo bom livreiro de médico, farmacêutico ou psicólogo. Ou de barman.”¹ (CARRIÓN, 2013, p. 268). É sobre uma livraria e um livreiro que este trabalho se preocupa. Bazar Oió e Olavo Tormin. Claro que a relevância deles se dá dentro de um quadro maior local e nacional da época em questão, décadas de 1950 a 1970.

Mas o que a livraria Bazar Oió tinha de diferente das outras? Para começar, não existiam muitas “outras” em Goiânia (GO). Durante a minha pesquisa, encontrei referências a mais três livrarias, Bazar Municipal, Brasil Central e Vanguarda. No ano da inauguração, em 1951, a cidade tinha dezoito anos. Por isso, a livraria acrescentou muito à jovem vida cultural da cidade. Olavo Tormin abriu o Bazar Oió na Avenida Anhanguera, nº 79. Em 1963, foi para a Avenida Goiás, nº 519, onde seria fechada, onze anos depois, muito por causa da ditadura militar. Entre suas estantes, reuniram-se escritores, estudantes, artistas, intelectuais da época e autoridades políticas. A livraria abria pela manhã, às 9h, e só fechava às 22h, horário incomum para o tipo do estabelecimento. O Bazar Oió atuava também como editora, promovia lançamentos, funcionava como biblioteca para quem não estava em condições de comprar algum livro, e organizava debates políticos e literários. Fez a segunda edição de *Ermos e Gerais* (1959), de Bernardo Élis, e lançou do primeiro livro de poesias de Cora Coralina, *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais* (1965). Pelas suas prateleiras passaram nomes importantes da literatura nacional, como Malba Tahan, Jorge Amado e José Mauro de Vasconcelos, e até internacional, como Pablo Neruda. Olavo Tormin publicou o *Jornal Oió*. Segundo Bernardo

¹ Tradução minha do original: “Sin duda una librería es mucho más hospitalaria quando, a copia de visitas o de azares, trabas amistad con alguno de sus libreros [...] Porque algo tiene todo buen librero de médico, farmacêutico o psicólogo”.

Élis, o impresso era “a tribuna democrática aberta a todas as opiniões progressistas” (ELIS, 1991).

Com o regime militar, o número de clientes diminuiu drasticamente. Quem era visto no local era tachado de comunista e corria o risco de ser preso. Na época, alguns livros eram vendidos escondidos e/ou tinham suas capas trocadas. Olavo Tormin chegou ainda a esconder, no depósito da livraria, pessoas perseguidas pelos militares. O livreiro sofreu com a ditadura militar, foi preso e teve muitos de seus bens confiscados, inclusive a casa em que morava com a família. Indiretamente, por consequência de fatores provocados em sua maioria pelo regime autoritário, o Bazar Oió fechou.

A memória da livraria se confunde com a da minha família materna porque Olavo Tormin, como o sobrenome já diz, é meu parente. Meu avô. A livraria nunca foi assunto de muitas conversas na família, apesar de ninguém esconder nada. Simplesmente era como uma página virada. Ao longo dos anos, percebi que para a minha mãe e meus tios – Olavo e Francisca tiveram cinco filhos – ainda era difícil recordar por causa das feridas deixadas pela ditadura. O pouco que se falava foi suficiente para que eu percebesse a oportunidade e a necessidade de recuperar parte dessa história.

É compreensível a vontade de esquecer, ou melhor, de simplesmente não recordar esses fatos quando eles estão, muitas vezes, ligados a momentos de dor. Entretanto, justamente por causa disso, é preciso olhar pra trás e fazer esse trabalho de não esquecimento². A ditadura militar brasileira, como afirma Rebecca Atencio em *Memory's Turn* (2014), não é um acontecimento totalmente recuperado pelas vias oficiais. Poucos foram os momentos em que o governo brasileiro tomou atitudes realmente efetivas para tentar esclarecer o que aconteceu durante esses vinte e um anos de autoritarismo. Um marco foi a Lei de Anistia, de 1979, que procurou beneficiar os dois lados³. Entretanto, segundo Atencio, funcionou como uma forma de “amnésia institucional” ao fazer com que os depoimentos de militantes se restringissem a “trabalhos de memória” (ATENCIO, 2014, p. 5). Podemos trazer, neste momento, Paul Ricoeur, que faz uma aproximação dos termos “anistia” e “amnésia” ao afirmar que “a proximidade fonética, e até mesmo semântica, entre anistia e amnésia aponta para a existência de um pacto secreto com a denegação de memória que[...] na verdade a afasta do perdão após ter proposto sua simulação” (RICOEUR, 2008, p. 460). Ou seja, se a Lei da Anistia de fato nega a memória, ela então se afasta do perdão, que inicialmente é o seu objetivo principal.

² Ver Ricoeur, *A Memória, a história, o esquecimento*.

³ Ver Atencio sobre a efetividade da Lei de Anistia.

Motivos para que trabalhos como este, um pequeno tijolo em uma grande construção, sejam levados a diante.

Foi em 2006 que pensei, pela primeira vez, no Bazar Oió como objeto de pesquisa. A livraria foi tema do meu projeto final de graduação em jornalismo, quando produzi um livro-reportagem. O objetivo foi reunir diferentes registros e depoimentos e deixar esse material acessível. Desde então, passei a fazer um trabalho contínuo de coleta de informações, seja por meio de entrevistas, levantamento de documentos, material publicado na imprensa ou arquivo pessoal de família. A apresentação desse trabalho foi em 2008 e, no ano seguinte, foi publicada uma versão dele pela editora goiana Contato Comunicação em parceria com a Universidade Católica de Goiás⁴.

As entrevistas⁵ usadas na primeira pesquisa foram revisitadas e aproveitadas em parte para este segundo momento. A escolha dos nomes foi feita dentro de alguns critérios, como a relação da pessoa com a livraria e o livreiro, e claro, a disponibilidade de cada um. Era importante também que os entrevistados pudessem mostrar diferentes olhares e impressões da história do Bazar Oió. Por isso, procurei escritores e também jornalistas, ex-funcionários, familiares e amigos. Alguns já eram mais velhos na época áurea da livraria, outros ainda, adolescentes ou no começo da vida literária. Mas, como disse Jorge Carrión: “A infância e, sobretudo, a adolescência são as épocas em que nos tornamos amante das livrarias”⁶ (CARRIÓN, 2013, p. 269).

Entre os entrevistados estão o escritor e folclorista Waldemiro Bariani Ortêncio; o poeta Luiz de Aquino, que frequentava a livraria na sua adolescência, hoje é membro da Academia Goiana de Letras; o advogado José Augusto Pereira Zeka, professor emérito da Universidade Federal de Goiás; o escritor Miguel Jorge, um dos fundadores do Grupo de Escritores Novos. Entre os amigos e familiares, o advogado e cunhado de Olavo Tormin, José Hermano Sobrinho; o escritor e então presidente da Academia Goiana de Letras, Modesto Gomes. Ele que foi um dos melhores amigos de Olavo Tormin e deu uma versão mais familiar dos acontecimentos. Dos que puderam falar sobre o ramo livreiro, Ivan da Silva, também conhecido como Ivan Presença, que foi vendedor no Bazar Oió em 1968; e também o ex-funcionário e genro, Clóvis Carrilho; o livreiro Luiz Scartezini, que era filho do dono da livraria Bazar Municipal. Para corroborar essas entrevistas e justificar qualquer inconsistência que ela

⁴ Mollo (2009).

⁵ As entrevistas, feitas entre 2007 e 2008, estão disponíveis no endereço eletrônico bazaroiio.wordpress.com.

⁶ Tradução minha do original: “La infancia y, sobre todo, la adolescencia son las épocas en que uno se vuelve amante de las librerías”.

possam aparentar, cito Michael Pollak quando ele diz que “se a memória é socialmente construída, é óbvio que toda documentação também o é, não havendo então diferença fundamental entre fonte escrita e oral” (POLLAK, 1992, p. 207). Ainda segundo o mesmo autor, “para nossa memória se beneficiar da dos outros [...] é preciso também que ela não tenha deixado de concordar com as suas memórias e que haja suficientes pontos de contato entre ela e as outras” (POLLAK, 1989, p. 3). Acredito que houve essa congruência ao reunir os diversos depoimentos e suas versões, independentemente da impressão pessoal de cada um.

Oito anos depois, defendo esta dissertação, mais uma etapa de continuidade do registro da memória desse espaço tão importante para Goiânia e para a minha família. A proposta do mestrado é aprofundar o estudo com o intuito de justificar os papéis do Bazar Oiô e de Olavo Tormin no cenário literário/cultural goiano e nacional e, para isso, recorreu-se a Pierre Bourdieu e seu trabalho a cerca de campo literário. Segundo Bourdieu, esse universo “é o lugar de uma espécie de balé bem ordenado no qual os indivíduos e os grupos desenham suas figuras, sempre se opondo uns aos outros, ora se defrontando, ora caminhando no mesmo passo” (BOURDIEU, 2002, p. 133). Busca-se identificar alguns dos agentes literários, suas posições e tomadas de posição e a influência da ditadura militar como um fator de transformação externo ao campo para avançar na compreensão do modo como uma livraria fora do eixo literário nacional exerceu um papel relevante no cenário cultural local como um espaço de confluência e de exercício de tomadas de posição. Com isso, pretende-se ainda justificar porque esses espaço e agentes podem ser considerados parte de um campo literário, de acordo com o conceito de Bourdieu.

Bourdieu pensa o campo literário a partir da França do século XIX e de uma reflexão sobre *Educação Sentimental* (1869), de Gustave Flaubert. Para o sociólogo, é possível fazer uma análise científica da obra de arte, algo que até então não se fazia.

Procurar na lógica do campo literário ou do campo artístico, mundos paradoxais capazes de inspirar ou de impor os ‘interesses’ mais desinteressados, o princípio da existência da obra de arte naquilo que ela tem de histórico, mas também trans-histórico, é tratar essa obra como um signo intencional habitado e regulado por alguma outra coisa, da qual ela é também sintoma [...] A renúncia ao angelismo do interesse puro pela forma pura é o preço que é preciso pagar para compreender a lógica desses universos sociais [...] e oferecer uma visão mais verdadeira (BOURDIEU, 2002, p. 15).

Ele questiona a condição de exceção da arte e afirma que essa nova visão não ameaça o criador e, sim, “fornece à experiência artística, e ao prazer que a acompanha, sua melhor justificação, seu mais rico alimento” (BOURDIEU, 2002, p. 15). Para analisar o espaço

literário/cultural goiano, a partir do Bazar Oió e de Olavo Tormin, sob o raciocínio de Bourdieu, a divisão do trabalho foi pensada da seguinte forma. No capítulo I, analiso o cenário da livraria, a movimentação cultural que se passava ali e as pessoas que fizeram parte desse cenário. A partir da delimitação do cenário literário goiano da época e a sua relação com o nacional, a livraria Bazar Oió foi analisada como um espaço literário; o livreiro e seus frequentadores, como agentes desse meio. Faço uma comparação entre Olavo Tormin e duas figuras importantes na cena nacional, Ênio Silveira e José Olympio, com o intuito de mostrar similaridades entre eles e assim justificar a relevância do papel exercido pelo livreiro goiano. Volto ainda no início do século XX para mostrar como se formou o campo literário nacional e assim, ambientar o espaço mais amplo no qual se fará a discussão deste trabalho.

No capítulo seguinte, são discutidas as dinâmicas fomentadas no ambiente da livraria e/ou motivada pela atuação de Olavo Tormin. Para isso, foi feita a seguinte divisão: o olhar externo para o Bazar Oió e o olhar interno da livraria para o que acontecia em nível nacional. Por fim, analisa-se um caso específico, o do crítico paulista Homero Silveira, que escreveu sobre a produção literária goiana. Essa polêmica será estudada por meio de textos publicados na imprensa da época, em sua maioria, no *Jornal Oió*.

No terceiro e último capítulo, a proposta é um debate entre livrarias e regimes autoritários, a partir do Bazar Oió e da ditadura militar no Brasil. Qualquer que seja o regime, o espaço dos livros é visto como uma ameaça, capaz de agir como um facilitador e incentivador de novos olhares, reflexões e questionamentos. Para freá-las, livrarias se tornam alvo de incêndios criminosos e confiscos. Desta vez, vamos recorrer a Pierre Bourdieu com a sua abordagem sobre a autonomia do campo literário e a capacidade de influência, mesmo que relativa, de outros campos, como o político e o econômico. Até que ponto um campo literário consegue se manter “alheio” ao que acontece ao seu redor? Essa interferência se dá, no caso do Brasil, tanto na ação repressora da ditadura militar como também refletida nos textos literários produzidos nesse período.

CAPÍTULO 1

DELIMITANDO O ESPAÇO

1.1 Oió

O nome, OIÓ, chama atenção. A justificativa é simples: trata-se da união das iniciais dos donos da livraria, Olavo e Othelo. O Bazar Oió foi aberto em 1951, em Goiânia (GO). A ideia inicial era fazer do local um bazar mesmo, com a venda de diversos produtos. Como a sociedade com o irmão não deu certo e Olavo ficou como único dono, ele decidiu transformá-la numa livraria e aproveitar o nome que já estava definido. O Bazar Oió foi inaugurado na Avenida Anhanguera, ainda hoje uma das principais avenidas de Goiânia, que corta a cidade de ponta a ponta. Com a necessidade de um espaço maior, em 1963, foi transferida para a Avenida Goiás. Clóvis Carrilho, que trabalhou na livraria, como vendedor e gerente, por oito anos, se lembra assim do espaço: *“Era a maior livraria que tinha em Goiânia. Era com quatro portas, essas portas de aço. Um depósito no fundo muito grande... Do lado esquerdo, eram livros. Do lado direito, papelaria. E o meio era de prateleiras e bancas de livros”*⁷. A lembrança de Ivan Presença, ex-funcionário, é de um espaço que chegava a 1.500 m²: *“Era enorme [...] Era a maior livraria do Brasil Central. E acho que naquele tempo só em São Paulo, nem no Rio tinha um tamanho de livraria daquela”*⁸.

O corpo de funcionários era formado por aproximadamente doze pessoas, entre vendedores, caixas, contabilistas, entregadores e o gerente. A livraria abria pela manhã, às 9h, e só fechava às 22h, um horário incomum na cidade para o tipo do estabelecimento. Vendia títulos de literatura, mas também livros didáticos e papelaria. Os frequentadores encontravam ali, além dos livros, um sofá e duas poltronas para folheá-los, cafezinho e água, e um fundo musical da Rádio Riviera.

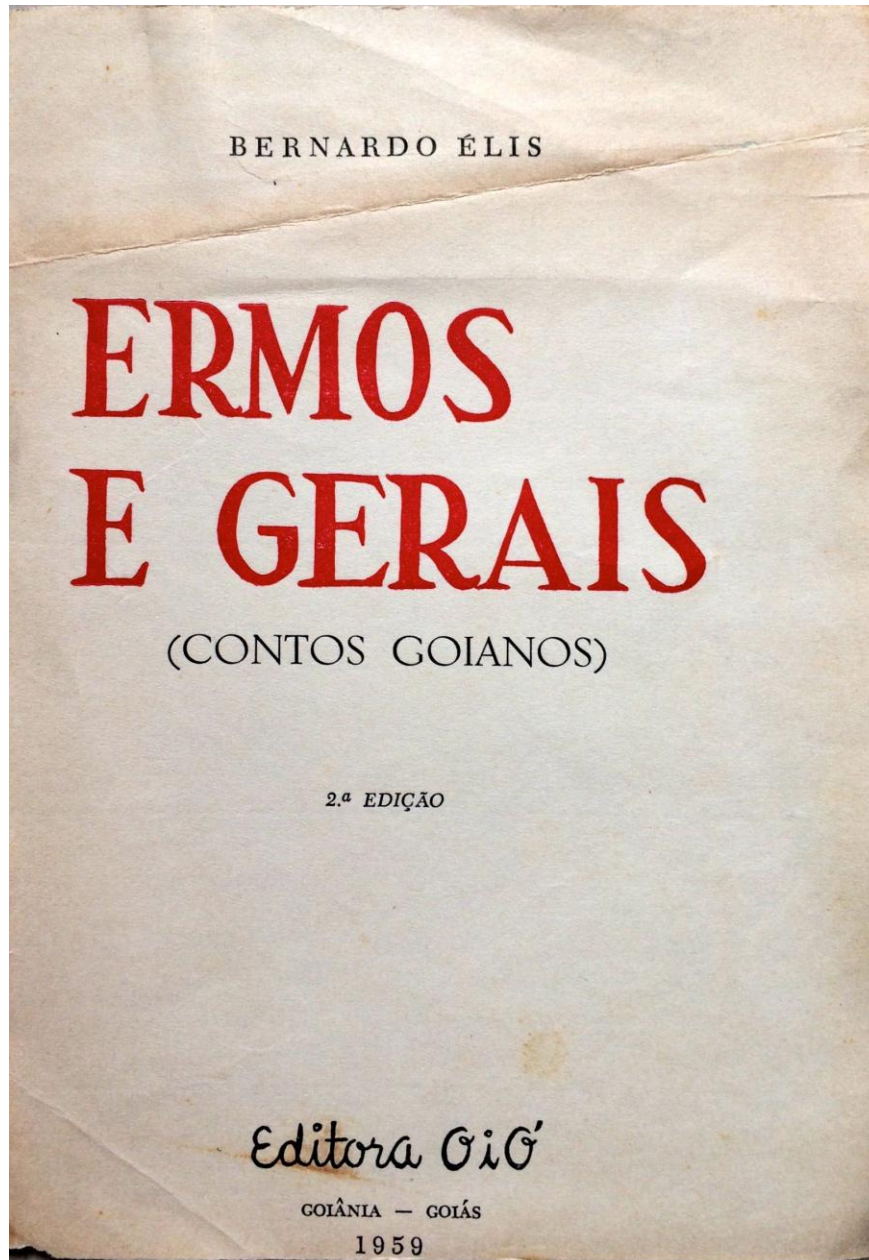
Em *O livro no Brasil*, Laurence Hallewell lembra-se de Tormin ao tratar da literatura na região Centro-Oeste do país: “E, já em 1959, possuía um livreiro-editor digno de menção: Olavo Tormin, que publicava obras de história e literatura locais com o selo editorial Oió, nome de sua livraria localizada na praça do Bandeirante, em Goiânia”

⁷ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 04/11/2007. As entrevistas citadas nesta dissertação foram feitas para o trabalho de conclusão de curso de graduação em Jornalismo pela Universidade Católica de Brasília. Parte delas foi publicada no livro *Bazar Oió: a ditadura contra a livraria* (2009).

⁸ Entrevista concedida à autora. Brasília, 20/10/2007.

(HALLEWELL, 2005, p. 626)⁹. Segundo Hallewell, na década de 60, também havia em Goiânia a Livraria e Editora Brasil Central, de Antonio Resende, e a Gráfica Oriente, dos irmãos José Modesto e Taylor Oriente, que editou quinhentos mil volumes de trezentos títulos e fechou em 1982. Durante a pesquisa, encontrei ainda referências às livrarias Bazar Municipal e Vanguarda.

Figura 1 - Folha de rosto da primeira obra editada pela Editora Oió



Fonte: acervo pessoal

⁹ Não foram encontrados registros que comprovem a publicação de outras obras nem informações de como se deu esse trabalho de edição pela livraria. A 2ª edição de *Ermos e Gerais*, de Bernardo Élis (1959) foi impressa na gráfica da *Revista dos tribunais*, R. Conde de Sardezas, 38, em São Paulo. O mais provável é que esse tenha sido um dos poucos títulos publicados pela Editora Oió.

Um dos pontos fortes do Bazar Oió era a realização de lançamentos de livros, momento em que o livreiro não apenas cedia o local, como preparava o espaço. As prateleiras e cadeiras eram afastadas por causa do intenso movimento. Garçons circulavam com bandejas cheias de comes e bebes. A divulgação se dava pelo correio, com o envio de convites, em anúncio nas rádios ou de boca em boca. No início do evento, o Frei Nazareno Confaloni, padre italiano e artista plástico, dava a bênção. Depois era a hora dos discursos e, por fim, dos autógrafos. O lançamento, que chegava a terminar à meia-noite, tinha cobertura da Rádio Anhanguera. No dia 5 de maio de 1957, o escritor Eli Brasiliense fez uma tarde de autógrafos. No jornal, o anúncio de divulgação dizia: “O ato terá a cobertura radiofônica da Rádio Anhanguera dentro do programa ‘Mensagem de Vera Lúcia’, que irá oferecer aos ouvintes aspectos do acontecimento”¹⁰.

Em 1964, na ocasião do lançamento de *Poemas dos Becos de Goiás e Estórias Mais*, de Cora Coralina, a livraria estava lotada. Aos 76 anos, Cora Coralina publicou a sua primeira obra. Uma das pessoas a discursar em homenagem à poeta foi o escritor goiano Miguel Jorge. Ele fazia parte do Grupo de Escritores Novos, o GEN. A poeta era convidada de honra do grupo que procurou Olavo Tormin para viabilizar aquele momento.

Leitores e promoção.

Meu respeito constante, gratidão pelos jovens.

Foram eles, do grupo Gen, cheios de um fogo novo
que me promoveram a primeira noite de autógrafos
na antiga livraria Oió: Jamais os esquecer.

Miguel Jorge, nos seus dezessete anos, namorado firme
de Helena Cheim, também escritora e amiga de sempre.

Luís Valladares e tantos outros a quem devo
tanta manifestação carinhosa e generosidade¹¹

Os dias de lançamentos eram os dias que mais vendiam, junto com o início do ano letivo¹², quando o movimento era grande à procura de livros didáticos. “Goiânia, 21 de agosto de 1967. Prezada Cora. [...] Sexta feira conversando com o gerente do Bazar Oió disse-me ele

¹⁰ *Jornal Oió*, Goiânia, n.3, p. 1, abr. 1957.

¹¹ *Meu Vintém Perdido* apud Britto (2006, p. 55).

¹² Informação de ex-funcionários como Clóvis Carrilho, que foi gerente, e Ivan Presença, vendedor.

que seu livro havia se esgotado: ‘Vendeu muito o livro de Cora Coralina’ [...] Miguel Jorge”¹³. Entre os escritores goianos que tiveram obras lançadas na livraria, está Bernardo Élis com *Ermos e Gerais*, em 1959, e *O Tronco e Veranico de Janeiro*, em 1966. E a lista segue com Regina Lacerda, Geraldo Coelho Vaz, Carmo Bernardes, Eli Brasiliense, Domingo Félix, Miguel Jorge, Gabriel Nascente e Bariani Ortêncio. Este, folclorista conhecido dentro e fora de Goiás, lançou *A Cozinha Goiana – Estudo e receituário*, em 1967. Izabel Signoreli (2010), em sua dissertação sobre o autor, lista convidados de relevo que registraram presença no evento, que também aconteceu no Bazar Oió: Odylo Costa Filho, Aurélio Buarque de Hollanda, Valdemar Cavalcanti, Nelson de Alcântara, Cláudia Rodrigues, Lúcia Benedetti, Eneida de Moraes, Maria de Paula Fleury de Godoy, representante da Revista Manchete, todos do Rio de Janeiro; Walter Spalding, de Porto Alegre; Leonardo Arroyo e Antônio D’Elia, de São Paulo; Hildegardes Vianna e Jorge Amado, de Salvador; Érico de Freitas Machado, de Vitória; Gelmires Reis, de Luziânia- Goiás; Manoel Lobato, de Belo Horizonte; Modesto Gomes, Rosarita Fleury e Luís Palacin Gomes, de Goiânia-Goiás e Almeida Fischer, de Brasília.

O Bazar Oió ainda foi palco para lançamentos como *Chapadão do Bugre*, do escritor mineiro Mário Palmério, e *Meu Pé de Laranja Lima*, do carioca José Mauro de Vasconcelos.

¹³ Carta de Miguel Jorge à Cora Coralina in Britto (2006, p. 56).

Figura 2 – Fotografias do lançamento de livros no Bazar Oió (sem data)



Da esquerda para a direita: evento sendo transmitido na rádio local. Mário Palmério e Bariani Ortêncio autografando obras. Bernardo Élis autografando livro. Livraria cheia para um dos eventos de lançamento.

Fonte: acervo pessoal.

O espaço também era usado por estudantes, que encontravam ali uma espécie de biblioteca.

Os estudantes, principalmente a classe estudantil, porque ali era o repositório para todos os gostos e todas as matérias, não só literárias, mas também de outros conhecimentos. Daí a importância da livraria na formação da comunidade goiana – José Hermano Sobrinho, cunhado de Olavo, advogado e frequentador¹⁴.

¹⁴ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 03/11/2007.

A pesquisadora Orlinda Maria de Fátima Carrijo Melo (2002), em sua tese de doutorado pela Unicamp, pesquisou os pontos de leitura de Goiânia entre os anos de 1933 e 1959. Vamos voltar a esse trabalho mais à frente. Por enquanto, vale citar que ela encontrou referências ao Bazar Oió, parte delas por meio de entrevistas feitas com um grupo de leitores. É o caso da empregada doméstica e benzedeira Sebastiana (a pesquisadora não informa o nome completo), que assim se recorda da sua experiência na livraria de Olavo Tormin:

Sempre que saía do trabalho mais cedo, ou quando a minha patroa viajava eu ia ao Bazar Oió. Tinha todos os livros. Lá, eles deixavam um livro de cada lançamento sobre uma mesa. Quem quisesse podia ler esses livros lá. Eu “futricava” e lia outros da prateleira. Lia em pé, diante da prateleira, não gostava de conversar para não perder tempo, porque eu tinha que pegar meus filhos na escola. Nem sentia as dores nas pernas. Nem sentia fome. Lia cada dia um pedaço do livro, e depois eu guardava bem no fundo da prateleira, com esperanças de que ele não ia ser vendido (MELO, 2002, p. 108).

Algo parecido acontecia, por exemplo, em São Paulo, na década de 1920. O jornalista Brito Broca escreveu um artigo sobre a livraria Garraux com o título “Uma tradição paulista”. No texto, ele conta que entrava na livraria para “namorar” os livros mais do que para comprá-los e lembra das leituras feitas a prestação por alguns dos frequentadores:

Naquele tempo havia gente que, abusando do direito de folhear os volumes nas livrarias, chegava a ler uma pequena parte dos mesmos, a prestação dia a dia. Um amigo, especialista nesse sistema, para o qual se tornava necessária, sem dúvida, uma parrocha excepcional, declarou-me que conseguira assim inteirar-se de toda a matéria de um grosso volume cujo o preço não estava a seu alcance (BROCA, 1993 apud PEREIRA, 2008, p. 356).

No Bazar Oió, algumas pessoas chegavam a levar o livro “emprestado” pra casa, devolvendo em um momento oportuno. Não era um ato formal, mas o dono estava ciente do que se passava e fazia “olho grosso”, já que sabia que os exemplares retornariam para as prateleiras. Alberto Manguel, especialista argentino em livros e leitura, lembra de algo semelhante na época em que trabalhava em uma livraria, quando era adolescente: “muitos dos livros tentavam-me para além da limpeza [...] Umás poucas vezes roubei um livro tentador; levei-o para casa, enfiado no bolso do casaco, porque eu não tinha apenas de lê-lo: tinha de tê-lo, chamá-lo de meu” (MANGUEL, 1997, p. 29). A dona da livraria, “senhora Lebach”, da mesma forma que Olavo, sabia do que se passava, “mas suspeito que permitia crime, desde de que achasse que não estávamos excedendo certos limites implícitos” (idem, p. 30). E para justificar seus atos, o autor explica que “o desejo subjacente, o anseio de ser, ao menos por um

momento, o único capaz de chamar um livro de *meu*, é comum a mais homens e mulheres honestos do que talvez estejamos dispostos a reconhecer” (ibidem, p. 277). No caso do Bazar Oió, o poeta Luiz de Aquino se recorda de já ter feito isso algumas vezes.

...me dava uma dor de consciência que eu ia lá devolver o livro. Levava sim, mas não devolvia formalmente, não. Eu chegava com o livro de baixo do braço, largava ele em cima do balcão e ia pegar outro. Assim, na maior naturalidade. E, muitas vezes, quando eu olhava pro Olavo Tormin, lá na ponta do balcão, ele estava dando uma risadinha por debaixo do bigode, dos mais divertidos. Essa lembrança nunca me saiu da cabeça¹⁵.

Em 1954, Goiânia realizou o I Congresso de Intelectuais. Vários escritores de renome nacional e internacional estiveram na cidade e passaram pela livraria, como Jorge Amado e Pablo Neruda. Sobre essa visita, uma frequentadora da livraria conta a emoção ao ver o poeta chileno pessoalmente:

Numa noite, lá estive Pablo Neruda. Não contive as lágrimas quando ele autografou o meu livro. Jorge Amado, Cora Coralina, Maria Paula Fleury, Gilberto e José Mendonça Teles lançaram livros lá. Foram eventos relevantes que movimentaram a pouca opção de lazer (MELO, 2002, p. 107).

Também participaram do congresso, mas não necessariamente passaram pela livraria, o cantor e compositor Lupicínio Rodrigues, a poeta e militante comunista Lila Ripoll, os artistas plásticos Glauco Rodrigues, Abelardo da Hora e Carlos Scliar, o poeta gaúcho Heitor Saldanha e o escritor carioca Lima Barreto. Sobre esses momentos de realizações culturais promovidos pelo Olavo Tormin, seu amigo pessoal e escritor Modesto Gomes fez a seguinte comparação:

O Bazar Oió representou para Goiânia o que a livraria José Olympio representou para o Rio de Janeiro. Era uma reunião de intelectuais: Jorge Amado, Graciliano Ramos. Essa gente estava todo dia na livraria, cafezinho. E aqui, o Bazar Oió era a mesma coisa. Aqui o pessoal quando não comprava nada, ia pelo menos para conversar – Modesto Gomes, escritor, ex-presidente da AGL¹⁶.

Para o advogado Pereira Zeka, professor emérito da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás, na livraria

¹⁵ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 19/01/ 2008.

¹⁶ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 16/02/2008.

praticamente se convivia com a intelectualidade goiana mais presente, mais atualizada [...] podemos dizer que o Bazar funcionava quase que como espécie de café literário. Era um centro espontâneo de aglutinação de reunião dos intelectuais. Não quer dizer que eles representavam uma classe separada da massa da população. De certo aspecto, uma espécie de diferenciação daqueles com os quais se conversa sobre os livros que surgem, autores nacionais, estrangeiros e aquela vaidade da juventude de querer inovar – Pereira Zeka, advogado e frequentador¹⁷.

Um frequentador da livraria se recorda que encontrava no Bazar Oió “literatura brasileira, goiana, estrangeira. Livros que ainda eram recentes nas livrarias de São Paulo ou do Rio de Janeiro” (MELO, 2002, p. 106). Não foram obtidos dados sobre a importação de livros por Olavo Tormin (quantidade, autores, obras, etc.), mas, depoimentos como o citado acima.

Olavo Tormin também tinha uma relação estreita com artistas plásticos, como Frei Nazareno Confaloni e Octo Marques¹⁸, e promovia debates de interesse da sociedade, divulgados na imprensa. Os assuntos eram os mais diversos: criação do estado do Tocantins, Modernismo, teatro em Goiás, arquitetura contemporânea, Canal de Suez, doença de Chagas, etc. Em 1956, o impresso carioca *Para Todos* assim se referia a esses momentos: “Desde fins de julho, semanalmente, às quintas-feiras, vêm-se realizando debates culturais no Bazar Oió, a livraria mais movimentada lá de Goiânia de propriedade do sr. Olavo Tormin”¹⁹. No mesmo ano, dia 23 de agosto, por exemplo, o tema era “o menor abandonado”. Participaram o então secretário do Interior e Justiça de Goiás, Joaquim Neves, e o juiz de Menores, Sebastião de Souza. Entre as conclusões tomadas, segundo divulgado na *Folha de Goiás*²⁰, está o funcionamento imediato do Instituto São Tarcísio, casa de amparo e correção de menores, para recolher das ruas os casos mais graves, com o apoio do governo, até que o governo tome atitudes mais assertivas em relação ao problema.

¹⁷ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 20/01/2008.

¹⁸ Ver Projeto Octo Marques a Trajetória de um Mestre, disponível em: <<http://www.vilaboadegoias.com.br/artistas/octo-marques-biografia-historia-onde-nasceu-obras-pinturas-trabalhos-avida-de-octo-otorino-marques.htm>>

¹⁹ *Para Todos*, Rio de Janeiro, n. 12, 1956.

²⁰ *Folha de Goiás*, Goiânia, s.p., 25 ago. 1956.

Figura 3 - Fotografias de eventos na livraria



Da esquerda para a direita: debate na livraria. Olavo Tormin conversando com o Frei Confaloni. Lançamento de Cora Coralina.

Fonte: acervo pessoal e *Goiás Ilustrado* (aprox. 1984).

Durante um ano e nove meses e 21 edições, Olavo publicou um impresso cultural, o *Jornal Oió*. Em formato *standard*, (52 cm x 29 cm), o primeiro número data de fevereiro de 1957. Antes disso, o que havia era um jornal mural, exposto em uma das paredes da livraria, com recortes de jornais e revistas e textos de colaboradores, criado para divulgar eventos, concursos e notícias culturais. As oito páginas eram impressas na gráfica de *O Popular*, nas cores preta e azul, e custava cinco cruzeiros.

Eis o primeiro número do *Jornal Oió*, órgão que se intitula o mensário da cultura goiana e que tudo fará, durante a sua existência, para justificar essa legenda. No seu programa de atividades, trabalhará no sentido de retratar o movimento literário em Goiás.²¹

Cada texto se aperta para encontrar o espaço na página. A diagramação aparenta uma certa aleatoriedade. Um exemplo é a reportagem “Morre Gabriela Mistral”, de Amália Hermano Teixeira, no primeiro número. O texto começa na oitava página e termina na sexta. “Qual o verso que o persegue?” É essa a primeira pergunta da enquete do *Jornal Oió*, feita pelo escritor Domingos Félix de Sousa. A seção questiona alguns intelectuais sobre temas diversos como os melhores livros do ano, o papel das instituições de cultura do estado e os nomes de escritores goianos que merecem uma revisão. Foram consultadas 38 pessoas nessa primeira edição. Entre elas, Olavo Tormin escolheu o seguinte verso de Casimiro de Abreu: “Oh, que saudades que tenho da aurora de minha vida”. O poeta José Décio Filho optou por Machado de Assis: “Mudaria o Natal ou mudei eu?”. É possível perceber, e será mostrado neste capítulo e no seguinte, uma preferência pela tradição da literatura do século XIX.

As enquetes já estavam presentes em outros impressos culturais do país, como mostra Lucila Soares. Segundo a autora, na década de 1930, havia aproximadamente quarenta periódicos literários em circulação no país (SOARES, 2006, p. 101). O suplemento “Letras e Artes”, do jornal *A Manhã*, perguntou sobre os livros que cada um gostaria de ter escrito. Dinah Silveira de Queiroz, por exemplo, respondeu *Madame Bovary*. A segunda edição do *Jornal Oió*²² queria saber qual o poeta da preferência de cada entrevistado. Num balanço final, das cinquenta opiniões, temos como citados na poesia mundial: Frederico Garcia Lorca, poeta espanhol, seguido pelo chileno Pablo Neruda. Na poesia nacional, Castro Alves, o goiano Afonso Félix de Sousa, Carlos Drummond de Andrade, Manoel Bandeira e Vinícius de Moraes. Na poesia goiana, Afonso Félix de Sousa, José Décio Filho e Leo Lynce. Mais uma vez percebemos a preferência pelo Romantismo, na escolha de Castro Alves, e ainda por nomes da produção contemporânea, como Garcia Lorca e Neruda, ambos com produções voltadas para a lírica amorosa e para as questões sociais. Ou seja, percebe-se que alguns dos escritores goianos conciliam influências de movimentos passados com os mais recentes. Entretanto, veremos que isso não se dá de forma equilibrada e harmônica.

Na quinta enquete do *Jornal Oió*, por exemplo, a pergunta feita é “o que falta à literatura goiana?”.²³ Todos os entrevistados, três escritores e dois críticos, admitiram que a

²¹ *Jornal Oió*. Goiânia, n. 1, p. 3, fev. 1957.

²² *Jornal Oió*, Goiânia, mar. 1957.

²³ *Jornal Oió*, Goiânia, jun. 1957.

literatura de Goiás ainda tinha muito a crescer. Foi o que disseram A. G. Ramos Jubé, Jesus de Aquino Jaime, Domingos Félix, Jarmund Nasser e Oscar Sabino Júnior. Os quatro últimos concordam que há muito o que melhorar, mas que existe um ambiente propício para que isso aconteça. Afirmam que falta mais cultura e o olhar para a produção além da de Goiás. Oscar Sabino Júnior diz que não pode usar razões sentimentais para julgar a literatura; que “não se tem uma literatura porque se quer” e coloca que não se pode dizer que Goiás tem uma literatura de grande significação, mas uma literatura “no sentido largo”, “de expressão bem modesta”. Já o escritor Ramos Jubé chega a dizer que a literatura goiana é “insignificante”: “nem a nacional é tão importante assim, quando comparada com a de fora. O que falta é o meio de publicação de nossos livros”. É importante observarmos as tomadas de posições desses autores, principalmente a de Ramos Jubé. Explico. Os cinco são enfáticos ao apontarem o dedo para as falhas da produção literária goiana. Entretanto, veremos mais à frente, no próximo capítulo, que esse tipo de crítica não é sempre bem-vinda quando é feita por alguém de fora do meio em questão. Ao escrever sobre o assunto, em 1956, o crítico paulista Homero Silveira causou polêmica entre os intelectuais goianos. Alguns deles, como Ramos Jubé, não aceitaram as palavras do especialista, que classificou a produção de Goiás como atrasada.

O crítico literário Oscar Sabino Júnior tinha seu espaço reservado na coluna “Painel Literário”, onde tratava de assuntos envolvendo a literatura local e nacional, como lançamentos de livros, bolsas para publicações, visitas de escritores e jornalistas, mortes de literatos, premiações, etc. No *Jornal Oió*, o leitor também encontrava material sobre teatro, música e artes plásticas, de Goiás e do Brasil, como o anúncio da peça *Édipo-Rei*, exibida no Cine Teatro Goiânia, e os recitais de piano no Conservatório Goiano de Música. Havia poesias distribuídas em todos os números. Os nomes mais repetidos foram: Antônio G. Ramos Jubé, Gilberto Mendonça Teles, José Godoy Garcia e Jesus de Aquino Jaime. Tinha espaço para textos opinativos como “O nosso público não prestigia o nosso teatro por comodismo e falta de hábito — Bênnio e Neder falam ao *Jornal Oió*”²⁴ ou “Música, luxo... ou necessidade? Músicos, parasitas... ou missionários?”²⁵, por maestro Jean Douliez, especial para a publicação, e também para notícias, como “Doze anos da Agremiação Goiana de Teatro”²⁶ e “Projeta-se no cenário artístico nacional o Conservatório Goiano de Música”²⁷. Havia uma seção especial de música feita pelo músico Armando Corrêa e Silva. Entre as entrevistas publicadas pelo mensário estão

²⁴ *Jornal Oió*, Goiânia, maio 1957.

²⁵ *Jornal Oió*, Goiânia, ago. 1957.

²⁶ *Jornal Oió*, Goiânia, maio-ago. 1958.

²⁷ *Jornal Oió*, Goiânia, nov.-dez. 1957.

a com o escritor paulista Pedro Ribeiro Neto, com o romancista Hernani Donato, a escritora paulista Dinah Silveira de Queiroz, o filósofo Huberto Rohden, dois acadêmicos bolivianos (Juan Gimenez Jerônimo e Honório Arraka Vidaurre) e o pianista Arnaldo Marchesotti.

A seção “Estante Oió”, cuja estreia veio somente na edição número doze, abriu espaço para anunciar novas publicações, reedições, lançamentos em Goiás e pelo Brasil. A primeira coluna foi sobre Federico Garcia Lorca e a edição de estreia de *Romanceiro Gitano* pela Editora Civilização Brasileira, com direito a tradução do goiano Afonso Félix de Sousa. Depois seguem-se Melchior Vogüé com *O Romance Russo* (tradução de Brito Broca), da editora carioca A Noite e *Maravilhas do Conto Italiano*, da Editora Cultrix, de São Paulo.

Após uma visita a Goiânia, em 1957, Moacir Werneck de Castro voltou para a redação de *Para Todos*, quinzenário de cultura brasileira, no Rio de Janeiro, elogiando o que encontrou:

Verifiquei que o movimento intelectual em Goiás possui uma dinâmica muito superior ao que se imagina lá fora. Seriamente. E nem é preciso ir muito longe: a existência de uma publicação como o *Jornal Oió*, que é que vamos pensar disso? É indiscutivelmente um índice importante de progresso cultural²⁸.

No *Jornal Oió*, número quatro, estava destacado: “Um grande crítico brasileiro visita Goiás”. Também gerou muito alvoroço a visita do escritor Malba Tahan, no mesmo ano, quando foi recebido por escritores, poetas, jornalistas e radialistas, proferiu uma palestra e autografou livros. Uma fotografia registrando o momento foi pra capa do primeiro número do impresso.

Circulavam pelas prateleiras da Oió, políticos de esquerda e de direita. Isso nos primeiros treze anos, antes do golpe militar. Encontramos registros da visita do comunista Luís Carlos Prestes. A sua passagem por Goiânia é anterior ao golpe de 64, mas teve impacto futuramente, como contou Modesto Gomes: “Foi uma visita que atraiu um número muito grande de pessoas e muitas dessas pessoas que não eram marxistas e nem comunistas foram atingidas posteriormente porque posaram em fotografias tiradas ao lado de Luiz Carlos Prestes”²⁹.

Tormin também se recordou dessa passagem:

Luiz Carlos Prestes veio a Goiânia, por volta de 1957, 1958; nesta época, ele já tinha sido cassado, ele veio para receber a homenagem do Partido

²⁸ *Para Todos* apud *Jornal Oió*, Goiânia, maio 1957.

²⁹ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 16/02/2008.

Comunista[...] Quando ele chegou no prédio da Assembléia, onde ia receber a homenagem, havia um projeto ou uma ordem, Deputado Lisboa Machado proibindo a entrada dele. De lá ele foi descendo a rua e o povo acompanhando, e não era só comunista não, que acompanhava: o Atanagildo França que era do Cartório, o Camargo Júnior, enfim, quem gostava, do Prestes estava lá. Ele foi descendo a Goiás e virou a Anhanguera, quando ele chegou frente ao Bazar Oió, ele leu “Bazar Oió”, e disse: “conheço isto aqui, vou entrar”, quer dizer ele já conhecia o nome. Ele saiu de lá às 10 horas da noite. Dava entrevistas, conversava, reconhecia amigos antigos, foi uma festa e tudo fotografado (GOIÂNIA, 1985, p. 264).

Figura 4 - Fotografias de visitas ao Bazar Oió



Em cima: Malba Tahan (terceiro, da esquerda para direita) em primeiro plano.
Embaixo: Luiz Carlos Prestes (primeiro, da esquerda para direita).

Fonte: *Jornal Oió*, n.1, 1957 e *Goiás Ilustrado*, sem data.

O fotógrafo Hélio de Oliveira registrou o momento. As fotos ficaram escondidas e só foram expostas anos mais tarde. Ainda sobre os políticos que frequentavam a livraria, Clóvis

Carrilho, ex-gerente, relembra que o governador Otávio Lage, do partido conservador UDN (União Democrática Nacional), ia ao local com frequência. Isso já no começo do regime militar: “ele ia lá quase todos os dias. Deputado ia muito, estadual, federal, vereador”. Por ali, também aconteciam eventos políticos voltados para a cultura. No mês de julho de 1957, o prefeito João de Paula Teixeira Filho sancionou a lei municipal que ampliava de 60 para 100 mil cruzeiros a Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos³⁰. A noite foi de coquetel e transmissão do evento pela Rádio Anhanguera.

Periodicamente, Olavo Tormin enviava números do impresso para instituições como, por exemplo, a Câmara Brasileira do Livro. Em resposta, depois de acompanhar as primeiras onze edições, o então presidente da CBL Diaulas Riedel escreveu uma carta:

É possível verificar-se que ela (publicação) não constitui uma aventura, mas uma realidade, fruto da constância no amor das letras, artes e cultura dos que a fazem e financiam. Faz, assim, a Câmara Brasileira do Livro sinceros votos para que a iniciativa se consolide e possa o *Jornal Oió* cumprir, sem desfalecimentos, a missão civilizadora que já realiza.³¹

Por motivos financeiros, o *Jornal Oió* chegou ao fim nove números depois dessa correspondência da CBL. Ficam as impressões, como a do jornalista e escritor Paulo Dantas, da *Gazeta*: “A presença e a publicação deste mensário cultural, verdadeira tribuna livre de debates intelectuais, espelham, expressivamente, as atividades de um grupo central, cuja atuação vem repercutindo no Brasil” (DANTAS, 1957).³²

1.2 Um agente literário: Olavo Tormin

Ao trabalhar o campo literário, seus agentes e sua dinâmica, a partir do cenário francês no século XIX, o sociólogo Pierre Bourdieu trata, entre outras coisas, da relação entre editores e autores. Para ele, os editores são personagens intermediárias entre o artístico e o econômico, assim como os diretores de galerias ou de teatro e a interação entre os dois lados costuma ser de “enorme violência larvada e às vezes declarada” (BOURDIEU, 2002, p. 86). Saltando da Europa do século XIX para o Brasil do século XX, o cenário que encontramos é o oposto. Essa personagem intermediária, aqui exemplificada com Olavo Tormin, é bem vista e

³⁰ *Jornal Oió*, Goiânia, jul. 1957.

³¹ *Jornal Oió*, Goiânia, jan. 1958.

³² DANTAS, Paulo. Poesia e romance no Brasil Central. *A Gazeta*, São Paulo, 5 abr. 1957.

bem quista em seu meio. A relação é de troca e, como já foi e continuará sendo mostrado neste trabalho, Tormin agia como um produtor cultural, atuando em diferentes frentes (livreiro, editor e produtor cultural). Ao fazer esta análise, é necessário ter em vista a localidade de Goiânia (GO) e o cenário socio-econômico e cultural pelo qual a cidade e o estado de Goiás passavam à época. No caso de dois editores, que serão tratados em seguida, Ênio Silveira e José Olympio, o volume e o alcance do trabalho de cada um, além da localização geográfica, fez com que a convivência com outros produtores culturais/agentes literários fosse muito maior. Dessa forma, a relação citada por Bourdieu é mais fácil de ser percebida.

Partindo desse pressuposto, de que o livreiro Tormin era uma figura relevante no cenário cultural goiano como fundador do Bazar Oió e realizador de atividades que extrapolavam a livraria, trataremos da sua história. Antes de abrir a livraria, que começou como um bazar, ele era representante da Editora Saraiva e da Companhia Melhoramentos e vendia livros também para universitários em Goiânia. Trabalhou no Banco Comércio de Indústria de Minas Gerais e depois na Caixa Econômica Federal, onde ficou por aproximadamente 23 anos. Com a livraria já em pleno funcionamento, ainda havia espaço para manter alguns laços com o passado. Nas edições do *Jornal Oió* é fácil encontrar anúncios da coleção de clássicos brasileiros publicados pela Saraiva: “Assine a Coleção Saraiva – cada mês um livro, cada livro Cr\$20,00”.

De família mineira, Olavo Orosco Goulart Tormin da Ressurreição nasceu em Campinas, São Paulo, em doze de abril de 1925. Para cursar o ensino fundamental, se mudou para Santos com uma irmã. Foi nesta época que ele abreviou seu nome para Olavo Tormin. Saiu de lá quando conseguiu um emprego de contínuo para ganhar trezentos mil réis em Goiânia. Tormin fez o curso técnico de contabilidade na Escola Técnica do Comércio. Casou-se com Francisca Hermano, em dezembro de 1947, com quem teve cinco filhos. Conhecida por Francisquinha, ela chegou a trabalhar no Bazar Oió, mas o marido preferiu que ela ficasse responsável pela casa e pelos filhos, atitude ainda muito comum na época. Nos eventos da livraria era fácil encontrá-la ao lado de Olavo. Ele gostava de música, principalmente jazz, blues e música clássica. Em 1989, doou ao acervo do Museu da Imagem e do Som de Goiás sua coleção de mais de setecentos discos de vinil. Outra paixão era o futebol. Foi o sócio nº34 do São Paulo Futebol Clube. O livreiro lia diariamente jornais de Goiás e de São Paulo, além de romances estrangeiros e nacionais, incluindo os autores goianos. O emprego na Caixa lhe garantia a estabilidade financeira que a livraria, por outro lado, não conseguia lhe proporcionar. Ter um emprego vinculado ao Estado foi uma constante entre os agentes literários da época, como veremos mais a frente.

O golpe militar representou uma ruptura para o Brasil e também, de forma pontual, para o Bazar Oió. Foram muitos os reflexos na livraria. O número de clientes caiu exponencialmente, como lembram o ex-gerente Clóvis Carrilho e sua esposa, Sônia Tormin, uma das filhas de Olavo: “*Era um ponto de encontro e os escritores eram tachados todos como comunistas*”, afirma Sônia³³. Não existia mais aquele ambiente de agitação cultural. Ao contrário, encontros, reuniões, debates, tudo que pudesse gerar troca de ideias e discussões estava proibido. As pessoas tinham receio do que fazer e com quem conversar. Relatos sobre essa época explicam melhor o momento.

— *O clima em Goiânia era o pior possível, porque o que funcionava mais era o “dedo-durismo” e todo mundo ficava com medo de ser denunciado* (Modesto Gomes, escritor e jornalista)³⁴.

— *Evidentemente quando veio a “borrasca”, a gente teve mais informações indiretas e cada um se transformou num caramujo para poder escapar dos raios da “borrasca”. Foi numa época em que a convivência humana se tornou muito dolorosa em virtude da grande capacidade de apontar o dedo* (Pereira Zeka, advogado)³⁵.

No Bazar Oió, assim como em outras livrarias do estado e do país, alguns livros chegavam a ser vendidos escondidos. O escritor Miguel Jorge lembrou que comprou obras com capas trocadas, tanto da livraria de Olavo Tormin quanto no Brasil Central. O livreiro Ivan Presença, trabalhou como vendedor por oito meses no Bazar Oió, em 1968. Ele se recorda que vendeu livros por debaixo do balcão: “*Tinham até livros pornográficos que não podiam. O negócio era muito controlado[...]* Ainda mais que tratando de Goiânia, naquele período, [...] *era uma cidade que era facilmente controlada.*”³⁶. Já Carrilho se lembra apenas de ter vendido escondido *Mein Kampf*, de Hitler.

Segundo o relato de alguns dos entrevistados citados, Olavo Tormin recebia pessoas que estavam sendo procuradas pela repressão e dava abrigo em um quarto nos fundos da livraria. Não foram encontrados relatos do livreiro comentando o fato.

— *Eu sabia que tinha esse lugar, mas eu nunca fui lá. Nunca tive curiosidade de ir, mas sabia que tinha, onde ele escondia os amigos. Ele era um homem corajoso. É claro que ele não iria falar as coisas desnecessariamente, mas coragem de fazer e de assumir se fosse o caso, ele tinha.* (Modesto Gomes, escritor e jornalista).

³³ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 04/11/2007.

³⁴ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 16/12/2008.

³⁵ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 20/01/2008.

³⁶ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 20/10/2007.

Modesto Gomes chegou a ser preso quando trabalhava em *O Popular*. Segundo ele, isso aconteceu por volta das onze horas da noite, ao sair da redação do jornal. Foram vinte e quatro horas preso, sem a família saber onde estava. Ele foi solto, sem ter sido interrogado. Modesto Gomes nunca soube que suspeitas recaíram sobre ele e nem o motivo de o terem libertado. No caso de Olavo Tormin, o encarceramento se estendeu por aproximadamente um mês. Em um depoimento dado à Prefeitura de Goiânia, e publicado em 1985, o livreiro se recorda do acontecido. Foi 1969³⁷, poucos meses depois do presidente militar Costa e Silva instituir o AI-5, em 13 de dezembro de 1968. Em Goiânia, foi criada uma subcomissão da Comissão Geral de Inquérito e, quem assumiu o comando foi o Major Eurides Curvo. Segundo Tormin, ele tinha sido demitido da Caixa um mês antes. Logo após se referir ao coronel, Olavo emenda: “*Vou limpar a boca senão ela suja, sabe?*”. Foi necessária uma “desculpa” para que a CGI agisse e assim fez o Major Curvo:

A acusação era possível diferença; na época, eu era tesoureiro, sabe? Uma possível diferença que ele achou, então, me acusou, mandou me prender, prender o Presidente [Thirso Correa Rosa], o outro também [vice-presidente] Calixto Antônio. E, até hoje, essa diferença ninguém sabe... a contabilidade naquela época era atrasada 6 meses, era feita a mão e, sempre que havia uma diferença, tinha-se que verificar o que era, e a gente já apurava. Naquele dia, ele entrou na Caixa e havia uma diferença entre a Tesouraria e a Contabilidade de 769 mil cruzeiros. Eu havia comunicado à presidência (toda diferença que havia, eu comunicava), eu comuniquei e esse rapaz comunicou a eles. Então eles invadiram a Caixa, pegaram documento. Houve um processo, confiscaram todos os meus bens, sem razão de ser (PREFEITURA MUNICIPAL, 1985 p. 265).

A prisão aconteceu depois desse dia em que foi confirmada uma diferença nas contas do banco. O momento é lembrado pela filha do livreiro, Sônia, que na época trabalhava com o pai no Bazar Oió. Os dois estavam no escritório, na parte superior da loja, quando chegaram os agentes da Polícia Federal. Eles se dirigiram ao gerente Clóvis e pediram para falar com Olavo Tormin. O livreiro, depois de uma conversa rápida com os policiais, volta-se para a filha:

— *Estou indo. Estão me levando, mas não sei pra onde.*

Depois ele viu que foi levado para o 10º Batalhão de Caçadores, onde ficou por “um mês e três dias”³⁸. Nesse mesmo local, houve registros de tortura contra outros presos³⁹. A filha se recorda que os agentes conheciam o pai dela e por isso disseram que não iriam algemá-

³⁷ A família acredita que foi no mês de abril, mas não tem certeza.

³⁸ Depoimento de Olavo Tormin in *Prefeitura municipal* (1985, p. 265).

³⁹ *Ler Arquivos revelados* (2016).

lo nem agir com violência. Sônia não sabia para onde o pai estava sendo levado e seguiu direto para casa contar à mãe o que tinha ocorrido.

— *Eu tinha que avisar a minha mãe. Meu pai saiu, mas eu não podia sair correndo. Eu tinha que esperar, não podia chamar a atenção.*

— *Eu estive na casa dele depois que ocorreu isso, e estava numa espécie de clima de velório. Todo mundo achando aquilo um negócio absurdo, esquisito. A gente procurou conversar, dar um jeito, ver se melhorava aquele ânimo* (Modesto Gomes, escritor e amigo da família).

Grande parte de todo o estoque da livraria foi levado, assim como bens de Olavo e da família.

A polícia invadiu lá, a pedido da Caixa Econômica, pegou livros, jogou tudo num depósito lá na Vila Nova. Naquela época, eu tinha aquelas régua de cálculo de engenharia, coleções de direito, livros de engenharia, de medicina, de tudo. Quando me devolveram, só devolveram os do curso primário, a do ginásial, o resto sumiu tudo. Eles invadiram lá. Invadiram a minha casa também. Eu estava dormindo, começaram a derrubar a minha casa... eu acho que não pode uma casa financiada só responde por débito da própria casa, mas foram lá e derrubaram tudo. E, hoje, construíram, no local, um prédio de 14 andares. Sei lá! Tocar para a frente para ver, não é? (PREFEITURA MUNICIPAL, 1985, p. 266).

Em 1974, ele não conseguiu mais manter as portas abertas. Com o fim do Bazar Oió, Olavo Tormin teve outros empregos, mas nenhum que durasse muito tempo. Em 1984, foi homenageado como Sócio-benemérito da União Brasileira dos Escritores de Goiás por sua “destacada atuação no movimento social do estado”. No dia 8 de janeiro de 1991, Olavo passou mal no apartamento em que morava sozinho. O vizinho chamou o filho e o genro que o levaram ao hospital, onde ele morreu no mesmo dia. Sem provar sua inocência, sem seus bens e com muitas dificuldades financeiras.

1.3 Outros agentes literários: Ênio Silveira e José Olympio

Para inserir Olavo Tormin num contexto nacional, com o intuito de compará-lo com outros agentes literários e assim relativizar a sua atuação, vamos abordar um pouco das vidas de dois editores: Ênio Silveira e José Olympio, figuras-chave na história recente do livro no Brasil, que se formaram e se estabeleceram em grandes capitais, polos culturais, São Paulo e Rio de Janeiro. Foram editores, mas a atuação deles extrapolava o trabalho de edição. Ambos

tiveram livrarias que serviram de espaço para a convivência entre autores e intelectuais. Na esfera de atuação política, acredito que Tormin se posicione mais próximo a Ênio Silveira (de uma forma mais tímida), que foi muito atuante na luta contra o regime militar. Já José Olympio, preferiu se manter numa posição mais conservadora, como será mostrado neste capítulo.

O paulista Ênio Silveira nasceu em 1925. Formou-se em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo e seguiu para o exterior, onde estudou editoração na Universidade de Colúmbia, em Nova York, e fez estágio na Editora Alfred Knopf. Ao voltar para o Brasil, foi trabalhar na Civilização Brasileira, selo da Editora Nacional, em que o dono era o seu sogro Octalles Marcondes Ferreira. Em seis anos na Civilização Brasileira, era responsável pela subsidiária do Rio de Janeiro. Hallewell atribui a Ênio “contribuição em métodos administrativos, publicidade, produção gráfica e política editorial” para o desenvolvimento da indústria editorial no Brasil (HALLEWELL, 2005, p. 535). Foi vice-presidente da Câmara Brasileira do Livro e presidente do Sindicato Nacional dos Editores de Livros. Em 1970, aos 45 anos, controlava cerca de 20% do mercado brasileiro de ficção.

A editora também tinha uma livraria. A Livraria Civilização Brasileira, inaugurada em 1955 na Rua Sete de Setembro, no centro do Rio de Janeiro, era um ponto de encontro para debates políticos de intelectuais de esquerda. Ênio estimulava autores nacionais, como Fernando Sabino, que publicou *O Encontro Marcado* (1956), que atingiu 16 edições, sendo seis traduzidas. O romance inaugurou a coleção “Vera Cruz”, dedicada à literatura brasileira. O editor também se dedicava às traduções de obras da literatura moderna, trabalhava com editoras estadunidenses, francesas, italianas, alemãs, espanholas e russas. Sua visão publicitária pôde ser percebida na tradução de *Lolita*, em 1959, de Vladimir Nabokov. A aposta no autor, até então desconhecido no Brasil, rendeu o esgotamento da primeira edição, de 30 mil exemplares, em dez meses. O livro foi vendido inclusive em bancas de jornal. Outro sucesso foi a tradução de *O Advogado do Diabo*, de Morris West, que vendeu um livro por minuto em seis meses, 250 mil exemplares (HALLEWELL, 2005).

Ênio Silveira era um editor engajado, filiado ao Partido Comunista. Foi preso sete vezes e a editora sofreu financeiramente “acirramento dos instrumentos de censura e de outras formas de pressão” (VIEIRA, 1998, p. 144). O editor recorreu à Justiça para conseguir preservar o patrimônio da empresa, que estava tendo edições inteiras apreendidas e, que a médio prazo, “provocaria sua insolvência financeira” (VIEIRA, 1998, p. 93). A Civilização Brasileira chegou

a ser incendiada em 1968, mesmo ano em que a livraria foi alvo de uma explosão provocada por terroristas de direita⁴⁰.

Vieira explica que a editora era ortodoxamente de esquerda, mas não partidária. Ênio publicava “textos engajados, que foram de fato fundamentais para a definição da identidade política da Civilização Brasileira, apresentando análises da conjuntura nacional que alertavam para a gravidade da situação política” (VIEIRA, 1998, p. 79). O próprio editor esclarece sua postura editorial: “Eu não era um sectário, e nunca fui um sectário, a edição dos livros do Deutscher o demonstra, como demonstram também numerosos outros livros de autores não marxistas, marxistas mas dissidentes e marxistas heterodoxos que eu publiquei” (idem, 1998, p. 84). Ainda em entrevista a Vieira, Ênio Silveira afirmou que “Se você, fosse quem fosse ideologicamente, tivesse algo de oportuno e sério a dizer para influir na crise política brasileira de então, nós publicaríamos” (ibidem, 1998, p. 119).

A Civilização Brasileira entrou em concordata pela segunda vez em 1970. Segundo Andréa Galucio, “a crise da editora pode ser entendida num processo que iniciou na ditadura militar e percorreu toda década de 80 e 90 do século XX” (GALUCIO, 2009, p. 171). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) assumiu a editora, em 1975, e Ênio Silveira se manteve na direção editorial até morrer em 1996, quando o Grupo Record comprou a Civilização Brasileira.

Por outro lado, um editor que se destacou pelo seu relacionamento com os governantes foi José Olympio. Ele tinha uma visão pragmática para manter os negócios e também publicar autores nacionais de posições políticas diversas. J.O., como era conhecido, parou os estudos ao completar o curso primário. O contato com os livros se deu quando, aos 16 anos, conseguiu o emprego de vendedor na renomada livraria Garraux, em São Paulo. Sua neta, Lucila Soares, que escreveu *Rua do Ouvidor 110* (2006), afirma que “planejava ele mesmo a arrumação das vitrines e inventou uma novidade para chamar a atenção: cartões datilografados que destacavam frases e trechos de obras” (SOARES, 2006, p. 27). Mais tarde, seria promovido a gerente. O local lhe proporcionava contato com pessoas da alta sociedade da capital paulista. Segundo o jornalista e historiador Francisco de Assis Barbosa, “ser o gerente da livraria era, por certo, uma posição de prestígio não só pelo ordenado como pelo contato permanente e obrigatório com políticos e intelectuais, sem falar nos ricos fazendeiros e proprietários, esnobes da cultura” (PEREIRA, 2008, p. 355).

A grande mudança na vida profissional de J.O., aconteceu quando ele comprou

⁴⁰ Para saber mais sobre a ação terrorista da direita durante a ditadura militar, ler *A direita explosiva no Brasil* (1996), organizado por José Amaral Argolo.

todos os livros da biblioteca de Alfredo Pujol, em 1930. Pujol foi um escritor, membro da ABL e frequentador da Garraux. No ano seguinte, com parte desse acervo, o ex-gerente se tornou dono de uma livraria, a José Olympio Editora, na rua da Quitanda, 19-A, em São Paulo. Em 1933, ele se mudou para o Rio de Janeiro. A localização não poderia ser melhor: a rua do Ouvidor 110. A mesma rua já foi endereço de jornais e outras livrarias. Quando a José Olympio foi inaugurada, a livraria do outro lado da pista era a Garnier, que já tinha sido a principal da cidade nas décadas passadas. Em entrevista para *O Jornal*, publicada no dia 4 de julho de 1934, época da inauguração da livraria, José Olympio mostra a importância que quer dar à importação de literatura estrangeira: “Tudo farei no sentido de que os brasileiros não sintam falta de boas leituras, não fiquem no desconhecimento de grandes obras porque não haja quem as importe” (PEREIRA, 2008, p. 359).

Incentivado pelo amigo Amando Fontes, J.O. tomou uma decisão considerada uma “ousadia editorial” (SOARES, 2006, p. 38). Ele ofereceu um contrato com José Lins do Rego para reeditar cinco mil exemplares de *Menino de Engenho* e mais dez mil de *Banguê*. Segundo Soares, a empreitada foi um sucesso, não com a vendagem dos exemplares, e sim, com a divulgação da imagem de José Olympio, um “editor que bancava tiragens muito superiores às dos concorrentes, pagava direitos autorais em dia e, maravilha das maravilhas, concedia adiantamentos” (SOARES, 2006, p. 41). Mais tarde, a lista de autores da editora teria nomes como Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade e Gilberto Freyre. João Guimarães Rosa, médico e diplomata, foi escalado depois de lançar *Sagarana*, em 1946, pela Editora Universal. Fato curioso é que a mesma obra foi analisada pelo júri do concurso literário Humberto de Campos, da José Olympio, oito anos antes mas ficou em segundo lugar⁴¹.

A livraria José Olympio se tornou um ponto de encontro de grandes nomes da literatura brasileira. Soares descreve o lugar da seguinte forma: “Era escura, quente e oferecia como assento apenas alguns bancos de madeira. Ali não havia ventiladores, cafezinho ou água. Mas havia um espaço acolhedor para a prosa, algo que andava em falta” (SOARES, 2006, p. 52).

J.O. era uma figura muito bem articulada na sociedade carioca, “um apreciador da boa comida, conhecendo pelo nome os garçons de muitos restaurantes que frequentava; ia muito ao cinema, às vezes apenas para uma soneca... e de jogar pôquer com amigos como o romancista José J. Veiga, que morava no mesmo prédio” (PEREIRA, 2008, p. 52). A relação do J.O. com

⁴¹ SOARES (2006, p. 133).

os políticos é uma parte importante do agente literário: “José Olympio editou com o mesmo espírito autores da direita, da esquerda e do planeta Sirius”, escreveu Carlos Drummond de Andrade no artigo “A Casa”, publicado no *Diário de Pernambuco* (11.11.1956) (PEREIRA, 2008, p. 24). Sobre isso, J.O. disse: “Acho que tudo o que fizemos – editar Getúlio, Graciliano, Armando Salles, José Américo, Plínio Salgado, enfim: romancistas de esquerda, políticos de direita, movimento integralista – tudo isso simplesmente aconteceu. Não foi objeto de plano. [...] Nós nunca perguntamos a A se deveríamos editar B, nem a B se deveríamos publicar C” (PEREIRA, 2008, p. 54).

Durante o Estado Novo, a editora sofreu muito. Vários de seus autores foram presos e livros queimados. Estão na lista: Jorge Amado, com 1.427 exemplares queimados de uma vez em Salvador; Rachel de Queiroz ficou presa por três meses num quartel do corpo de bombeiros, em Fortaleza; e o ilustrador Tomás Santa Rosa foi preso ao sair da editora (SOARES, 2006, p. 66). José Olympio conheceu Graciliano Ramos depois de ter sido “preso pelos órgãos de repressão do Estado Novo, na caça às bruxas desencadeada pela malsucedida Intentona Comunista de 1935” (PEREIRA, 2008, p. 97). A obra *Angústia* foi incluída em seu programa editorial quando Graciliano Ramos ainda estava na prisão. Por outro lado, na mesma época, a José Olympio editava o diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), Lourival Fontes, também grande frequentador da livraria José Olympio, e Getúlio Vargas, por exemplo, com *A nova política do Brasil*, em 1938.

Até mesmo Graciliano Ramos entendia a postura “imparcial” de seu editor. Em um texto de 1934, ele escreveu: “O editor é liberal. Se tem simpatia para qualquer extremidade, oculta-a. Aparentemente está no meio: aceita livros de um lado e de outro, acolhe com amizade pessoas de cores diferentes ou sem nenhuma cor” (PEREIRA, 2008, p. 359). E essa relação se deu em diversos governos, como cita José Mario Pereira, organizador de *José Olympio – o editor e sua casa* (2008): “nos tempos de Getúlio, Lourival Fontes, Almir de Andrade e Herman Lima eram alguns deles; durante o governo Juscelino Kubitschek, Álvaro Lins e Augusto Frederico Schmidt iam constantemente à editora para longas conversas; nos anos do general Castelo Branco, seu ministro para assuntos do Gabinete Civil, Luís Viana Filho, com frequência levava à Casa as novidades da seara política” (PEREIRA, 2008, p. 21).

A José Olympio editou pelo menos quatro escritores de Goiás. Do romancista Bernardo Élis, de Corumbá de Goiás, publicou *Veranico de Janeiro* (1966) e *O tronco* (1967); do goiano Hugo de Carvalho Ramos, da Cidade de Goiás, a edição de 1965 de *Tropas e Boiadas*, com a capa desenhada por Luís Jardim; do crítico e poeta goiano Gilberto Mendonça Teles publicou *Drummond – A estilística da repetição*, em 1970. José J. Veiga, romancista de

Corumbá de Goiás, era amigo próximo de José Olympio e teve pelo menos *A Hora dos Ruminantes* (1974) editado pelo selo editorial.

Em 1955, a livraria fechou porque os donos do prédio onde ela funcionava decidiram implodi-lo para construir outro. Apesar de ter acertado, por contrato, um espaço no novo imóvel para a José Olympio, os donos mudaram de ideia e uma indenização foi paga pela quebra de acordo. Na década de 1950, a editora empregava 150 funcionários e tinha filiais em São Paulo, Belo Horizonte e Recife. Nessa época, para manter o negócio, ele fez um pedido de empréstimo ao Banco do Brasil e chegou inclusive a pedir a intermediação do presidente Getúlio Vargas, mas o pedido não foi aceito. Em 1966, abriu o seu capital na Bolsa de Valores (PEREIRA, 2008, p. 407). Entre 1975 e 1983, o BNDE, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, adquiriu o controle acionário da editora e, com isso, era o responsável pela sua administração. Em 1984, Henrique Sérgio Gregori, presidente da Xerox do Brasil e do Banco Crefisul, assumiu o controle ao comprar as ações. Mesmo nessa condição, José Olympio manteve-se como membro do Conselho Editorial e presidente de honra até o dia de sua morte, em 1990.

É importante fazer essa comparação entre os três nomes no sentido de se perceber até que ponto Olavo Tormin conseguiu ter uma atuação semelhante a dessas figuras nacionais, dentro das devidas proporções, no âmbito do cenário literário regional de Goiás. Numa análise breve, podemos destacar algumas particularidades, por exemplo, somente Ênio Silveira teve uma formação acadêmica, mas todos os três passaram por uma experiência com a venda de livros antes de abrirem ou assumirem o negócio. No que diz respeito ao cenário político, foi justamente por causa dele que Olavo Tormin precisou fechar as portas, já José Olympio manteve uma postura que fez com que ele superasse momentos difíceis devido a essa proximidade com o campo político. Ênio Silveira enfrentou de forma enfática o regime militar e sofreu fortes represálias. A editora Civilização Brasileira foi se arrastando até a concordata em 1970. Percebe-se, portanto, semelhanças e particularidades entre os três, e um mesmo objetivo-fim: o fomento da literatura, ou até mesmo da cultura de forma geral, nos seus locais de atuação.

1.4 Panorama Nacional

Para retratar as cenas literária e cultural das décadas de 1950 a 70, período do Bazar Oiô, optamos por voltar ao início do século para ver como se deu parte da formação do ambiente

literário brasileiro. Em *A vida literária no Brasil – 1900*, Brito Broca (1956) trata majoritariamente do Rio de Janeiro, que passava por uma fase de “remodelação” e de prosperidade. Ambiente que, segundo o autor, se refletiu na vida literária: “Os escritores superestimaram essa modernização da cidade, atribuindo ao Rio, em contos, romances, crônicas, ambientes e tipos que na realidade aqui não existiam” (BROCA, 1956, p. 16). Num olhar para as escolas literárias brasileiras até aquele momento, Broca aponta outros estados em que cada uma delas tomou mais corpo. São Paulo foi onde o romantismo mais se desenvolveu. O naturalismo, “embora produzindo seus frutos na metrópole, deitou suas mais fortes raízes no movimento cientificista do Recife”; e o simbolismo, na região sul do país, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O autor aponta a existência de grupos de escritores simbolistas em São Paulo, Bahia, Porto Alegre e Rio de Janeiro (BROCA, 1956, p. 132).

A influência europeia sobre a vida da elite cultural e econômica brasileira era forte. De acordo com Broca, o chá das cinco substituiu o café; os escritores se preocupavam com a aparência e até a literatura apresentava personagens, ambientes e situações desconhecidos do Brasil como o vício à cocaína e à morfina e histórias que se passavam em hotéis de luxo (Broca, 1956, p. 97). O autor cita uma crônica de João do Rio intitulada “Quando o brasileiro descobrirá o Brasil” em que o jornalista “protestava contra nossa ignorância das coisas nativas, enquanto estávamos sempre prontos com perfeito conhecimento da realidade européia, vício que era também, até certo ponto, o do cronista” (idem, 1956, p. 92).

Agora, quando decidia-se olhar para dentro do país, a atenção se voltava prioritariamente para o Rio de Janeiro. Muito do que se passava no mundo literário acontecia na capital fluminense e, em menor grau, em São Paulo. Entretanto, outros estados também produziam literatura. De acordo com Broca, eram eles: Ceará, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Goiás, São Paulo, Minas Gerais. Nesse sentido, o autor cita Sílvio Romero que criticava esse centralismo carioca:

Se algum merecimento me pode caber como crítico e historiador literário é ter sido sempre o defensor constante dos talentos provincianos contra a estreiteza de espírito revelada pelos criticalhos do Rio, no menosprêzo sistemático que tem por norma contra todos os que não fazem parte da panelinha do elogio mútuo, em que se dessoram a si próprios e fazem moer quantos lhe são adversos, nomeadamente os bons escritores provincianos (BROCA, 1956, p. 65).

Para Brito Broca, apesar dos talentos em outros estados do país, nada é forte o bastante para formar “centros de literatura à parte” do Rio de Janeiro (BROCA, 1956, p. 65).

Escritores renomados nascidos em outros estados, como Raquel de Queiroz e José Lins do Rego, só para citar dois, se mudaram para a cidade ao fechar acordos com grandes editoras nacionais. Já entre as décadas de 1920 e 1930, o Rio Grande do Sul entra em cena como o terceiro pólo industrial do país, como consequência, “já era possível ver a consolidação de um mercado editorial” fora do eixo Rio–São Paulo (COSTA, 2005, p. 82).

Para termos uma ideia de como se dava a distribuição de forças, um indicativo pode ser o número de editoras existentes em cada capital. Não foram encontrados dados relacionados às livrarias. Em 1953, São Paulo tinha 43 editoras; Rio de Janeiro, 34; Porto Alegre, 13, seguida por Belo Horizonte (12), Salvador (9) e Recife (3). As outras cidades somam 30 editoras (HALLEWELL, 2005, p. 494).

No início do século XX, a rua do Ouvidor era referência de ponto de livrarias e cafés da cena literária carioca. Nela, estava a livraria Garnier, um local de encontro dos escritores, frequentado por Machado de Assis que tinha uma cadeira exclusiva – essas reuniões aconteciam antes na Livraria Lombaert e depois na “Revista Brasileira”. Machado de Assis era visto acompanhado de José Veríssimo, Mário de Alencar, Lúcio de Mendonça, Coelho Neto, Visconde de Taunay, Joaquim Nabuco e outros. Broca também cita, como editores importantes da época, os Laemmert & Cia, o Francisco Alves, o Quaresma e o Jacinto (BROCA, 1956, p. 50; 141). Em São Paulo, a Livraria Teixeira lançou, com grande vendagem, *Poesias*, de Olavo Bilac, e *A Carne*, de Júlio Ribeiro, e tinha ainda a Garraux, por onde passavam “todas as grandes figuras do governo, da sociedade e das letras que compunham a cúpula dirigente do fastígio republicano de São Paulo” (PEREIRA, 2008, p. 355). As livrarias Garnier e Garraux fecharam, por volta de 1935. Elas viviam da venda de livros importados de Paris e, com o *crash* da Bolsa de Valores de Nova Iorque, em 1929, o negócio ficou insustentável.

Nessa época, o espaço para o desfile de escritores eram os salões, com modelos importados da França, “em que a literatura era cultivada como um luxo semelhante àqueles objetos complicados, aos paraventos japoneses do ‘art-nouveau’” (BROCA, 1956, p. 31). No Rio de Janeiro, Broca cita os salões de Laurinda Santos Lôbo, Sampaio Araújo, do casal Azeredo e Joe e, em São Paulo, o de José de Freitas Vale. Para o autor, quem conseguia escapar desse “tom afetado e esnobe” era Coelho Neto que também realizava encontros, na rua do Rozo: “Ali predominava a literatura, a cordialidade, e até mesmo uma certa sem-cerimônia” (BROCA, 1956, p. 37). A importância dessas reuniões vai além da cordialidade, como explica Pierre Bourdieu, em *Regras da Arte* (2002). Na obra, ele analisa o campo literário francês do século XIX e a dinâmica existente entre os produtores culturais. Para o autor, a partir da expansão industrial do Segundo Império e do surgimento do “burguês”, na segunda metade do século

XIX, a relação entre os produtores culturais e as figuras dominantes passou a ser de dependência direta do primeiro com o segundo, e o campo político, incluindo a família real, exercia esse poder, pois não havia ainda instâncias específicas de consagração estabelecidas.

Nos salões, ambientes reservados, exclusivos e com público determinado, era possível essa interação entre os campos político e literário. Tratava-se, segundo Bourdieu, de uma troca onde

os detentores do poder político visam impor sua visão aos artistas e apropriar-se do poder de consagração e de legitimação que eles detêm[...] por seu lado, os escritores e os artistas, agindo como solicitadores e como intercessores ou mesmo, às vezes, como verdadeiros grupos de pressão, esforçam-se em assegurar para si um controle mediato das diferentes gratificações materiais ou simbólicas distribuídas pelo Estado (BOURDIEU, 2002, p. 67).

Por isso, Bourdieu afirma que os salões “se distinguem mais pelo que excluem que pelo que aglutinam” (BOURDIEU, 2002, p. 69). Ele lembra que esse ambiente muda, nos anos de 1850, quando os “intelectuais proletários” passam a ocupar cervejarias e cafés para discussões teóricas de artistas populares, com participação aberta, “uma ambiência de exaltação intelectual em tudo oposta à atmosfera reservada e exclusiva dos salões” (idem, 2002, p. 92). Dessa forma, se aproxima mais dos exemplos brasileiros já citados.

Entretanto, a dependência entre os campos continua e uma grande mudança acontece quando esses agentes/escritores/produtores culturais passam a buscar a independência. Em vez de serem bancados pelos detentores de poder, sejam eles mecenas da monarquia ou do Estado, se tornam profissionais do seu ofício. Por isso, Broca afirma que, com o fim do mecenato imperial e o início da industrialização no Brasil, “já não se compreendia a atitude do artista morrendo de fome” (BROCA, 1956, p. 17). Raciocínio, segundo o autor, em que chegam até os simbolistas “com todo o desapêgo ao utilitarismo” (idem). Entretanto, esse assunto não foi resolvido facilmente. Em *Pena de aluguel*, a jornalista Cristiane Costa trata do dilema em torno da profissionalização do escritor/artista. Na virada do século, o artista pobre se vê entre “a submissão ao mercado (o jornalismo, o folhetim e o teatro de *boulevard*) e ao gosto burguês (expresso pela chamada “literatura sorriso”, que jamais fustiga os valores sociais) e a degradação material e moral expressa pela boemia, o alcoolismo e o vício, que ao menos dava um sentido artístico a sua vida” (COSTA, 2005, p. 62). Situação que demora a mudar. Sobre a impossibilidade de se viver da literatura no Brasil, Carlos Drummond de Andrade disse: “chamo escritor brasileiro ao nativo ou naturalizado que consegue escrever obra literária nos intervalos de exercícios da profissão de servidor público, bancário, médico, advogado,

jornalista etc.” (idem, p. 253). Para Oswald de Andrade, “no Brasil ser escritor é não ter profissão” (ibidem, p. 327). Essa discussão é importante para contextualizar a formação do campo literário brasileiro do século XX. A relação do editor com o escritor está diretamente ligada à essa questão da profissionalização.

Graciliano Ramos, que trabalhou por muitos anos como chefe dos redatores no jornal *Correio da Manhã*, defendia o ganho financeiro por meio do trabalho literário. Em 1945, no artigo “O fator econômico no romance brasileiro”, o escritor trata desse assunto e afirma que “o escritor brasileiro não toca na questão econômica porque tem medo de sujar as mãos com o dinheiro, ferindo a sua imagem de artista desinteressado” (COSTA, 2005, p. 316). Monteiro Lobato foi outro escritor que ficou conhecido por cobrar retorno financeiro do trabalho de escritor: “Quando lhe pedem artigos, quer logo saber quanto pagam” (MICELI, 2001, p. 17). Para o sociólogo Sergio Miceli (2001), em *Intelectuais à brasileira*, “José Bento Monteiro Lobato foi o anatoliano de maior sucesso comercial e intelectual na década de 20 em São Paulo” (MICELI, 2001, p. 16). De família rica, dona de grandes proprietários de terras na região paulista do Vale do Paraíba, se formou em Direito, por escolha do avô, o Visconde de Tremembé. De posse do título de bacharel, passou a colaborar em diversos jornais como a *Tribuna de Santos* e mais tarde, a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. Lobato investiu tanto na área econômica como no campo de produção cultural, “preocupado em ganhar dinheiro, economizar dinheiro, juntar dinheiro” (idem).

Esse interesse no lucro é criticado, na França do século XIX, pelos defensores da “arte pela arte”, ou seja, da arte sem fins sociais ou comerciais. Segundo Bourdieu, eles costumam ter origens próximas, de “posições centrais no seio do campo do poder”, filhos de médicos e intelectuais, por exemplo, por isso, a não dependência do retorno financeiro (BOURDIEU, 2002, p. 105). Situação que não encontra eco no exemplo brasileiro de Monteiro Lobato, que é de família rica, mas busca o lucro no seu trabalho de escritor; e sim, no francês Gustave Flaubert, que afirma que uma obra de arte não tem preço e, sendo assim, seu criador precisa ter rendas que não dependam de seu trabalho. Ele compara um artista que comercializa sua obra com um “vendedor” e se vê como um operário de luxo, já que “ninguém é bastante rico para pagar-nos” (BOURDIEU, 2002, p. 101). O papel de Olavo Tormin com o Bazar Oió é o de intermediário desses “operários de luxo”. No caso dele, além de vender as obras, ele também tem um papel de agente cultural, ao promover lançamentos e divulgar os trabalhos. Ao que tudo indica, um compromisso que ele assumiu com a intenção maior de movimentar o cenário cultural/literário do que defender posições ou autores.

Sobre essa problemática da valoração do trabalho do artista/escritor e a sua comercialização, Bourdieu classifica o campo literário como “um mundo econômico às avessas”, ao relativizar o conceito de sucesso: “o artista só pode triunfar no terreno simbólico perdendo no terreno econômico (pelo menos a curto prazo), e inversamente (pelo menos a longo prazo)” (BOURDIEU, 2002, p. 102). A meta é obter um resultado positivo entre seus pares. O reconhecimento público pode acontecer, mas não de imediato. Segundo Bourdieu (2002, p. 163), a melhor forma para medir a posição de um empreendimento de produção cultural no campo é a duração do ciclo de produção. Quanto mais rápida, mais comercial.

Podemos pensar nessa avaliação de Bourdieu, em termos de tempo e prestígio, quando tratamos de livrarias: empreendimentos que são, ao mesmo tempo, pontos comerciais mas, também, pontos de leitura, de construção de carreiras e de consagração de escritores. Como vimos em exemplos citados anteriormente, a Garnier, a Garraux, a Civilização Brasileira e a José Olympio, todas livrarias e editoras, conseguiram se manter por décadas. Nos casos da Garnier e da Garraux, que começaram ainda no século XIX, por exemplo, foram 90 e 70 anos de existência, respectivamente. Todas passaram por momentos de resistência, depois de entrarem em fases de declínio econômico. Essa resistência, que em alguns casos chegou a durar muitos anos, só foi possível justamente por causa do prestígio que elas construíram ao longo do tempo. Nome que, no caso da José Olympio e da Civilização Brasileira, garantiu empréstimos com bancos para quitar as dívidas. Mas, chega determinado momento em que o poder econômico dá um basta e, como diz Bourdieu, “as lutas que se desenvolvem no interior do campo literário (etc.) dependem sempre, *em seu desfecho*, feliz ou infeliz, da correspondência que possam manter com as lutas externas (as que se desenvolvem no seio do campo do poder ou do campo social em seu conjunto) e dos apoios que uns ou outros possam encontrar aí” (BOURDIEU, 2002, p. 285). É quando as portas se fecham.

No caso do Bazar Oió, é necessário pensar em como se dá essa relação inversamente proporcional entre “mundo econômico” e “campo literário”. Acredito que essa teoria não cabe à livraria goiana porque o prestígio alcançado por ela se deu em pouco tempo, apenas 24 anos até que ela falisse, e entre outros motivos, o cenário era muito específico, de uma cidade recém-criada, carente de atividades culturais. Ao mesmo tempo, duas condições foram fundamentais para manter o negócio: o trabalho de Olavo Tormin como servidor público na Caixa Econômica Federal e o retorno financeiro gerado pela venda de livros didáticos no Bazar Oió. A sua principal renda vinha do trabalho desempenhado como tesoureiro do banco público, que sustentava ele e a família. Essa relação entre agentes literários e o Estado será tratada adiante,

com Sérgio Miceli. Com isso, o livreiro Olavo Tormin podia se “dar ao luxo” de deixar o lucro em segundo plano, como disse seu amigo Modesto Gomes:

*Aquilo era uma gamação especial dele, aquilo para ele era tudo, era a vida. É claro que ele procurava ganhar algum dinheiro, mas isso não era o essencial. O essencial era ter uma livraria para servir e produzir um movimento cultural também*⁴².

Já a venda de livros didáticos era garantida todo início de ano. Segundo Hallewell, esse ramo é o “sustentáculo” do setor livreiro, como veremos mais a frente, e foi o responsável por manter o setor em períodos de crise. É o que lembra o livreiro Luiz Scartezini: “*Era uma teimosia ter uma livraria naquela época em Goiânia. Dinheiro no começo das aulas, depois, ato histórico*”⁴³.

Voltamos ao debate nacional sobre a impossibilidade do escritor conseguir viver apenas do seu trabalho com as palavras. Uma alternativa foi conciliar a escrita literária com a jornalística. Fato que se deu desde a França do século XIX, passando pelo Brasil do século XX e que continua nos tempos atuais. Broca cita, como exemplos do início dos anos 1900, Olavo Bilac e Medeiros e Albuquerque, que escreviam crônicas para jornais. Mas a lista é grande e também a integra Oswald de Andrade, que foi diretor de revista *O Pirralho*, de 1911; Machado de Assis, Graciliano Ramos, Lima Barreto, Clarice Lispector, etc. Sobre a dupla jornada de escritor na imprensa, o jornalista João do Rio fez uma enquete em sua coluna “Momento Literário”, no jornal *Gazeta de Notícias*, em 1904. Ele perguntou a escritores se “trabalhar na imprensa atrapalha ou ajuda alguém que pretende ser escritor?”. Dos 36 que aceitaram participar, dez acharam que o jornalismo prejudica o trabalho de escritor; onze, que não atrapalha; e outros onze acreditam que é bom apenas para os aspirantes; três não responderam e um não soube responder. Medeiros e Albuquerque disse o seguinte:

É certo – respondeu êle a João do Rio – que a necessidade de ganhar a vida em misteres subalternos de imprensa (sobretudo o que se chama ‘a cozinha’ dos jornais: a fabricação rápida de notícias vulgares), misteres que tomam muito tempo, pode impedir que os homens de certo valor deixem obras de mérito. Mas isso lhes sucederia se adotassem qualquer outro emprêgo na administração, no comércio, na indústria... O mal não é o jornalismo: é do tempo que lhes toma um ofício qualquer, que não os deixa livres para a meditação e a produção (BROCA, 1956, p. 206).

⁴² Entrevista concedida à autora. Goiânia, 16/02/2008.

⁴³ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 20/01/2008.

Cristiane Costa traz para os anos 2000 a mesma enquete feita por João do Rio. Dos 32 ouvidos, dez disseram que o trabalho na imprensa prejudica a vocação literária; onze disseram que não; onze afirmaram que ao mesmo tempo que ajuda, também atrapalha e quatro não quiseram ou não souberam responder (COSTA, 2005, p. 16). A autora faz uma comparação entre os campos jornalístico e literário e como a relação entre eles mudou ao longo dos anos. Até 1910, os principais personagens desse cenário são José de Alencar, Machado de Assis, Olavo Bilac, Coelho Neto, Lima Barreto e João do Rio. Entre 1920 e 1950, Graciliano Ramos, Monteiro Lobato, Oswald de Andrade, Nelson Rodrigues, Carlos Drummond de Andrade, Jorge Amado e Erico Verissimo. A aproximação entre as áreas se deu, segundo a autora, entre 1840 e 1910, quando houve um aperfeiçoamento das técnicas de impressão e o jornalismo tomou escala industrial: “E onde essa indústria encontraria uma mão de obra previamente qualificada? Na literatura.” (COSTA, 2005, p. 44).

Assim como existia a imprensa, uma segunda alternativa de renda para os escritores estava no trabalho para o Estado. Aluísio Azevedo, por exemplo, entrou para a carreira consular em busca de estabilidade. Morou na Espanha e Inglaterra, mas não gostava da vida no exterior e sentia falta do Brasil (BROCA, 1956, p. 24). Durante o Estado Novo, Getúlio Vargas “percebeu as vantagens da cooptação de intelectuais opositores por meio de cargos e salários” (COSTA, 2005, p. 79). Monteiro Lobato foi convidado para participar do governo de Getúlio Vargas, mas recusou a proposta para o que seria posteriormente o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda. Foi preso por quatro dias, em 1941, pelo governo que um dia o quis ao seu lado. Em contrapartida, Cassiano Ricardo, Menotti del Picchia e Cecília Meirelles chefiaram órgãos de imprensa ligados ao departamento. O próprio Graciliano Ramos, preso por dez meses, pouco antes da instalação do Estado Novo, colaborou com as revistas *Atlântico* e *Cultura Política* do DIP a partir de abril de 1941, “trabalho que se vê forçado a aceitar, com triste constrangimento, por motivo de sobrevivência” (SUSSEKIND, 1985, p. 23). Carlos Drummond de Andrade trabalhou no Ministério da Educação na gestão de Gustavo Capanema, seu amigo particular. Graciliano Ramos foi prefeito de Palmeira dos Índios e ocupou o cargo de diretor da Inspeção Pública de Alagoas. José Lins do Rego foi fiscal de renda em Maceió (SOARES, 2006, p. 23).

Estamos tratando, neste trabalho, entre outros pontos, do campo literário brasileiro para dimensionar a importância de uma livraria criada em Goiânia por um livreiro paulistano, as atividades desenvolvidas ali ou a partir dali, e as suas implicações para a cena local. Isso sem esquecer que Olavo Tormin e o Bazar Oió tinham uma relação bem estreita e direta com autores e outros agentes culturais. Por isso, o debate sobre a profissionalização é importante para

pensarmos no cenário em que acontece essas dinâmicas, haja vista que estamos nos referindo muito ao eixo Rio-São Paulo por causa da falta de bibliografia sobre o tema com um recorte incluindo Goiás. Mas, é por meio de uma análise mais nacional, que a gente passa a restringir nosso olhar.

Em Goiás, essa relação dos escritores com a imprensa e o Estado também é bem visível, já que alguns escritores goianos trabalharam para o governo e/ou na imprensa. Voltaremos a falar sobre eles, em um contexto local, no próximo tópico deste capítulo. Bernardo Élis colaborou com vários jornais e foi secretário da Prefeitura de Goiânia. Eli Brasiliense foi fiscal de renda do Estado, além de ter tido participação ativa na imprensa, entre outros cargos, foi redator-chefe da *Folha de Goiás*. Eliezer Penna, que foi secretário do *Jornal Oió* nos quatro primeiros números, era um jornalista que já vinha de uma experiência em São Paulo na *Folha da Manhã*, *O Dia* e *Jornal Hoje*, e em Goiânia, trabalhou na *Folha de Goiaz*, *O Popular* e *Diário da Manhã*. Assumiu ainda funções públicas, entre elas, secretário de Interior e Justiça, de Indústria e Comércio, de Imprensa e secretário Geral, cargos ocupados em diferentes governos goianos. Bariani Ortêncio escreveu crônicas para jornais locais, foi responsável pelo suplemento literário da *Folha de Goiaz* e é membro do Conselho Estadual de Cultura. Carmo Bernardes foi jornalista na Universidade Federal de Goiás, como servidor público, trabalhou ainda nas Centrais Elétricas de Goiás, foi assessor do governo e da presidência da Assembléia Legislativa. Na imprensa, foi cronista de *O Popular*. Modesto Gomes teve participações nos jornais *O Social*, *O Popular* e *Jornal de Letras*. Entre os cargos no governo estão de chefe de gabinete da Secretaria de Interior e Justiça, diretor do Departamento de Cultura e diretor do Departamento de Ensino Médio na Secretaria de Educação. O livreiro Olavo Tormin foi tesoureiro da Caixa Econômica Federal por 23 anos. Não escrevia literatura nem textos jornalísticos, mas participou do meio ao criar o *Jornal Oió*, em 1957.

Sérgio Miceli retrata bem como se deu a inserção dos intelectuais na estrutura do Estado⁴⁴. O autor trabalha essa relação e as “estratégias de que lançaram mão [os intelectuais] para se alçarem às posições criadas nos setores público e privado do mercado de postos entre 1920 e 1945” (MICELI, 2001, p. XVI). Miceli destaca que Getúlio Vargas, ao perceber a vantagem em cooptar intelectuais para o governo, os colocou presentes em todas as áreas, educação, cultura, justiça, serviços de segurança, etc. No que diz respeito à cultura, Vargas a tratou como “negócio oficial”, com orçamento próprio, e a “intervenção em todos os setores de

⁴⁴ Daniel Pécault também trata do assunto em *Os intelectuais e a política no Brasil: entre o povo e a nação* (1990).

produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico” (MICELI, 2001, p. 133). O ministro da Educação de Vargas, Gustavo Capanema (1934-1945), “exerceu, em diversas áreas da atividade intelectual e artística, um importantíssimo papel de mecenas, incentivando uma intelectualidade em formação” (VIEIRA, 1998, p. 32).

Porém, as áreas mais procuradas continuavam sendo “as antigas fileiras da burocracia civil”, o magistério superior, as carreiras jurídicas e a diplomacia (MICELI, 2001, p. 155). O ingresso no quadro do funcionalismo, por parte dos intelectuais, se dava a partir de “um diploma superior e de pistolões ou outras modalidades de capital social” (MICELI, 2001, p.139). O autor afirma ainda que eles assumiam cargos com altos salários e uma série de regalias (MICELI, 2001, 144). Para Vieira, forma-se nesse momento “um traço que caracterizará a inteligência brasileira até o final dos anos 50: o fato de estar umbilicalmente ligada ao Estado” (VIEIRA, 1998, p. 31). Entretanto, o autor afirma que essa relação se estabeleceu porque a intelectualidade brasileira não conseguiu organizar um campo cultural autônomo.

Havia ainda os que não faziam parte do quadro fixo, mas que prestavam serviço para o Estado, na produção de livros, de manuais escolares e também representando o governo em eventos internacionais (MICELI, 2001, p.157). Se pensarmos como Miceli, essa situação era conveniente para os intelectuais que desfrutavam de “posições que pareciam infensas às exigências do mercado, ou então, impermeáveis às servidões impostas pelo mecenato oficial” (MICELI, 2001, p.158). Para o autor, cria-se, assim, uma relação de dependência, em que os subsídios do poder público “sustentam as iniciativas na área da produção cultural, colocam os intelectuais a salvo das oscilações de prestígio, imunes às sanções de mercado, definem o volume de ganhos de parte a parte” (MICELI, 2001, p. 158). Ao garantir essas e outras vantagens, como o acesso às grandes editoras, as autoridades governamentais “se converteram na instância suprema de validação e reconhecimento da produção intelectual” (MICELI, 2001, p. 160). Para comprovar a afirmação anterior, Miceli lembra as eleições dos imortais da Academia Brasileira de Letras. Entre 1930 e 1945, 70% dos escolhidos participavam de altos cargos do governo, “sendo que muitos deles garantiram sua vitória em função da rede de influências que tiveram a oportunidade de acionar, em detrimento daqueles que concorriam apenas pelo mérito de suas obras” (idem).

Os motivos da convocação para o serviço público fazem com que se diferencie o que Miceli chama de “escritores-funcionários” dos “funcionários-escritores”. Os primeiros, Augusto Meyer, Rodrigo Mello Franco de Andrade e Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, tinham relacionamento pessoal com políticos. Os segundos, como Osvaldo Orico, Herman Lima, Peregrino Jr., começaram as carreiras sem esse tipo de contato que pudesse lhes

garantir vantagem (MICELI, 2001, p.182). Com isso, tiveram que se submeter às diretrizes políticas do regime, ao contrário dos escritores-funcionários, que se mantinham “neutros” e, assim, garantiam a distância da censura de suas obras (MICELI, 2001, p.187). Ao fazermos uma adaptação, trocando a palavra “escritor” pela “livreiro”, conseguimos aproveitar o raciocínio de Miceli para falar de Olavo Tormin. Ele poderia ser chamado, nesse caso, de “funcionário-livreiro”, já que a sua entrada no serviço público nada tinha a ver com a sua carreira como dono do Bazar Oió⁴⁵, ao contrário, era seu o trabalho para o Estado que ajudava a viabilizar a manutenção da livraria.

1.5 Panorama Local

Na época da inauguração do Bazar Oió, na Avenida Goiás, em 1951, a cidade era muito jovem, tinha apenas dezoito anos⁴⁶. O seu desenvolvimento aconteceu de forma rápida, junto com o país, nos anos seguintes. Até 1970, o Brasil passou por um momento de crescimento econômico, com o aumento do número de fábricas em vários setores. Os alimentos industrializados tomaram o mercado e as novidades, aos poucos, foram chegando à região Centro-Oeste⁴⁷. Com o surgimento do avião, a distância de Goiás para as outras regiões diminuiu. A construção de Brasília também atraiu muita gente para o centro do país. O Censo de 1940 registrou 18.889 habitantes em Goiânia⁴⁸. Na década de 60, chegou a 153.505, um aumento de pouco mais de oito vezes, e atualmente é de 1.448.639⁴⁹.

Goiânia foi uma cidade planejada, fruto de interesses políticos e com um propósito forte de modernização do interior do país. Brasília também nasceu de um projeto semelhante, mas foi inaugurada 27 anos depois da nova capital goiana. Para entendermos melhor de que cidade estamos falando aqui ao nos referirmos a Goiânia, vamos voltar ao século XVIII. Em 1725, com o início da atividade mineradora no estado de Goiás, foi fundado o arraial de Vila Boa, mais tarde a Cidade de Goiás, então capital do estado. A partir de 1753, com a estagnação econômica na cidade, começaram a surgir propostas de transferência da capital. Porém, foi

⁴⁵ O Bazar Oió estava registrado em nome de Francisca Hermano Tormin, esposa do livreiro, já que ele era funcionário do Estado.

⁴⁶ A pedra fundamental da cidade de Goiânia foi lançada em 24 de outubro de 1933; a transferência da capital para Goiânia foi publicada em 23 de março de 1937, pelo Decreto Estadual n.º 1.816; e a inauguração, ou melhor, o batismo cultural foi em julho de 1942.

⁴⁷ *História da vida Privada no Brasil* (1998).

⁴⁸ *Guia Orientador de Goiânia* (1982). Instituto de Planejamento Municipal – IPLAN. 325 p.

⁴⁹ Censo 2016.

apenas com a revolução de 1930, com o interventor Pedro Ludovico Teixeira à frente, que medidas efetivas foram tomadas. Para o historiador Nasr Nagib Fayad Chaul, em *Caminhos de Goiás*, “Goiânia pode ser considerada um fruto do Estado Novo, uma vez que a sua construção dependeu basicamente do regime instaurado em 1930 e que culminou na ordem imposta por Vargas em 1937” (CHAUL, 1997, p. 227).

A mudança não era unanimidade, principalmente entre os grandes proprietários de terras. Havia os que queriam que a Cidade de Goiás continuasse como capital do estado e que sugeriam que ela fosse recuperada. O interventor Pedro Ludovico Teixeira se referiu à essa possível recuperação da cidade de Goiás como “remodelação impossível de uma cidade, velha e inafeiçãoável às conquistas e às utilidades da vida moderna” (CHAUL, 1997, p. 206). Goiânia serviu de estratégia política para Pedro Ludovico, que vislumbrava as eleições constituintes de 1933 (CHAUL, 1997, p. 207).

Como a transferência dependia dos políticos goianos, houve embate e a imprensa tomou partido a favor da mudança da capital. No impresso *Lavoura e Comércio*, de agosto de 1936, texto sobre o tema afirmava que “por mais respeitáveis que sejam os pontos de vista dos dois deputados dissidentes, são eles objetos de justas censuras pelo mal que estão fazendo ao seu Estado” (MONTEIRO, 1938, p. 588). Distinguiu os lados da seguinte forma: os que olhavam o presente (antimudancistas) e os que olhavam o futuro (mudancistas). Porém, Ludovico tinha o apoio da maioria absoluta na Assembléia Legislativa e de quase toda bancada federal. No dia 15 de abril de 1935, a assembléia o elegeu indiretamente para o governo do estado de Goiás. E, no dia de 23 de março de 1937, foi publicado no *Correio Oficial*, o Decreto nº. 1.816, que transferia para Goiânia a capital do estado de Goiás. No *Jornal de Goiânia* de cinco dias depois constava: “Mas o espírito creador operava, febrilmente, com o fanatismo de um predestinado. Os obstáculos eram pedras de gelo arremessadas de encontro ao sol. Derretiam-se” (MONTEIRO, 1938, p. 610). A inauguração, ou melhor, o batismo cultural, como consta na história oficial da cidade, foi em julho de 1942. O folclorista Bariani Ortêncio explicou⁵⁰ que, nessa época, Goiás tinha fama de ser o ponto de convergência de vários bandidos de outras regiões que fugiam para o estado. Em razão disso, não há ruas de números 38 nem 44 na cidade, referentes a calibres de revólveres.

Para a construção, foi necessária a ida de quatro mil homens de outros estados, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia, e “os recursos viriam de lotes vendidos na área da construção de Goiânia e, resumidamente, dos cofres do governo federal, por meio

⁵⁰ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 08/03/2008.

de apólices e empréstimos” (CHAUL, 1997, p. 210). Depois de quarenta mil toneladas de concreto armado, 510 mil tijolos e seis mil metros quadrados de madeira, podiam ser vistos os primeiros primeiros prédios da nova capital.

Já em meados do século XX, a cena cultural de Goiânia contava com, ao menos, mais três livrarias: Bazar Municipal, Brasil Central e Vanguarda. Em termos de cultura, a cidade tinha, nos anos 60, três cinemas, o Cine Teatro Goiânia, o Cine Goiás e o Cine Santa Maria; os clubes sociais, como o Jôquei Clube e o Country Clube; e entre os bares e cafés, que também serviam de ponto de encontro, o Bar Royal e o Café Central. A Editora Oriente, dos irmãos Taylor e José Oriente, também foi importante nesse cenário.

Entre os acontecimentos culturais que marcaram a história de Goiânia, destacam-se a criação da Bolsa de Publicações Hugo de Carvalho Ramos, em 1943; o I Congresso Nacional de Intelectuais, em fevereiro de 1954; no mesmo ano, a Exposição Nacional de Artes Plásticas, organizada pelo pintor Frei Nazareno Confaloni e pelo professor Luiz Curado. Os dois eram da Escola Goiana de Belas Artes, fundada em dezembro de 1952. O italiano Frei Confaloni, frequentador assíduo do Bazar Oió, pintou afrescos no Santuário de Nossa Senhora do Rosário, na Cidade de Goiás, e em Goiânia, o Cristo crucificado, a Nossa Senhora e São Domingos, os três na Paróquia São Judas Tadeu, em Goiânia. Em 1956, foram realizadas a III Conferência Nacional dos Jornalistas, pela Associação Goiana de Imprensa; a II Semana de Arte de Goiás e a I Exposição do Livro Goiano, realizada pela escritora e folclorista Regina Lacerda. Em 1975, Bernardo Elis é eleito para a Academia Brasileira de Letras⁵¹.

O primeiro jornal a circular em Goiânia foi o *Nova Goiaz*, em 11 de junho de 1935, sob a direção de Balthazar dos Reis. No final do mesmo ano, surgiu o semanário *Goiânia*, dirigido por Carlos Pierucetti, que era impresso na cidade mineira Araguari. O *Correio Oficial*, hoje *Diário Oficial*, criado em 1936, veiculava noticiário geral e tinha colaboração de jornalistas. No mesmo ano foi criado o *Jornal de Goiânia*, e, em abril de 1938, *O Popular*, com a direção de Joaquim Câmara Filho, Jaime Câmara e Vicente Rebouças Câmara.

Em *Pequena história da literatura goiana*, Almor Barbosa (1984) fala dos principais escritores do estado. Barbosa começa por Florêncio Antônio da Fonseca Grostom, o primeiro escritor nascido em Goiás, no final do século XVIII. Erico Curado foi o primeiro poeta simbolista de Goiás. Sua estreia foi em 1913 com o livro *Iluminuras*. A primeira obra literária escrita no estado foi o *Gente da Gleba*, dentro do livro *Tropas e Boiadas* (1917), por Hugo de Carvalho Ramos. Praticamente todos os citados a partir daqui, referentes ao período do Bazar

⁵¹ *Guia Orientador de Goiânia*. Instituto de Planejamento Municipal – IPLAN. 1982. p. 325.

Oió, estiveram na livraria e participaram ativamente de suas atividades, incluindo as mulheres citadas mais a frente. Nome de referência na literatura do estado e filho do poeta Erico Curado, Bernardo Élis foi o quarto a ocupar a cadeira nº 1 da Academia Brasileira de Letras, sucedendo Ivan Lins. Por outro lado, foi o primeiro goiano a entrar na ABL. Élis nasceu em Corumbá de Goiás, em 1915, e morreu com oitenta e dois anos na cidade natal. Seu primeiro livro, *Ermos e Gerais* (1944), foi também seu primeiro sucesso. Quinze anos mais tarde, foi relançado e editado pelo Bazar Oió. Foi fundador da *Revista Oeste* e da Associação Brasileira de Escritores, seção Goiás. José J. Veiga também é de Corumbá de Goiás. Nasceu no mesmo ano de Bernardo Élis. Estreou na literatura com 44 anos com *Os cavalinhos de Platiplanto*. Foi para o Rio de Janeiro em 1935, onde ficou até morrer em 1999.

Temos ainda, na lista de Alaor Barbosa, escritores como Eli Brasiliense. Nascido em Porto Nacional⁵² (na época, Goiás, hoje, Tocantins), em 1915, o romancista estreou com *Pium* (1945), uma obra “que é o retrato fiel da realidade social goiana — a da zona rural, que ele conhece como poucos” (BARBOSA, 1984, p. 109). O romancista Carmo Bernardes nasceu em Patos de Minas, em 1915, mas construiu sua vida literária em Goiânia. José Godoy Garcia era poeta e romancista. Segundo Barbosa, “de todos os da sua geração em Goiás, o mais caracteristicamente modernista, o poeta mais realizado” (BARBOSA, 1984, p. 67). De Jataí, estreou na literatura com trinta anos e a obra *Rio do Sono*. E a lista segue com José Décio Filho, Afonso Félix de Souza e seu irmão Domingos Félix de Souza, Antônio Geraldo Ramos Jubé, Waldomiro Bariani Ortêncio, Heleno Godoy, Luiz Fernando Valadares, Miguel Jorge, Coelho Vaz, Jacy Siqueira, Maximiano da Mata Teixeira, o próprio autor Alaor Barbosa, José Mendonça Teles, Jesus de Aquino Jaime, Modesto Gomes e Gabriel Nascente, um dos primeiros poetas nascidos em Goiânia. Nascente estreou com a obra *Os gatos*, em 1966, com lançamento no Bazar Oió. O autor destaca os críticos Domingos Félix de Souza e Oscar Sabino Júnior, em uma geração, e Gilberto Mendonça Teles e Modesto Gomes, na seguinte.

É possível perceber que havia um divisor quando se tratava de gênero nessa época. A Academia Feminina de Letras e Artes de Goiás, foi criada, em 1969, justamente porque a Academia Goiana de Letras não permitia a participação de mulheres. Regra alterada dois anos depois. Entre as mulheres, Barbosa cita Regina Lacerda, poeta e folclorista. Ada Curado, romancista e contista, estreou com o livro *O sonho do Pracinha* (1954). Yêda Schmaltz, pernambucana, “uma extraordinária trabalhadora da literatura” (BARBOSA, 1984, p. 94). Maria Helena Chein, nascida em Goiânia, estreou com *Do olhar e do querer* (1974). E Cora

⁵² O estado de Tocantins foi criado em 1988.

Coralina lançou sua primeira obra, *Poemas dos becos de Goiás e estórias mais* (1965), aos 76 anos, no Bazar Oió. Adiciono ainda dois nomes citados durante esta pesquisa: Amália Hermano Teixeira, historiadora, folclorista e botânica e a crítica literária Moema de Castro e Silva Olival.

Para dois dos entrevistados, Modesto Gomes e Miguel Jorge, não havia preconceito de gênero. “*Era mais afeta aos homens, mas havia algumas mulheres que participavam*”⁵³, afirmou Gomes. Miguel Jorge é mais incisivo: “*A Yêda (Schmaltz) lançou seus livros primeiro do que eu. Não tinha isso não. As mulheres eram tão importantes como os homens*”⁵⁴. Miguel Jorge fez parte de um grupo de escritores que marcaram a literatura do estado com uma produção vanguardista. O GEN, Grupo de Escritores Novos, surgiu em 1963 e era formado por Miguel Jorge, Heleno Godoy, Luiz Fernando Valadares, Yêda Schmaltz, Maria Helena Chein. A intenção foi renovar a literatura goiana, que até então, era focada no regionalismo, tratando dos problemas sociais, da miséria e da violência: “*só que nós já conhecíamos todos esses caminhos percorridos por eles [regionalistas]. A gente não queria mais, a gente queria uma coisa nova. Então, passamos para a vanguarda*”, explicou o escritor.

Para entrar no grupo era preciso passar por uma avaliação. Havia reuniões, grupo de estudos e debates, promoção de concursos literários, saraus, teatro em um espaço cedido no Conservatório de Música. Cora Coralina foi convidada de honra. Depois de cinco anos muito atuantes, o GEN terminou, porque segundo Miguel Jorge, “*já tinha feito tudo o que tinha proposto*”. Antes do GEN, em 1956, com o intuito semelhante de discutir arte e literatura, surgiu Os Quinze. O grupo foi o primeiro a publicar um manifesto modernista em Goiás⁵⁵.

Para ajudar a montar esse cenário goiano, vou recorrer novamente a Orlinda Maria Melo (2002), que mapeou as instituições de leitura de Goiânia, entre os anos de 1933 a 1959. Ao longo dessa pesquisa, ela cita instituições públicas e privadas, formais e informais. Entre elas, escolas públicas e particulares, destaque para o Liceu de Goiânia, e a Escola Normal Oficial, que foram transferidos da Cidade de Goiás, “representados (pelos entrevistados) como ‘centros literários e culturais’” (MELO, 2002, p. 81); a Universidade Católica de Goiás (1959) e a Universidade Federal de Goiás (1960); bibliotecas públicas, como a Biblioteca Pública Municipal de Goiânia, e particulares (em residências); grêmios estudantis; eventos culturais como o I Congresso Nacional de Intelectuais e a I Semana de Arte em Goiás; e instituições como Instituto Histórico Geográfico (1933), Academia Goiana de Letras (1929), Museu do

⁵³ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 16/02/2008.

⁵⁴ Entrevista concedida à autora. Goiânia, 16/02/2008.

⁵⁵ Sobre Os Quinze, ver TELES, Gilberto Mendonça (1982). Para mais informações sobre o GEN, ver OLIVAL, Moema de Castro e Silva. *GEN: um sopro de renovação em Goiás*. Goiânia: Kelps, 2000.

Estado (1946). Esses últimos tinham bibliotecas abertas ao público e em algumas, eventos culturais como lançamentos de livros.

Por meio de suas entrevistas, a autora consegue recuperar momentos que não estão em livros, muitos apenas nas lembranças das pessoas que os vivenciaram. Esse trabalho foi importante, pois ajudou a montar parte desse quebra-cabeça que é a cena literária/cultural goiana da época do Bazar Oió, inclusive com novos nomes não alcançados antes pela minha pesquisa. Em relação aos estabelecimentos citados a seguir, não há informações do período de existência de cada um. Porém, como a pesquisadora estabeleceu o intervalo entre 1933 e 1959, fiz a opção de citá-los aqui como se ainda estivessem ativos pelo menos até 1951, ano em que o Bazar Oió foi criado. Mesmo que um ou outro já não existisse mais, seria algo recente que vale a pena citar no intuito de formar esse espaço literário tão jovem.

Ao falar das livrarias, a mais citada é o Bazar Oió. Segundo Melo, “as imagens presentes nos discursos do ‘Jornal Oió’, de Olavo Tormin e dos leitores entrevistados desenham o Bazar Oió como o centro cultural e literário mais ‘relevante’ na cidade” (MELO, 2002, p. 107). A autora diz ainda que “os leitores entrevistados, de modo geral, celebram a ‘efervescência literária e cultural’ do Bazar Oió como se ele representasse um ambiente acadêmico igual aos das atuais Universidades” (MELO, 2002, p. 108). Sobre as livrarias, o Sr. Miro afirma:

Eram poucas: *Vanguarda*, de Lucas Freire, *Bazar Municipal*, de Scartezini. Essas, além de vender livros didáticos e de literatura, promoviam também lançamentos de livros de autores goianos. Movimentavam a cidade. Já, papelarias existiam muitas. A falta de livrarias, no entanto, pôde ser compensada com o *Bazar Oió*, que bazar nada tinha: vendia livros, literatura brasileira, goiana, estrangeira. Livros que ainda eram recentes nas livrarias de São Paulo ou do Rio de Janeiro, aqui também era possível encontrá-los... Era um grande centro cultural na época (MELO, 2002, p. 105).

Dois ambulantes de livros são identificados, o Sr. Monteiro e o Seu Costinha. O primeiro era, segundo a professora Dona Lalá, “um caixeiro-viajante que trazia livros difíceis de achar e eu comprava os livros dele porque não tinha tempo de ir às livrarias” (MELO, 2002, p. 104). Os vendedores ambulantes vendiam a prestação, facilidade bem vinda para disseminar a leitura: “Eu comprei a coleção de Machado de Assis do Sr. Monteiro. Pagávamos a prestações” (Melo, 2002, Sr. Gildo – n: 1917, professor, p.104). Também era assim que a empregada doméstica Dona Sebastiana comprava com o Manoel Bento Costa, conhecido como Seu Costinha: “Eu comprei muitas revistas de corte e costura e também livros de vida de santos, porque eram baratos (Melo, 2002, Dona Sebastiana – n: 1917, p.104). A banca do italiano João

Mannarino também foi lembrada. Ela ficava na Avenida Goiás, em frente ao Grande Hotel. Para Melo, “essa banca de jornal projetou e desenvolveu múltiplas figurações das leituras modernas – revistas e jornais nacionais e estrangeiros – como símbolos do progresso e da urbanização” (MELO, 2002, p. 111). O professor identificado como Sr. Gesco assim se recorda da banca do Mannarino: “nasceu com a construção da cidade. Era lá que eu ia bem cedinho buscar os jornais. Sabíamos notícias do Brasil e do mundo todo por esses jornais (MELO, 2002, p. 110).

Há ainda os “lugares praticados” informais de leitura, como Melo classifica as bibliotecas particulares, hotéis, bares, farmácia, casas de família, etc. Entre as bibliotecas particulares estão as de Átilo Vilas Boas, Manoel Madruga, Colemar Natal e Silva, Gilberto Mendonça Teles, Oscar Sabino Junior, Amália Hermano, Bariani Ortêncio, alguns deles citados neste trabalho (MELO, 2002, p. 111). No Hotel Normando, que ficava na rua 16, n. 4, aconteciam encontros literários:

Como hóspede do hotel, juntava-me aos outros hóspedes – Bernardo Élis, José Décio Filho, José Godoy Garcia, Geraldo Paixão, Ay Demóstenes de Almeida, Hélio Lobo, Geraldo Araújo – para discutirmos as ideias modernistas que, timidamente, começaram a aportar em Goiás. Líamos também artigos e poemas que pretendíamos divulgar (Depoimento escrito de Professor Egídio Turchi a MELO, 2002, p. 112).

O mesmo grupo se mudou, mais tarde, para o Marmo Hotel, na Avenida Anhanguera, e lá seguiram com as reuniões. Melo chegou aos nomes de três bares: Bar do Chico Lopes, no bairro de Campinas, onde lia-se “jornais, livros modernistas, principalmente, Guimarães Rosa e Carlos Drummond de Andrade. Eram encontros informais com grupos variados, principalmente nos finais de semana” (MELO, 2002, p. 113). O Bar Bambu, na rua 6, onde Dona Julieta participava das reuniões de artistas, escritores e cantores: “Muitas vezes, eu lia o livro ou o artigo indicado, às pressas, antes do encontro, para poder opinar sobre o assunto. Eu não escrevia textos, mas participava das discussões que se prolongavam noite a dentro” (MELO, 2002, p. 113). Tinha ainda o Bar Choupança, do Lago das Rosas. O entrevistado de Melo, o Sr. Geraldo, explica que era o “lugar preferido pelos estudantes da época e também pelos professores, escritores e jornalistas. Era um grupo mais de esquerda, sempre vigiado pela polícia pelas ideias avançadas” (MELO, 2002, p. 113). Para completar esse cenário, uma farmácia, a Sanata, que ficava na rua 6, pertencente ao farmacêutico Agnelo Arlington Fleury. A funcionária pública Dona Mena disse a Melo que ela encontrava lá a

Coleção Terramarear, da Editora Nacional, com histórias do Tarzã, e obras da Editora Globo, além de jornais estrangeiros.

1.5.1 Outros movimentos marginais

De forma breve, vamos citar alguns movimentos que aconteciam em outros estados brasileiros que tiveram importância para o crescimento e amadurecimento de campos literários locais e o nacional. Está claro que o grosso da movimentação literária estava presente em São Paulo e, principalmente, no Rio de Janeiro. Não apenas na questão da produção editorial, mas na concentração de agentes literários. Como mostramos, nomes como Raquel de Queiroz e José Lins do Rego saíram de onde moravam no nordeste brasileiro, Fortaleza e Recife, para a capital carioca depois de assinarem contratos com a José Olympio Editora. Entretanto, também é nítido que o campo literário brasileiro não estava restrito a essas duas cidades e havia movimentos fortes da literatura produzindo nas suas margens, por todo o país. A proposta aqui é ampliar o olhar para o cenário literário “marginal”, mas um olhar muito restrito ao que de fato deveria estar acontecendo em um país das proporções do Brasil.

Essa pluralidade de fontes, se vê presente, por exemplo, na contracapa da primeira obra editada pela Editora Oió, com a seguinte mensagem:

Ao lado do Rio e São Paulo que por séculos mantiveram o monopólio intelectual, ditando normas e modas literárias para o resto do Brasil, surgiram mais tarde, em todo o seu vigor, como centros de intensa atividade cultural, Salvador, Recife, Pôrto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, etc., os quais, além de dar substancial contribuição às letras e artes nacionais, no curso de nosso processo histórico-cultural, passaram a ser gradativamente importantes centros editoriais [...] Agora chegou a oportunidade de Gôiania possuir a sua editora [...] (*Ermos e Gerais*, 1959).

A referência é feita tendo em vista o mercado editorial, mas a mesma associação pode ser feita pensando os movimentos literários/artísticos/intelectuais. Partindo do sul do país, tivemos em Porto Alegre, o grupo Quixote, entre 1946 a 1961. Criado na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a formação inicial (algumas alterações foram feitas ao longo dos anos) era: Raymundo Faoro, Wilson Chagas, Silvio Duncan e Fernando Jorge Schneider. Junto com outros escritores, em 1947, eles elaboraram a revista *Quixote*, que publicou cinco edições, a última em 1952. Além da revista, o grupo ainda produzia livros, poesias e organiza eventos culturais, como o 1º Festival Brasileiro de Poesia, em 1958. Segundo

Vitor Biasoli, em *Grupo Quixote: história e produção poética*, “a disposição do grupo *Quixote* é de enfrentar os quadros intelectuais dominantes no Rio Grande do Sul e assumir uma posição revolucionária no plano cultural” (BIASOLI, 1994, p. 13). Em 1952, o grupo criou a Associação Cultural Quixote, a fim de facilitar o financiamento de publicações e atividades culturais. Os integrantes do grupo tinham o costume de se reunir no bar Hubertur, como ponto de encontro para discutir a produção literária.

No estado de Santa Catarina, vamos destacar o Grupo Sul (1948-1957), formado por alunos egressos, em sua maioria, do Colégio Catarinense de Florianópolis. Eles se chamavam de Círculo de Arte Moderna (CAM), mas ficaram conhecidos como Grupo Sul, resultado de uma associação com o nome da revista produzida por eles, a revista *Sul*, “marco na história da inteligência catarinense, pois ela estimulou o surgimento de novos talentos e consolidou os já existentes, no Brasil e exterior” (GUERRA e BLASS, 2009, p. 25)⁵⁶. O Grupo Sul representou o movimento modernista no estado. Além da literatura, seus integrantes, entre eles, Aníbal Nunes Pires e Salim Miguel, Eglê Malheiros, Walmor Cardoso da Silva, produziram também para o cinema, o teatro e as artes plásticas. O grupo mantinha contato com intelectuais de outros estados, como São Paulo e Rio de Janeiro, e fora do país, como Uruguai, Argentina, Portugal, Angola, Cabo Verde e Guiné-Bissau. Alguns de seus membros enfrentaram a perseguição do regime militar, principalmente Salim Miguel e Eglê Malheiros, que foram presos e depois tiveram que se mudar com os filhos para o Rio de Janeiro para recomeçarem a vida. Salim Miguel chegou a ter uma livraria Anita Garibaldi, que foi incendiada logo no início da ditadura, quando ele já não era mais o dono⁵⁷.

No interior de Minas Gerais, na cidade de Cataguases, formou-se o movimento modernista Verde, que durou cerca de dois anos, entre setembro de 1927 e maio de 1929. “Foi um movimento literário de vanguarda [...] onde se vivia a ambiguidade de conviver com os valores de uma sociedade tradicional e conservadora de cidade pequena do interior de Minas Gerais, mas ter como modelo a metrópole e seu discurso de modernidade” (SANT’ANA, 2013, p. 102). Segundo a pesquisadora Rivana Sant’Ana, entre os nove integrantes, os mais “arrojados” que formavam o núcleo do movimento eram Rosário Fusco, Ascânio Lopes, Guilhermino Cesar, Francisco Inácio Peixoto e Henrique de Resende. O grupo editou a revista *Verde – Revista de Arte e Cultura*, com seis números publicados, e abriu uma editora que publicou quatro livros, de integrantes do grupo. O Verde também publicou um manifesto modernista. No caso deles, foi em novembro de 1927, na terceira edição da própria revista. Eles

⁵⁶ Ler mais sobre a história do grupo em *Memória de editor* com Salim Miguel e Eglê Malheiros (2002).

⁵⁷ Vamos retomar essa história no Capítulo 3.

ficaram conhecidos como “Ases de Cataguases”, depois que Mário de Andrade e Oswald de Andrade escreveram o poema *Homenagem aos homens que agem*, em 1927.

Em Pernambuco, o Movimento Regionalista, era liderado pelo sociólogo Gilberto Freyre. Criado por volta de 1923, apresentou um manifesto modernista no 1.º Congresso Regionalista do Nordeste, em 1926. Os integrantes do grupo, intelectuais, artistas e escritores, entre eles, Manuel Bandeira, Mário Sette, Odilon Nestor e Cícero Dias, estavam preocupados em valorizar a cultura pernambucana, da cidade e da zona rural. Com esse propósito, inauguraram o Centro Regionalista do Nordeste, em Recife. Para Tadeu Rocha, autor de *Modernismo e Regionalismo* (1964), o primeiro regionalismo nordestino “criou uma nova mentalidade antiacademista no meio dos jovens intelectuais do Nordeste” e “vacinou esta parte do Brasil contra o artificialismo do Movimento Modernista do Rio e São Paulo” (TADEU ROCHA apud FREYRE, 1977, p. 182).

Esses são alguns dos movimentos reunidos a fim de vislumbrar um pouco da agitação que acontecia no país em busca de uma renovação literária e artística, à qual Goiás chegou um pouco mais tarde. Alguns criticavam, inclusive, o excesso de influências estrangeiras absorvidas pelo eixo Rio-São Paulo em detrimento do nacional. Quer dizer, não há consenso, nem precisa haver, na forma como deve ser o processo de modernização, de amadurecimento, desse campo “tão pouco institucionalizado”⁵⁸. Alguns dos movimentos apontados (Regionalista e Verde) não se passam simultaneamente com o período do Bazar Oió, entretanto, foram importantes em suas respectivas regiões para sedimentar uma base que viria a repercutir em gerações futuras. Portanto, a menção a eles é relevante neste contexto.

1.6 O mercado editorial entre as décadas de 1950 e 1970

O historiador inglês Laurence Hallewell, em *O livro no Brasil* (2005), constrói um histórico do livro e do mercado editorial brasileiro, desde a vinda da família real para o Brasil no século XIX e, com isso, de tecnologias de impressão europeias, até o final do século XX, com a criação do Plano Real e a retomada da economia e da indústria livreira. Se tomarmos como ponto de partida os anos próximos ao da inauguração do Bazar Oió, teremos um cenário de pós-Segunda Guerra Mundial. Em 1947, o crescimento da indústria editorial brasileira, ocasionado pelo aumento da leitura durante a II GM, tinha acabado e a competição tornou-se

⁵⁸ BOURDIEU (2002).

mais dura por causa do aumento de editoras e da limitação do mercado. Mesmo com a restauração da democracia brasileira, em 1945, a atividade editorial continuou estagnada. A taxa de câmbio impedia que os livros brasileiros enfrentassem a concorrência estrangeira. Os preços das obras no Brasil haviam aumentado 80% em relação às que vinham do exterior e os custos com a parte gráfica, subido 120% em comparação com 1939, ano do início da II Guerra Mundial (HALLEWELL, 2005, p. 520). Em 1947, o Brasil importava 20% do total de livros que colocava no mercado. Desses, 50,3% vinham de dois países: Estados Unidos e Argentina. Em 1951, a Espanha também entrou consideravelmente no mercado e, no ano seguinte, a França.

Para Soares, um fator importante a ser considerado é a falta de leitores: “Livrarias eram, com efeito, algo que só existia como negócio autônomo em poucas capitais do Sul do país” (SOARES, 2006, p. 141). Por isso, algumas delas precisavam diversificar os produtos oferecidos. É o que podemos perceber nesse texto do escritor cearense João Clímaco, em 1949, sobre a livraria José de Alencar, em Fortaleza:

Com esse nome augusto e respeitável, existe aqui em Fortaleza uma mixórdia de centro espírita, livraria, casa de pássaros e de sementes de horticultura, pertencente a Polari Maia, grão-mestre da maçonaria, orador popular, cônsul do Paraguai e devedor de 200 cruzeiros à Livraria José Olympio Editora (SOARES, 2006, p. 140).

O tratamento preferencial dado pelo governo aos livros importados era tão grande que eles “podiam ser vendidos no Brasil pela metade do preço cobrado nos países de origem!” (HALLEWELL, 2005, p. 521). Três anos após a guerra, a exportação de livros foi nula, enquanto a importação aumentava consecutivamente. Com relação às traduções, era mais vantajoso importar um livro estrangeiro em tradução publicada em Lisboa do que adquirir os direitos e produzir aqui no Brasil.

Por causa das dificuldades impostas pelo governo, muitos editores reclamaram publicamente do governo. Pereira (2008) lembra que Ênio Silveira, recém assumido o comando da Civilização Brasileira, em 1953, deu entrevista acusando o diretor da Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim), Coriolano de Góis, e ainda o ministro da Fazenda Horácio Lafer, “de nada fazerem para frear a burocracia do setor” (PEREIRA, 2008, p. 42). Dois anos depois, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1955-1962), o setor vivenciou uma melhora significativa. A produção de livros triplicou. Foi tomada uma série de medidas como a autorização de uma concessão de licença de importação para o setor gráfico e a isenção de quase todos os impostos para o setor livreiro e a indústria de papel (HALLEWELL, 2005,

p. 533). Segundo Vieira, o Sindicato Nacional dos Editores de Livros e a Câmara Brasileira do Livro eram os principais órgãos de representação do setor editorial no governo JK, e contribuíram para que essas mudanças acontecessem (VIEIRA, 1998, p. 85). Com isso, houve um crescimento na indústria gráfica de 143,3%. Hallewell observa que a maior parte desse número está relacionada à produção de jornais. Porém, segundo o autor, nos governos seguintes ao de JK, os de Jânio Quadros (1960) e João Goulart (1961-1964), a inflação saiu do controle e uma das consequências foi a concentração da produção no eixo Rio-São Paulo, pólo industrial, já que a distribuição para o restante do país ficava muito onerosa. Por causa de medidas tomadas pelo governo de Jânio Quadros, como a retirada do subsídio aos fabricantes de papel, em 1961, os custos de impressão subiram cerca de 250% (HALLEWELL, 2005, p. 547). O resultado disso no setor deve ter demorado um pouco para surtir efeito prático visto que Hallewell afirma que em 1963, o Brasil publicava mais livros do que qualquer outro país latino-americano: 5.133 títulos. No México, o segundo na fila, eram 4.362 (HALLEWELL, 2005, p. 533-534).

No ano de 1967, já no regime militar, o governo federal criou o Grupo Executivo da Indústria do Livro (Geil), formado por representantes dos editores, dos livreiros, da indústria gráfica, da União Brasileira de Escritores, do Instituto Nacional do Livro e dos ministérios de Educação, Fazenda e Transporte, com a finalidade de formular recomendações de incentivo à indústria, comercialização e expansão do livro. Para o Geil, o setor só sobreviveu nos últimos anos por causa da ajuda dos EUA, especificamente do programa Usia (*United States Information Agency*), que atuava em todo o mundo e chegou a apoiar nove mil edições de obras de autores norte-americanos, com uma média de dez mil exemplares cada uma. No Brasil, a Usia contribuiu com 264 edições em português entre 1971 e 1976. O programa levantou polêmica por focar seu incentivo em títulos com viés político, como os que atacavam o comunismo e os que discutiam o subdesenvolvimento (HALLEWELL, 2005, p. 524). As editoras brasileiras que participaram do programa foram Agir, Artenova, Atlas, Bloch, O Cruzeiro, Cultrix, Expressão e Cultura, Forense, Forum, Freitas Bastos, Fundação Getúlio Vargas, Ibrasa, Lidador, Victor e Zahar.

Nesse momento de recuperação, as vendas em prestações foram uma alternativa para as editoras. Hallewell destaca as editoras Globo, de Porto Alegre, a José Olympio e a Guanabara Koogan. A venda de porta em porta também teve seu espaço. Em 1966, metade dos empregados da Editora Larousse do Brasil eram vendedores domiciliares (HALLEWELL, 2005, p. 529). Esse ramo era muito rentável porque, segundo exemplifica Hallewell, em uma venda a prestação, a editora só recuperava o investimento feito em uma obra dois meses depois da venda. Em domicílio, o retorno era imediato. Essa vantagem atraiu tantas empresas que, em

1973, o setor estava saturado (HALLEWELL, 2005, p. 530-531). Outra divisão que conseguiu se manter dentro da crise foi a dos livros didáticos. A venda era garantida e isso dava segurança às editoras. Em 1968, a produção média de livros para a educação era de 2.500 títulos, publicados por sessenta editoras, sendo que 80% concentravam-se em dezesseis delas. A estimativa existente da média de tiragem por título é de 200 mil exemplares (HALLEWELL, 2005, p. 550).

Com a instalação da ditadura, o mercado de livros sofreu diretamente. As medidas deflacionárias causaram uma longa recessão no setor. As vendas aumentaram, mas as margens de lucro diminuíram seguidamente. Os custos gráficos subiram 50% entre 1965-66. Hallewell cita um levantamento publicado no *Correio do Livro* que revela a situação do setor editorial. Em 1967, o lucro bruto era de 46%, considerado satisfatório pelo autor. Com o passar do tempo, em 1970, chega a 15%. Em janeiro de 1972, um livro com 253 páginas era vendido por Cr\$ 21,00. Três anos depois, o mesmo livro com dezessete páginas a menos custava quase o dobro, Cr\$ 39,40. Em 1973, o setor se estabilizou. A isenção de quase todos os impostos foi estendida aos estágios de produção e venda do livro (HALLEWELL, 2005, p.588). Vieira ressalta que a repressão desse período não significou a estagnação do setor pois “se processou seletivamente, de forma a não incompatibilizar-se com a dinâmica de crescimento – e, convém frisar, falamos aqui do aspecto quantitativo – do setor” (VIEIRA, 1998, p. 103). Somado a isso, os próprios órgãos de comunicação faziam uma censura interna a fim de evitar ter seus produtos reprimidos.

O golpe militar de 1964 contou com o apoio de algumas editoras como a Agir, Paulo de Azevedo, Globo, Kosmos, LTB, Monterrey, Nacional, José Olympio, Vecchi, Saraiva e GRD. As que tinham posição inversa, a Jorge Zahar, Ênio Silveira e Carlos Ribeiro, organizaram o Manifesto dos Intelectuais, contra as ameaças revolucionárias à liberdade de expressão. Em 1967, Costa e Silva assumiu a presidência depois de Castelo Branco e a política se tornou mais repressiva que o governo anterior. Na época, uma manifestação antiamericana de estudantes na Universidade de Brasília foi violentamente dissolvida. Em fins de março de 1968, manifestações de massa ocorreram em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Em dezembro do mesmo ano, Costa e Silva baixou o Ato Institucional nº. 5, que dava poderes de exceção ao governo. Os livros entraram na lista da censura prévia no governo de Emílio Garrastazu Médici, pelo Decreto-lei nº1077, em 26 de janeiro de 1970, nos casos de publicações “contrárias à moral e aos bons costumes”. Para Flora Sussekind, é este “o período que mais claramente se passa a sentir a presença de um censor ao lado da máquina de escrever” (SUSSEKIND, 1985, p. 18). As editoras analisavam se os títulos abordavam assuntos proibidos

pela lei e publicavam de acordo com a avaliação. Porém, caso o governo atestasse erro de julgamento por parte da editora, entre as punições estava multa e incineração de todos os exemplares. Por outro lado, submeter uma obra à censura significava admitir que seu conteúdo infringia a lei, o que resultava no impedimento da publicação da obra até que houvesse uma decisão final (HALLEWELL, 2005, p. 585). As obras importadas também estavam sujeitas às determinações dessa lei. Como não havia funcionários suficientes para examinar todos os livros publicados, muitos só eram interditados meses após sua publicação e se o título não levantasse suspeita, demorava ainda mais. No final de 1978, o Brasil proibia cerca de 500 livros.

A partir de 1974, com Ernesto Geisel no poder, houve um “relaxamento” na censura. Mas a “abertura”, no que se refere aos livros, começou realmente com a posse de João Figueiredo, cinco anos mais tarde. Em 1974, o presidente Geisel anunciou o programa de liberalização, conhecido como “distensão”, uma volta gradual à democracia. Entretanto, para obras que tratassem de “crítica direta à política do governo brasileiro ou que se afastassem dos costumes sexuais tradicionais” as normas eram mais rígidas (HALLEWELL, 2005, p. 591).

Não foram encontrados muitos dados sobre o mercado editorial de Goiás dessa época. Como dissemos no início deste capítulo, Hallewell (2005) fala brevemente da literatura na região Centro-Oeste. O historiador também dá alguns números que nos ajudam a perceber a ainda incipiente participação do estado goiano nesse ramo. Por exemplo, dados do Sindicato Nacional dos Editores de Livros mostram que, em 1966, o Brasil produziu 43,6 milhões de livros. Desses, 5,2% eram distribuídos em toda a região Centro-Oeste, incluindo, portanto, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Em relação aos pontos de venda, que devem abarcar provavelmente outros estabelecimentos além das livrarias, a capital goiana tinha 23, em 1981 (sete anos após o fechamento da livraria). No restante do estado eram mais sete e, no total, eram somente seis municípios com a presença de algum ponto de venda de livro. Hallewell traz ainda os números de produção de livros por estado entre os anos de 1976-1978, com base no *Anuário Estatístico do Brasil*. Em 1976, ano mais próximo ao nosso objeto, Goiás tinha produzido 45 títulos, 86.000 exemplares. Em uma comparação injusta, temos 62.954.000, em São Paulo e 56.559.000, no Rio de Janeiro. Brasília, recém-criada, alcançou 11.210.000 exemplares de 573 títulos produzidos na capital federal (HALLEWELL, 2005, p. 608; 613).

CAPÍTULO 2

OS OLHARES “PARA” E “DO” BAZAR OIÓ E O ESTUDO DE CASO DE UMA POLÊMICA

Como já foi dito, a livraria Bazar Oió, o livreiro Olavo Tormin e todo o cenário que os envolve estão sendo estudados com a ajuda do pensamento de campo literário de Pierre Bourdieu. É importante, porém, que também se chame a atenção para o conceito de sistema literário, elaborado por Antonio Candido (2012)⁵⁹. Para o crítico brasileiro, um sistema é formado a partir de um autor para produzir a obra, um meio (o livreiro, no nosso caso de análise) para fazer com que ela circule, e o leitor para usufruir do texto. Isso é possível a partir da ligação de um conjunto de produtores, “mais ou menos conscientes de seu papel”, a um conjunto de receptores, “formados de diferentes tipos de públicos” e um mecanismo transmissor. Esses fatores devem integrar um sistema contínuo de produção, chamado de tradição.

Ao analisar uma obra, segundo Candido, o contexto em que ela está inserida influencia o motivo de sua produção: os elementos de compreensão de uma obra são a avaliação dos fatores sociais, a do próprio autor e, por último, a do texto. Anderson da Mata⁶⁰ explica que, para Candido, o surgimento de uma literatura nacional está ligado a um projeto de construção de um imaginário nacional e que essa tese consolida “uma relação mais ou menos direta entre o literário e o histórico-político” (MATA, 2010, p. 27) em diferentes esferas. Dito isso, fazendo um paralelo entre Candido e Bourdieu, dentro do que já foi dito sobre o último no capítulo anterior, podemos pensar que esse faz uma reflexão sobre o espaço literário/cultural e a dinâmica dos agentes participantes e aquele, sobre a estrutura das instituições literárias. Ambos levam em consideração, de formas diferentes, a influência do meio externo sobre o literário. A opção pelo “campo literário” se dá aqui, portanto, porque o intuito é pensar o espaço da forma elaborada por Bourdieu, onde “ocorre um conjunto de relações e práticas sociais ligadas aos diversos agentes em contato com a produção, o consumo e a reprodução da literatura” (MATA, 2010, p. 28).

Neste capítulo, vamos discutir algumas dinâmicas que estão relacionadas ao Bazar Oió. Primeiro, a partir de um olhar externo, com materiais que se referem à livraria. Dessa forma, teremos como avaliar a relevância desse estabelecimento conforme o valor simbólico, na sua origem: os veículos e os produtores da informação. Em seguida, em vez de olharmos de

⁵⁹ Ver Itamar Even-Zohar (1990) e Ángel Rama (1987) que também pensam o sistema literário.

⁶⁰ Tese de doutorado, MATA (2010).

fora para dentro, vamos fazer o inverso: o que a livraria, e aqui ela estará prioritariamente representada pelo *Jornal Oió*, fala do cenário literário/cultural nacional. Assim, perceberemos como o campo literário/cultural goiano enxerga, acompanha, e interage com o nacional. Precisamos estar cientes que os textos, sejam eles opinativos ou não, publicados na imprensa, passam por um processo editorial. Existe uma seleção feita por alguém, seja Olavo Tormin ou outra pessoa. Isso será importante, mais à frente, quando poderemos confirmar que o jornal era o meio de textos elogiosos às figuras e obras goianas, ao mesmo tempo em que dava espaço para opiniões divergentes sobre o mesmo assunto.

Segundo Bourdieu, “o campo é uma rede de relações objetivas entre posições” (BOURDIEU, 2002, p. 261). Neste caso, vamos pensar na livraria Bazar Oió e seus frequentadores que podem ser considerados agentes literários. Ainda segundo o teórico, “cada posição é objetivamente definida por sua relação objetiva com outras posições”: o Bazar Oió e as outras livrarias existentes naquela época, assim como os próprios agentes em questão. Ele afirma ainda que “todas as posições dependem [...] de sua situação atual e potencial na estrutura do campo” (BOURDIEU, 2002, p. 261), ou seja, as livrarias dependem de se manterem bem sucedidas e obterem lucros, que podem ser financeiros ou por meio de prestígio literário, em um “universo tão pouco institucionalizado” (idem). A posição do Bazar Oió é bem específica visto que a cidade de Goiânia ainda era muito nova quando a livraria foi inaugurada e é preciso destacar a característica vanguardista em relação às atividades desenvolvidas no local. Neste caso, também podemos levar em consideração o que Bourdieu chama de *espaço dos possíveis*, ou seja, o contexto faz com que o objeto tenha relevância. O mesmo, num outro momento histórico ou em outro local, não receberia tal destaque. Nesse sentido, pensando no agente “autor”, mas podendo ampliar para o “livreiro”, Bourdieu afirma que

é preciso perguntar não como tal escritor chegou a ser o que foi[...] mas como, sendo dadas a sua origem social e as propriedades socialmente constituídas que ele lhe devia, pôde ocupar ou, em certos casos, produzir as posições já feitas ou por fazer oferecidas por um estado determinado do campo literário (BOURDIEU, 2002, p. 244).

Segundo o teórico, cada *posição* resulta numa *tomada de posição*, que pode ser colocada em prática de diversas formas, desde textos literários a discursos e manifestos. A ideia aqui é identificar algumas das *tomadas de posição* do Bazar Oió, conseqüentemente do seu dono Olavo Tormin, em relação ao campo literário/cultural brasileiro; o inverso também será feito, no sentido de ver como essas *tomadas de posição* são vistas pelo campo nacional. De certa forma, isso já vem sendo feito desde o primeiro capítulo e vai se estender até o último,

mas, neste momento, o foco será esse debate. Para complementar a escolha de metodologia, vamos recorrer a Antonio Candido quando ele aborda a dialética entre o geral e o particular nas formas de expressão. Em *Literatura de dois gumes* (2003), Candido trata de como a literatura brasileira assimilou o geral e trouxe para a sua produção particular. Segundo ele, ao longo da formação da literatura brasileira, houve a “adaptação dos padrões estéticos e intelectuais da Europa às condições físicas e sociais do Novo Mundo, por intermédio do processo colonizador” (CANDIDO, 2003, p. 2). Entre as misérias e grandezas desse processo, como se refere Candido, ele defende a importância da assimilação europeia durante o período colonial. Segundo o sociólogo, o Brasil, que não tem uma origem rica como as civilizações pré-colombianas, ganhou mais do que perdeu com a imposição cultural do colonizador europeu, pois “isto lhe deu consistência e resistência na sociedade atrasada e por vezes caótica do período colonial” (CANDIDO, 2003, p. 14). Com isso, “os escritores do Brasil integraram nesta civilização as manifestações espirituais da sua terra, dentro, é claro e como foi dito, do propósito colonizador de dominação” (idem). Esse processo fez com que alguns autores dos séculos XVII e XVIII desenvolvessem capacidade crítica e pudessem ser menos provincianos, ao tratar dos “problemas do homem”, do que os românticos, que estavam “enrolados no egocentrismo e no pitoresco” (ibidem).

Portanto, o que faz Candido é valorizar a “incorporação do geral (no caso, a mentalidade e as normas da Europa) para obter a expressão do particular, isto é, dos aspectos novos que iam surgindo no processo de amadurecimento do País” (CANDIDO, 2003, p. 16). Neste trabalho, cabe tal análise quando pensamos em como essa incorporação é feita no âmbito da produção literária goiana nas décadas de 1950 a 1970, no espaço em torno do Bazar Oió: a influência do geral com produções do exterior, não somente da Europa como de países vizinhos da América do Sul, e também de metrópoles brasileiras como Rio de Janeiro e São Paulo, no particular, representado pelo cenário goiano e sua produção regional. Candido também trabalha esse raciocínio em *De cortiço a cortiço* (1991) ao analisar a obra de Aluísio Azevedo e sua correspondência com *L'Assommoir*, de Emile Zola, sem perder de vista a relação com a realidade social do Brasil:

em país subdesenvolvido, a elaboração de um mundo ficcional coerente sofre de maneira acentuada o impacto dos textos feitos nos países centrais e, ao mesmo tempo, a solicitação imperiosa da realidade natural e social imediata (CANDIDO, 2003, p. 112).

O foco aqui é analisar as dinâmicas envolvendo essa interação. Mais à frente, será possível ver alguns exemplos de como isso se dá a partir de um recorte de reportagens e textos do *Jornal Oíó*. Por fim, vamos aproveitar um caso específico de conflito entre agentes literários e a partir dele mostrar como Olavo Tormin fomentava o debate e abria espaço para a polêmica. A polêmica é vista por João Cezar de Castro Rocha⁶¹ como algo positivo e necessário para ultrapassarmos o momento de marasmo existente hoje no “sistema intelectual brasileiro”. Esse posicionamento de Rocha será aprofundado no momento oportuno, quando falarmos da visita do intelectual paulista Homero Silveira à Goiânia e a análise feita por ele da produção literária do estado. Suas palavras críticas serviram como motivação para alguns escritores, mas, para outros, soaram como desrespeitosas. O conflito rendeu por meses. Acompanhamos a repercussão em edições publicados no *Jornal Oíó*, em outros impressos e em materiais como cartas, por exemplo.

2.1. Como o Brasil olha para o Bazar Oíó

A discussão a partir de agora é, portanto, como o Bazar Oíó era visto pelo olhar externo. Entenda-se aí, veículos e instituições nacionais e, um pontual, estrangeiro. Tendo em vista o cenário literário nacional, sabemos que, à época, o polo estava nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Até mesmo por isso, era mais possível que referências ao Bazar Oíó fossem feitas em impressos desses estados. Não encontramos outro tipo de menção em veículos de outros estados brasileiros. Por isso, e em função do material disponível, a discussão será feita com base em textos dos impressos paulistas *Última Hora* e *A Gazeta* e ao mensário carioca *Para Todos*.

Em entrevista ao *Última Hora*⁶², o crítico paulista Homero Silveira analisou a literatura goiana, depois de ter feito uma visita ao estado para participar da Semana de Arte e ter passado três dias em contato com escritores locais. A posição dele será tratada com mais aprofundamento em outro momento deste capítulo. Ao ser perguntado sobre a existência de boas livrarias na capital goiana, o crítico responde: “‘A livraria da terra é o Bazar Oíó’ (nome complicado ao qual eles dão sua explicação) dirigido pelo paulista Olavo Tormin. Bem aparelhada e com as novidades literárias de São Paulo e Rio”. Silveira elogia o desenvolvimento rápido da cidade, que tinha 23 anos quando a entrevista foi feita. O tom crítico surge quando

⁶¹ Em *Crítica literária* (2011).

⁶² GÓES, Fernando. *Última Hora*, São Paulo, 01/08/1956, s/p.

fala das características dos escritores: “encontrei os goianos ainda versejando em plena era do Simbolismo”. Em relação à imprensa, diz que os jornais são “pouco informativos”. Cita nomes da cena cultural e afirma que teve a oportunidade de incentivar, entre os escritores e poetas locais, o contato com o Modernismo. Ele termina a entrevista em um tom um pouco mais otimista ao afirmar que Goiânia, assim que “tomar conhecimento de seu papel histórico na vida brasileira”, é capaz de “exercer um papel de relevo na vida literária nacional”.

Por outro lado, na reportagem “Poesia e romance no Brasil Central – Congregados em torno do ‘Jornal Oió’”⁶³, publicada no impresso paulista *Gazeta*, o jornalista Paulo Dantas vê a produção literária de Goiânia de modo mais positivo. Para ele, o Brasil passava por um momento de “descentralização das atividades intelectuais”, em que Recife, Fortaleza, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre também eram exemplos de cidades que estavam sendo inseridas na cena intelectual brasileira. No tocante ao centro do país, faz referência à Goiânia e ao *Jornal Oió*, especificamente à segunda edição, como meio de registro dessa produção, “congregando, livremente, sem nenhuma ‘panelinha’, todos os intelectuais da Capital de Goiás”. Ao se referir a nomes que merecem destaque, começa por Hugo de Carvalho Ramos, “um nome verdadeiramente antológico”, depois, cita Bernardo Élis e Eli Brasiliense, com “romances da terra e do homem goiano, espelhando suas lutas e anseios, ambos trazem depoimentos humanos sobre a vida nesses ‘sertões largados de Deus e dos homens’”. Dantas também escreve sobre a poesia goiana, “que já conta com valores nacionais” como José Godoy Garcia e Afonso Félix de Sousa.

É possível perceber, a partir da colocação do jornalista, a ênfase dada às posições políticas desses agentes literários goianos e, com isso, constatar as *tomadas de posição* desses agentes em suas obras literárias. Por exemplo, Paulo Dantas cita uma entrevista ao *Jornal Oió*, em que o escritor e poeta José Godoy Garcia respondeu sobre o sentido político da obra literária: “Sou e me orgulho disto: um poeta político. Um criador de arte não pode fugir à vida. Quem pensa fugir está traindo a si mesmo e a seus semelhantes”. Isso também acontece ao se referir à enquete publicada nesse número do jornal, que pergunta a cinquenta intelectuais goianos qual o poeta da preferência de cada um, Dantas destaca que os mais votados são “todos de marcada tendência social”: Frederico Garcia Lorca, Pablo Neruda, Castro Alves e Carlos Drummond de Andrade. “Os poetas goianos, filiados à tendência social, também obtiveram boa votação: Afonso Felix de Sousa, José Decio Filho e José Godoy Garcia”. Sobre a enquete, ele finaliza: “A presença desses grandes poetas sociais, escolhidos pelo grupo goiano, atesta mais

⁶³ DANTAS, Paulo. *A Gazeta*, São Paulo, 5/4/1957, s.p.

uma vitória espiritual e uma homenagem àqueles que, poetando, não fugiram da vida, nem dos eternos problemas do homem”. O jornalista encerra ao dizer que “a nova geração goiana está cumprindo, através das páginas do *Jornal Oió*, a parte que lhe cabe na integração do novo Brasil Central no processo de formação do moderno espírito brasileiro”. Já em relação as *tomadas de posição* de Homero Silveira e de Paulo Dantas, podemos afirmar que há uma dissonância, que pode ser explicada pela posição que cada um ocupa no campo. Silveira está como crítico e seu trabalho é feito com base no conteúdo. Já Dantas, como jornalista, tem outra preocupação, a de reportar, apesar de ser possível perceber também um tom opinativo em seu texto. Ele faz o que me parece ter sido, de certa forma, comum nessas situações de encontro do “centro” com a “periferia”, no tocante à produção intelectual: um olhar externo condescendente, excessivamente elogioso. O que parece é que justamente o que dá força à posição de Dantas, que é a reverência ao tom social de determinados autores, é o que pesa na avaliação de Silveira, que procura, por meio de suas palavras críticas, incentivar os intelectuais goianos a inovarem. Não que essa inovação não possa ser feita mantendo a característica regionalista, mas me parece que muito do que ainda os mantém “presos” ao Simbolismo, retomando Silveira, é advindo dessa ligação com a terra e a escrita tradicional e mais conservadora. Ainda neste capítulo, vamos tratar dos questionamentos em torno da atividade do crítico literário.

Além de Homero Silveira, também mexeu com a vida cultural de Goiânia, a visita do jornalista, crítico e escritor Moacir Werneck de Castro, do mensário carioca *Para Todos*. A revista tinha importância nacional e foi criada, em 1956, por Jorge Amado e Oscar Niemeyer. Moacir Werneck de Castro era um dos diretores. Por esses motivos, percebe-se uma certa reverência, por parte do Bazar Oió/Olavo Tormin, ao impresso no espaço dado para a reportagem sobre a visita de Castro e para a propaganda da revista, em todas as edições do *Jornal Oió*, com os dizeres: “Leia Para Todos – quinzenário da cultura brasileira”. A troca de “elogios” é recíproca: no número 30 do *Para Todos*, é feita uma citação à sexta edição do *Jornal Oió*: “Boa e viva informação sôbre as atividades culturais locais. A destacar uma reportagem de Eli Brasiliense com Afonso Félix de Souza, que andou pela terra natal”.

A visita feita em abril de 1957 durou duas semanas. Tempo de pesquisa e convívio com os produtores culturais da cidade para a elaboração de um caderno especial da revista dedicado à Goiânia, com a colaboração de escritores locais⁶⁴. Moacir Werneck de Castro fala um pouco sobre essa visita e a produção intelectual goiana em uma entrevista para o *Jornal Oió*⁶⁵. Lembramos que, apesar de usarmos aqui um texto publicado no jornal goiano e não o de

⁶⁴ Não consegui localizar um exemplar, o que tornaria esta análise mais completa.

⁶⁵ Félix (1957). *Jornal Oió*, Goiânia, n. 4, p. 1, 6 e 8.

um veículo de outro estado, estamos analisando sob o ponto de vista do que fala o outro de fora, neste caso, Moacir Werneck de Castro. É possível pensar, assim, que esse registro feito pelo *Jornal Oió* é mais um que atesta a posição de inserção relevante do Bazar Oió nesse cenário.

Assim afirma o escritor Domingos Félix (1957, p.1), que entrevistou o crítico: “aí está pelas bancas da cidade e do Estado constituindo-se num precioso documentário de nosso atual estágio cultural, inestimável subsídio para o estudo de nossa ainda incipiente literatura”. A entrevista foi feita logo antes dele retornar ao Rio de Janeiro. No início do texto, Werneck de Castro é apresentado como “renomado no cenário intelectual do país”. Sua estada em Goiânia, uma “honra para a nossa cultura, especialmente se atentarmos na razão de sua visita”. A opinião de Werneck de Castro sobre a produção local é colocada como um estímulo e sua visita, com contato direto com os produtores culturais, resultou em um “vigoroso impulso”. Mas, o que nos interessa aqui é a opinião dele sobre a literatura produzida em Goiás. Na posição de produtor cultural do Rio de Janeiro, ele afirma que Goiás constitui “um horizonte novo” que precisa ser “procurado” pelo litoral. Horizonte que, segundo ele, apresenta uma “dinâmica muito superior ao que se imagina lá fora”. Para exemplificar a afirmação, Werneck de Castro cita o *Jornal Oió* “como um índice importante de progresso cultural”. Fala ainda do clima intelectual, “verdadeira antítese daquela ‘paz de cemitério’ comum em muitas províncias, uma atitude morna para a cultura”. Para ele, existia em Goiás espírito crítico entre os jovens, “é justamente o necessário: nada de aceitar o que já vem pronto e consagrado” e completa “sem o jôgo dos contrários, não há condições para o desenvolvimento cultural”. É nítida a diferença de postura dos jornalistas Paulo Dantas e Werneck de Castro. Esse assume a posição também de crítico, entretanto, não chega a ser tão detalhista em sua análise quanto Homero da Silveira, que se refere nominalmente à produção dos escritores. Parece-me que a existência de uma cena literária produtiva, movimentada, por si só já bastava para justificar os elogios, como se fossem palavras de incentivo necessárias aos locais marginais. Por outro lado, Werneck de Castro se mostra muito atento às dinâmicas existentes no espaço intelectual goiano e as valoriza como meio para o amadurecimento desse cenário.

Outro ponto que é percebido nas entrevistas divulgadas no *Jornal Oió* é a preocupação com a opinião sobre a produção intelectual de Goiás. Questionamento feito com certa insistência em alguns casos. Por outro lado, pode parecer contraditório quando pensamos que alguns escritores não sabiam lidar com as críticas, exemplo do caso de Homero da Silveira, a ser tratado mais a frente. Ainda de acordo com entrevista anterior, o escritor Domingos Félix pergunta duas vezes qual é a opinião de Werneck de Castro sobre os escritores goianos. À primeira resposta, seguiram os elogios citados no parágrafo acima. Em seguida, veio o

entrevistador insiste: “Não aceitamos complacências. Estamos lutando com seriedade, e pedimos a contribuição de sua experiência”. Werneck de Castro responde que faz o julgamento com seriedade, mas que não pode ditar os rumos. E apesar da posição de crítico que o próprio campo lhe dá, ele prefere se colocar de forma “menos importante” ao afirmar que não quer assumir a posição de “pontífice”.

Por fim, ele volta a falar da importância da aproximação dos intelectuais dos grandes centros com os do interior do país, “com uma boa dose de humildade e espírito autocrítico”. Assume, assim, uma posição daquele que possui mais experiência, haja visto o espaço privilegiado que ele ocupa no campo literário nacional, mas que, ao mesmo tempo, vê a possibilidade da troca de experiências: “precisamos aprender com vocês, que vivem mais perto do chão – do chão vermelho – e das raízes verdadeiras da vida nacional, muita coisa que em nós o espírito cosmopolita dos grandes centros de certa forma atrofia”.

Olavo Tormin, como empresário, divulgava o *Jornal Oió* enviando exemplares para outras cidades e países. As opiniões de alguns desses destinatários foram registradas no próprio impresso. No número 4, com o título “Caderno sobre a cultura goiana”, o editorial fala do caderno especial do *ParaTodos* dedicado à literatura de Goiás e faz uma lista dos escritores goianos que colaboraram. Duas edições à frente, publicam a carta do tradutor sueco Arne Lundgren. Datada de 6 de junho de 1957, Lundgren agradece o envio de quatro números enviados por Olavo Tormin e se diz surpreendido pela qualidade do material que recebeu: “não sabia que a actividade literária e tipográfica tinha alcançado um nível tão elevado no interior do Brasil!”⁶⁶, e afirma ter reconhecido nomes como os do José Godoy Garcia, Félix de Sousa e Eli Brasiliense. Para Lundgren, o *Jornal Oió* era “um foro muito importante para a vida literária e artística do interior do Brasil”. Na correspondência do então presidente da Câmara Brasileira do Livro, Diaulas Riedel, o registro de que após onze edições é possível afirmar que o jornal “não constitui uma aventura, mas uma realidade”⁶⁷. Riedel enfatiza uma característica já elogiada por Moacir Werneck de Castro, e talvez comum dos olhares cosmopolitas quando se trata do interior do país que é “essa fidelidade aos valores da terra”, “transmitindo, sempre, a mensagem do homem de Goiás”. Esse “aval” dado pelo olhar de fora é extremamente importante para os agentes literários goianos dos quais estamos falando. Nos casos citados acima, percebe-se uma relação de diplomacia e cortesia, às vezes até excessivos, como já foi dito, e não de confronto e polêmica, como mostraremos a partir de Rocha e seu pensamento sobre o tema.

⁶⁶ *Jornal Oió* (1957), *Jornal Oió na Europa*. n. 6. p. 3. jul.

⁶⁷ *Jornal Oió* (1958), Diaulas. Riedel. n. 12. p. 3. jan.

2.2 Como o Bazar Oió olhava para o Brasil

Como proposto, vamos agora abordar o conteúdo e a forma que o *Jornal Oió*, representando aqui a livraria Bazar Oió, se referia à cena cultural nacional da época. Quais os assuntos eram tema de reportagens, quem eram as figuras que chamavam mais atenção na cena literária nacional e que interessavam Goiás, e qual era a abordagem feita em cada caso. Foram vinte e um números, ao longo de um ano e nove meses. Os textos, entre reportagens, editoriais e colunas, foram selecionados conforme o interesse pelo recorte escolhido e também pela limitação de tempo e espaço, portanto, fica o registro de que muito do conteúdo publicado no jornal ficou de fora desta discussão. É importante ressaltar que os textos são escritos por colaboradores, entre eles pessoas de formações diversas, e muitos escritores e poetas já estabelecidos no campo literário goiano. Portanto, a pretensa isenção do jornalismo não é necessariamente almejada por eles. Vale lembrar mais uma vez que o material publicado passou por uma edição, ou seja, é o ponto de vista autorizado da direção desse veículo. Sendo assim, vamos à análise. Percebe-se que é dada ênfase às visitas de figuras de visibilidade nacional, representantes de instituições literárias ou culturais que, de alguma forma, movimentaram a cena local. O número de estreia do *Jornal Oió*, por exemplo, tem como manchete a chegada de Malba Tahan à Goiânia, “Malba Tahan em contacto com intelectuais goianos”. Apesar do registro ser breve e não ter entrevista com o autor, o assunto é colocado em destaque. De acordo com o texto, o escritor carioca deu palestras, conversou com escritores e autografou livros. Um desses momentos foi no Bazar Oió, “quando ele travou contacto direto com os nossos poetas, escritores e jornalistas”⁶⁸.

Além de escritores, também interessava ao *Jornal Oió* e a seu público a visita de outros produtores culturais, como a da colunista do *Diário de Notícias*, Eneida de Moraes, junto com o editor e dono da livraria São José, do Rio de Janeiro, Carlos Ribeiro, no fim do ano de 1957. A informação é dada no “Painel Literário”, coluna do crítico Oscar Sabino Junior, onde eram reunidas notícias de todo o Brasil ligadas ao campo literário nacional. Em janeiro de 1958, a visita do escritor de literatura infantil e chefe do Departamento Editorial da Companhia Melhoramentos de São Paulo, Francisco Marins, foi para a primeira página⁶⁹. O título chama atenção: “O ‘quadrinho’ conduz à preguiça”. O texto é escrito pelo escritor goiano Jesus de

⁶⁸ *Jornal Oió* (1957), Goiânia, n.1, p. 1.

⁶⁹ *Jornal Oió* (1958), Goiânia, n. 12, p. 1 e 4.

Aquino Jaime. Em determinado momento do texto, Jaime explica que Tormin lhe pediu para encontrar o escritor e lhe entregar um papel com algumas perguntas “já rabiscadas”. As respostas foram entregues pelo próprio Francisco Marins em uma visita ao Bazar Oió. A reportagem começa em tom elogioso, “é dessas raras pessoas que nos despertam de imediato a simpatia”. Podemos dizer que o escritor estava começando a conquistar, naquele momento, um espaço de destaque no campo literário paulista e nacional. Além do seu cargo numa editora de renome, o “jovem literato”, como é descrito na reportagem, tinha recebido no ano anterior o “Prêmio Fábio Prado”, da Sociedade Paulista de Escritores, dado aos escritores estreantes.

Na entrevista, respondida por escrito, Francisco Marins falou um pouco do seu interesse pela literatura infantil. Do interior de São Paulo, Botucatu, ele teve vontade de contar um pouco das histórias da natureza e da gente da terra para as pessoas da cidade. O primeiro livro publicado foi *Nas Terras do Rei Café*. Segundo o *Jornal Oió*, a primeira edição vendeu seis mil exemplares e a segunda, dez mil. Uma série de cinco obras, intitulada *Taquara-Póca* tinha alcançado duzentos mil números. Ele criticou alguns dos heróis da época a quem ele chama de “shazans”, “homens-tocha”, “morcegos voadores”, “dessa onda por assim dizer nefasta de más revistas em quadrinhos”. Marins afirmou que uma pesquisa feita em São Paulo constatou que 30% do conteúdo das histórias em quadrinhos tem como temas principais o crime e a violência; e 10%, a sexualidade. Depois, afirma que é uma atividade desaconselhável porque “conduz à preguiça mental”, por causa do excesso de figuras.

O *Jornal Oió* deu, portanto, espaço para um escritor do interior de São Paulo, com a vivência do campo, mas que encontrou seu espaço profissional na grande cidade. Ele divulga as histórias relacionadas à sua infância e também, de uma forma mais abrangente, à conquista do interior do país, com ênfase nos heróis nacionais. Os quadrinhos entram como inimigos, ao trazer heróis internacionais, além de uma nova forma de linguagem que é, por ele interpretada como preguiçosa. É contraditório ver que neste caso, ao contrário de outros, o olhar externo está apontando para um um pensamento, no mínimo, conservador, de uma pessoa que está numa posição importante dentro do campo literário, como editor de uma empresa reconhecida.

Outro paulista que também passou por Goiás e foi assunto do impresso Oió foi Pedro Oliveira Ribeiro Neto. Poeta, escritor e jornalista, ele integrava a Academia Paulista de Letras. Segundo o jornal, “nome conceituado na literatura brasileira moderna”⁷⁰. Sobre a poesia moderna brasileira, afirmou que a lírica de Mário de Andrade, de Oswald de Andrade, Manuel Bandeira e Carlos Drummond “é a que mais interessa e que o povo melhor aceita porque a

⁷⁰ *Jornal Oió* (1958), Goiânia, mar., n. 13/14/15, p. 6.

compreende”. Disse ainda que a poesia brasileira “está em plena forma” e citou Cassiano Ricardo como alguém que conseguiu aproveitar cada escola de poesia, depois de 1922, “sem qualquer intenção de destruir as realizações poéticas anteriores”. Em relação a São Paulo, disse que o movimento literário é grande, destacou o papel das instituições literárias como a Academia Paulista de Letras e a União Brasileira de Escritores, das quais ele participava. Ao ser perguntado sobre a literatura de Goiás, o escritor afirmou que não a conhecia, “mas noto a grande cultura do povo através das manifestações artísticas que aqui presenciei” e citou o escultor Veiga Vale como uma figura exponencial da arte religiosa brasileira. A preocupação maior, neste caso, foi com a opinião do escritor em relação à cena literária nacional. Sobre a goiana, nada se disse já que ele não a conhecia para emitir opinião.

Pouco tempo depois, na edição seguinte⁷¹, um conterrâneo de Marins passou pelo Bazar Oió. O romancista Hernani Donato, que assim como o escritor infantil, nasceu em Botucatu (SP). Esteve em Goiânia por razões profissionais relacionadas ao seu cargo na União Brasileira de Escritores, e aproveitou para tratar com a ABDE de Goiás, de uma possível participação de nomes goianos no Congresso de Escritores que foi realizada naquele semestre: “*Jornal Oió* imediatamente procurou entrevistar o ilustre visitante, que é um dos nomes mais representativos da literatura nacional”. Até aquele momento, Hernani Donato tinha escrito livros infantis, biografias e romances, e alguns deles foram adaptados para o cinema, como *Chão Bruto* e *Filhos do Destino*. Esse último, com uma postura social e regionalista. Sobre isso, o autor assim se posiciona na entrevista: “Absolutamente não entendo que em nosso país os jovens façam romances que não sejam regionais e sociais”. Para ele, cabia aos romancistas o papel de registrar o momento político “progressista” do país. Outra frase de impacto sobre o assunto foi: “Temos que dar as costas a Paris e enxergar um Brasil que é nosso e pede a nossa atenção”.

Seguindo o mesmo raciocínio, na defesa do romance social, ele critica textos com temas introspectivos, e diz que não passam de “masturbação intelectual”. Donato cita José Lins do Rêgo, Jorge Amado e Bernardo Élis como autores de escritas sociais, de “ação”, característica percebida e preferida pelo público. Do outro lado, como exemplos de um texto instrospectivo, aponta Graciliano Ramos e Érico Veríssimo. Ao ser perguntado sobre o movimento intelectual de Goiás, responde que o estado já tem mais nomes dos que os sempre lembrados Hugo de Carvalho Ramos e Veiga Vale, “Goiás floresce numa verdadeira jazida de intelectuais brilhantes”. Para ele, nomes como Bernardo Élis, Eli Brasiliense, José Godoi

⁷¹ *Jornal Oió*, Goiânia, n. 16, 17 e 18, p. 1.

Garcia, Antônio Geraldo Ramos Jubé e Regina Lacerda já fazem parte de “qualquer estudo de literatura nacional”. Donato elogia a bolsa de publicações Hugo de Carvalho Ramos, “acredito que nenhum outro estado possua uma bolsa que funcione tão bem e por tempo já tão longo”.

As mulheres estavam sempre presentes nas edições do impresso, mas nomes no âmbito local. Como aqui estamos preocupados com os externos a Goiás, essa frequência diminui bastante. A entrevista a seguir foi feita com a escritora Dinah Silveira de Queiroz, pela goiana Amália Hermano Teixeira, no Rio de Janeiro. A romancista era paulistana, mas estava morando na capital fluminense. Amália estava na cidade e aproveitou para entrevistá-la. Não se sabe como se deu a combinação desse encontro, se as duas tinham alguma intimidade, já que a conversa foi na casa da escritora. O que se sabe é que as duas participaram, naqueles dias, do VII Congresso Nacional de Jornalistas.

Pela importância a ela atribuída, a entrevista teve espaço de destaque na primeira página do *Jornal Oió*⁷², com a manchete “‘Como escritora, estou esperando renovação’ – fala ao Jornal Oió a escritora Diná Silveira de Queiroz”. Naquele ano, aos 46 anos, a romancista tinha uma carreira bem-sucedida. Podemos constatar isso, por exemplo, pelos prêmios recebidos até aquele momento, entre eles, o Prêmio Machado de Assis, pelo conjunto de obras, dado pela Academia Brasileira de Letras, e o Prêmio Antonio Alcântara Machado, da Academia Paulista de Letras, pelo *Floradas na serra* (1939), que foi adaptado para o cinema. A autora ainda teve obras traduzidas para o espanhol, francês, polonês e tcheco.

Segundo Maria Eloisa Rodrigues Nunes (2011), os romances da escritora tratam de episódios da história do Brasil. Em *A muralha* (1954), ela conta o confronto entre os indígenas e a população paulista, nos séculos XVI a XVIII. Dinah Silveira de Queiroz trata da submissão da mulher no Brasil Colônia, assim como da sexualidade, sensualidade, determinação e força dessas mulheres. Logo no início da entrevista ao *Jornal Oió*, fala-se do marido da escritora: “o Desembargador Narcélio de Queiroz, vice-presidente do Tribunal de Justiça do Rio, homem culto e inteligente, que lhe dá inteiro apoio e permanente incentivo”. Mais a frente, ao tratar do trabalho de escrita de Dinah Queiroz, Amália Teixeira escreve: “desempenha muito bem as funções de esposa, dona de casa, e de escritora”.

Na entrevista, Dinah Queiroz falou sobre a obra *A Muralha*, um dos seus maiores sucessos, e da pesquisa feita para escrevê-la. Cita José Lins do Rêgo, Gilberto Freire e Sérgio Buarque de Holanda. Sobre o último, afirmou: “ninguém mais que êle merece estar na Academia de Letras e é até estranho que não esteja”. A escritora se referiu à produção goiana,

⁷² *Jornal Oió*, Goiânia, n. 12, p. 1 e 8, jan. 1958.

ao responder uma pergunta sobre o *Jornal Oió*. Para ela, o impresso representava o movimento literário “realmente impressionante dos intelectuais de sua terra”. De uma forma mais ampla, em referência à produção nacional, a escritora fez uma crítica. Disse que, como veterana, espera renovação. Uma renovação que a própria não estava conseguindo fazer: “o que posso dizer aos intelectuais goianos é que, leiam, leia muito mesmo, meditem bastante, e na hora de produzir, façam coisa nova, pessoal”.

Ainda é forte a ligação da figura da mulher com o papel doméstico de dona de casa e esposa. Para começar, a entrevista é feita com o marido presente, que inclusive é citado no texto, e a própria entrevistadora valoriza a capacidade da escritora de conciliar seu trabalho intelectual com o doméstico. Mas, por outro lado, é apresentada uma mulher extremamente produtiva intelectualmente, e que de fato alcançou o reconhecimento tanto no terreno simbólico quanto no econômico, retomando Bourdieu. O jornal valorizou bem a entrevista ao colocá-la em destaque como manchete da primeira página. O texto, de duas páginas, é acompanhado de duas fotografias.

Ao longo dessa análise do *Jornal Oió*, o que percebemos é que o campo literário nacional que interessa ao goiano é exatamente aquele do eixo Rio-São Paulo. Isso pode ter ocorrido por dois motivos: ou apenas figuras desses locais faziam visitas a Goiânia e, assim, recebiam tal atenção, ou havia uma seleção editorial que escolhia tais personagens. A coluna “Painel Literário”, escrita pelo crítico Oscar Sabino Júnior, que tem a intenção de dar um panorama das movimentações no campo cultural e intelectual, local e nacional, como lançamentos de livros e realização de eventos culturais pelo país, focava impreterivelmente Goiás, Rio de Janeiro e São Paulo. Sabino Júnior escreveu, por exemplo, sobre a posse da nova diretoria da Associação Brasileira de Escritores - Seção de Goiás, em 1957; parabenizou o escritor carioca Carlos Ribeiro pelo aniversário de 50 anos, no ano de 1958; anunciou, na coluna de maio de 1957, que a José Olympio iria traduzir *Absalão Absalão*, de William Faulkner, e *O estrusco*, do finlandês Mika Waltari, “dois grandes nomes da literatura mundial” e informou que com a morte do historiador paulista Affonso de Taunay, “numerosos já são os candidatos a sua vaga na Academia Brasileira de Letras”⁷³.

Alguns dos entrevistados do *Jornal Oió* se mostraram bem conservadores como os paulistas Francisco Marins, que criticou os quadrinhos, e Herniani Donato, que não admitia romances que não abordassem temas sociais. Quanto à linha editorial, percebe-se um tom elogioso desproporcional. Muitas edições traziam entrevista ou reportagem com “um dos

⁷³ *Jornal Oió*. Painel Literário, Goiânia, n.13/14/15, fev., mar., abr., 1958,

nomes mais representativos da literatura nacional”, “renomado no cenário intelectual do país” ou “conceituado na literatura brasileira moderna”. Será que todos mereciam tais apresentações? Hoje, sessenta anos depois, muitos deles caíram no esquecimento. Como já foi dito, o jornal abraçava muitas vertentes: de reportagens a textos opinativos; sobre literatura, música, artes plásticas, etc. O que foi feito aqui foi um breve recorte de parte dele.

2.3 A polêmica sobre Homero Silveira

A polêmica pode ser mal vista se pensarmos nela como troca de farpas e de insultos, ainda mais em espaços onde estão envolvidos egos e disputa de poder, como o literário e o intelectual. Mas o resultado desses conflitos pode ser produtivo, por exemplo, com a formulação de novos modelos teóricos. É com esse olhar que João Cezar de Castro Rocha⁷⁴ enxerga a polêmica no meio cultural brasileiro nos séculos XIX e XX: “as inúmeras polêmicas representaram o autêntico motor da vida literária, pois estimularam a delimitação de estéticas adversárias e, desse modo, foram indispensáveis na estruturação do mundo das ideias” (ROCHA, 2011, p. 69). O foco dele é o embate entre a crítica produzida na imprensa e na academia. De acordo com o autor, é preciso reavaliar o papel da polêmica na formação da vida cultural brasileira ou do “sistema intelectual brasileiro”, para superar o que ele chama de marasmo existente no Brasil contemporâneo.

Ainda segundo Rocha, os brasileiros consideram as “polêmicas tupiniquins como se fossem resquícios anacrônicos da mentalidade patriarcal [...] como modo de calar o outro por meio da imposição de uma ordem hierárquica rigidamente definida” (ROCHA, 2011, p. 36). Sendo assim, o objetivo da crítica seria derrotar o adversário verbalmente, sem espaço para a troca de ideias e o (re)conhecimento do trabalho do outro. Ele levanta o argumento de que a desvalorização da polêmica no Brasil pode ser resultado de uma postura que valoriza excessivamente os modelos dos centros acadêmicos estrangeiros e, assim, não reconhece a produção intelectual interna. Dessa forma, não existe um diálogo entre os diferentes modelos, teorias, pensamentos, mas, sim, uma subordinação ao que se estabelece como modelo (de grandes centros estrangeiros).

O histórico da polêmica no Brasil não é favorável para pensarmos nela do ponto de vista construtivo, já que “em lugar de explicitar o conflito, oculta-se a divergência; em lugar de

⁷⁴ Ver ainda *Estilo tropical* (1991), de Roberto Ventura, e *Duelos no serpentário* (2005), de Alexei Bueno e George Ermakoff, que também tratam de polêmica no meio literário brasileiro.

dar voz ao outro, busca-se torná-lo invisível por meio da temida conspiração do silêncio; em lugar de estimular o diálogo, cultiva-se a epigonia” (ROCHA, 2011, p. 87). Rocha volta ao Brasil Império para lembrar de dois casos envolvendo José de Alencar. O primeiro foi entre ele e Gonçalves de Magalhães, em 1856, quando criticou a obra *A Confederação dos Tamoios*, de Magalhães. Segundo Rocha, episódio fundamental para a criação de *O Guarani* (ROCHA, 2011, p. 79). Depois, em 1875, Joaquim Nabuco considerou a obra de Alencar ultrapassada. Este entrou na briga e, “ao perceber que não triunfaria sobre o jovem Nabuco, Alencar lançou mão do velho recurso autoritário de desqualificação do rival” (ROCHA, 2011, p. 81). Para Rocha, a postura de Nabuco foi construtiva, já que propunha uma nova corrente estética, “pois, para ele, a obra do autor de *Senhora* já não dava conta das necessidades contemporâneas” (ROCHA, 2011, p. 82).

O autor lembra que também faz parte da polêmica, a autopromoção e a luta pelo poder simbólico. Características encontradas no conforto entre Sílvio Romero e José Veríssimo, de posições teóricas contrárias, e que, segundo Rocha, “foi fundamental para o fortalecimento da crítica literária” (ROCHA, 2011, p. 85), até porque para refutar os argumentos do outro a pessoa precisa conhecê-los, mesmo que parcialmente. Romero começou a disputa, em 1909, com um texto criticando Veríssimo, no qual apela para argumentos pessoais e não, qualitativos. A discórdia se dava em torno do conceito de crítica (sociológica *versus* estética). Romero usou adjetivos como “imbecil” e “estúpido”. Rocha analisa além das palavras combativas e afirma que Sílvio Romero, como integrante da Escola do Recife, estava querendo demarcar uma posição e “alterar a hierarquia dos valores da vida intelectual” ao introduzir o nome de seu mestre Tobias Barreto na cena então dominada por Machado de Assis. Esse que também foi alvo do crítico recifense. Por fim, Rocha afirma que “tal iniciativa de Sílvio Romero suscitou discussões e estimulou o desenvolvimento de argumentos mais sólidos de ambos os lados” (ROCHA, 2011, p. 93). As posições antagônicas se refletem nas visões a cerca da obra de Machado de Assis: para Romero, era “artificial e estrangeirado”; para Veríssimo, “artístico e universal” (ROCHA, 2011, p. 96).

Ainda na linha de tentar afirmar sua hipótese, Rocha cita mais um exemplo, o de Antonio Candido e as implicações de sua obra *Formação da literatura brasileira*. Por não se enquadrarem dentro do seu conceito de sistema literário, Candido excluiu algumas obras e autores reconhecidos. Resultado: polêmica. Um dos que discordaram foi Haroldo Campos. Com essa divergência sobre a história literária, Rocha defende sua tese ao afirmar que “ampliou-se o cânone, com o efeito indispensável de renovar a leitura de autores porventura

negligenciados, promovendo a rediscussão de princípios teóricos relevantes” (ROCHA, 2011, p. 104).

Entretanto, o eixo da discussão proposta por João Cezar de Castro Rocha é o caso de Afrânio Coutinho e Álvaro Lins e o embate entre a universidade e a imprensa (cátedra e rodapé). O primeiro, visto por muitos como um texto demasiado técnico; e o segundo, superficial. Divergência que só começou a ser questionada a partir de Afrânio Coutinho, em 1948 e se estendeu até a década de 1960, com a Lei de Diretrizes e Bases e a criação da disciplina Teoria da Literatura. O ponto final desse debate é, para Rocha, o momento em que profissionais formados em faculdades de Letras chegam à docência, ou seja, encerra-se um ciclo iniciado com a criação de um ensino prioritariamente de Letras, objetivo da cátedra. O autor coloca em perspectiva essa polêmica para se posicionar contrário ao “lugar-comum” de que a cátedra venceu o rodapé. Para ele, não é uma questão de superação, mas “quando muito, o lançamento de uma plataforma de combate” ou “um esforço pioneiro no sentido de sua efetiva sistematização” (ROCHA, 2011, p. 182).

Afrânio Coutinho é o nome, segundo Rocha, que encabeçou essa luta em defesa de uma crítica especializada. Porém, destaco duas questões levantadas por Rocha ao longo de sua análise sobre esse caso. Uma delas é a de que não havia, neste momento, especialistas formados para ocupar esse espaço reivindicado por Coutinho. Isso foi acontecendo ao longo dos anos, a partir da criação de faculdades exclusivamente de Letras. E a outra é que foi justamente por meio de uma coluna de jornal (“Suplemento literário”, do *Diário de Notícias*) que Coutinho publicou vários de seus textos se posicionando sobre o assunto e atacando “o mais influente representante do rodapé” daquela época, Álvaro Lins (ROCHA, 2011, p. 177). Tanto é assim que Carlos Drummond de Andrade se refere a Lins como “o imperador da crítica literária, entre 1940 e 1950”, capaz de “firmar um valor literário desconhecido ou contestado” (DRUMMOND apud ROCHA, 2011, p. 177).

Sob esse ponto de vista construtivo da palavra “polêmica”, a intenção, neste capítulo, é mostrar que Olavo Tormin foi uma figura que fomentava a polêmica e um dos espaços em que percebemos isso é o *Jornal Oíó*. O caso analisado que justifica tal afirmativa baseia-se na crítica de Homero Silveira, um escritor e crítico paulista, que escreveu sobre a produção literária goiana. Suas palavras foram, em parte, mal recebidas e um embate se seguiu por, ao menos, nove meses, desde o primeiro posicionamento dele até o último texto

repercutindo essas opiniões. A controvérsia será contada a seguir por meio de textos publicados na imprensa da época, em sua maioria, no *Jornal Oio*⁷⁵.

Homero Silveira, escritor e crítico paulista, visitou Goiânia por três dias, em julho de 1956. Ele foi, junto com Mario Donato, presidente da Associação Brasileira de Escritores, Seção de São Paulo, participar da Primeira Semana de Arte em Goiás. Silveira era diretor do Departamento de Cursos da mesma entidade. Os dois deram palestras sobre Realismo e Parnasianismo na literatura brasileira. Foram dias em contatos com escritores e intelectuais da cena cultural da cidade. A passagem do crítico repercutiu na cidade depois que Silveira apontou defeitos na produção literária de Goiás. Sobre esse fato, assim se referiu Olavo Tormin, anos mais tarde:

Homero Silveira balançou: ele criticou, negou a literatura em Goiás. Isso levantou uma porção de protestos da gente daqui. Xavier Júnior (presidente da AGL), Bernardo Élis acharam ruim. É onde o Eli (Brasiliense) falou que cavalo lerdo deve de vez em quando levar umas cutucadas⁷⁶.

O texto seguinte é o primeiro ao qual tivemos acesso. Publicado no *Última Hora*⁷⁷, impresso originalmente carioca, mas que teve uma edição paulista e é dessa que estamos nos referindo, o jornalista Fernando Góes entrevistou o crítico Homero Silveira pouco depois dele ter voltado de sua viagem à Goiás. Primeiro, ele elogia a capital goiana pelo seu desenvolvimento, “Goiânia é um milagre do gênio empreendedor dos brasileiros”, e cita instituições importantes no contexto cultural: faculdades, bibliotecas públicas, imprensa, a Escola de Belas Artes (criada em 1952) e o Conservatório Goiano de Música (criado naquele mesmo ano). E completa, ao dizer que é uma cidade onde não vai se encontrar “o vaqueiro típico do Oeste longínquo” e, sim, poetas, romancistas e artistas em geral.

Os elogios abrem espaço para que Silveira fale de forma mais pontual sobre a produção literária. Segundo ele, falta contato com fontes modernas de cultura: “apesar dos seus 20 anos apenas de vida, encontrei os goianos ainda versejando em plena era do Simbolismo”. Silveira cita José Godoy Garcia como o único poeta que pode ser apontado como modernista, “mesmo ainda muito preso aos cânones de 22”. Ele segue sem baixar o tom, ao contrário, ao ser perguntado sobre quem seriam esses escritores que estão “em plena era do Simbolismo”, ele responde: “Uma porção” e, aí, faz a lista com Gilberto Mendonça Teles, A. G. Ramos Jubé (que vai entrar nesse debate mais a frente), J. Lopes Rodrigues, Wilson Mendonça e Geraldo

⁷⁵ Os textos, na íntegra, abordados nessa discussão, estão nos anexos deste trabalho.

⁷⁶ *Goiás ilustrado*, “No tempo do Bazar Oio”, Goiânia, v. 4, p. 29, s.d. (aprox. 1984).

⁷⁷ “Literatura em Goiás”, de Fernando Góes. *Última Hora*, São Paulo, 01/08/1956, s/p.

Vale, que era o presidente da Associação Goiana de Imprensa. Sobre esses, afirma: “Timidez é a doença deles”. Diz que instigou-os a mudar de rumo e fez ainda um slogan para motivá-los: “Chega de passarinhos!”. A explicação dele foi de que “a turma de lá se não põe ‘passarinhos’, ‘mãos niveas’, ‘valsa de Chopin’ e ‘plenilunio’ não se considera poeta realizado”.

Ao tratar de prosa, o crítico faz boas referências a Eli Brasiense (que também fala sobre o assunto no *Jornal Oiô*), a Ada Curado, como ensaísta, assim como Oscar Sabino Júnior e Elisio de Assis Costa. Sobre artes plásticas, afirma: “Neste particular Goiânia teve mais sorte” e elogia o pintor e escultor Frei Confaloni e o diretor da Escola Goiana de Belas-Artes Luís Curado. Quando perguntado sobre as livrarias, Homero Silveira fala que a “da terra” chama-se Bazar Oiô: “Bem aparelhada e com as novidades literárias de São Paulo e Rio”. A imprensa também é alvo do crítico quando ele diz que os jornais são pouco informativos. Por fim, para terminar como começou, ele fala algumas palavras incentivadoras:

Em resumo, Goiania é uma terra que ainda não tomou conhecimento de seu papel histórico na vida brasileira. Mas tenho certeza de que logo que isso aconteça tem tudo para exercer um papel de relevo na vida literaria nacional. Basta esta Primeira Semana de Arte, que é o primeiro sinal de rebote no panorama brasileiro.

Essa foi a entrevista que encontramos com as críticas de Homero Silveira. O crítico escreveu um texto publicado em *O Jornal*, do Rio de Janeiro, em que ele fala da produção de Goiás. Não tivemos acesso a esse material, mas a ele são feitas várias referências pelos intelectuais envolvidos, por isso, vamos considerar que a repercussão exposta a seguir se deu levando em conta as duas publicações. Brevemente, a sequência de fatos se deu da seguinte forma. Em julho de 1956, foi realizada a I Semana de Arte em Goiás, quando Homero Silveira esteve em Goiânia por três dias. No mês seguinte, no dia 1 de agosto, foi publicada a entrevista dele ao *Última Hora*. Dois meses depois, ele envia uma carta a Olavo Tormin falando sobre a tal polêmica.

A carta, de 12 de outubro de 1956, enviada a Olavo Tormin por Homero Silveira, é uma resposta aos jornais que Tormin enviou ao paulista com a repercussão da sua crítica entre os escritores goianos. Segundo o texto, as reportagens do *Última Hora* e de *O Jornal* foram enviadas pelo próprio Silveira para serem divulgadas em Goiânia. Em tom conciliador, o crítico afirma que não compreenderam “o mundo de simpatia e de boa vontade” em suas palavras. Silveira diz estar dividido entre a melancolia “por vêr que há gente interessada em me indispor com meus amigos de Goiás” e a alegria, por saber que sua visita à Goiânia não foi em vão, “ao vêr que os meios intelectuais daí reagiram ao impacto de minhas palavras”. Rocha concorda

com Silveira ao reconhecer que a polêmica pode agir de forma positiva no meio literário.

Apesar de dizer que não quer insistir no assunto, Silveira explica a Olavo Tormin que vai fazê-lo, devido à influência do livreiro, e pede para ele replicar os dizeres da carta:

Quero que o lado sadio da questão fique de pé. Tôda gente criteriosa sabe muito bem que, ao discursar aí e depois ao escrever e ao falar aos jornais, uma só coisa me animava: oferecer aos môços de Goiânia com quem convivi durante 3 dias, intimamente, a ponto de ficar até madrugada em palestra com eles, não como um pedante ou um Mestre, como saldosamente dizem certos elementos, mas como um irmão mais velho, um pouco da minha experiência (SILVEIRA, 1956).

Silveira afirma que tinha a convicção de que a literatura goiana, “embora dotada de talentos verdadeiros”, estava iniciando; e que quem não via isso é porque era provinciano e de má vontade. O crítico se refere a essas pessoas como homens que “nascem com o complexo de perseguição”, aversos a qualquer crítica. Explica ainda que o adjetivo “passadista”, usado por ele, é apropriado: “Mas ser passedista, por acaso, é ser burro? Não é. Nem eu disse isso dos poetas de Goiânia”. Segundo o crítico, ele preferiu não se calar e apontar os enganos a fazer elogios insinceros. “É isso que desejavam?”, questionou.

Foram três páginas para esclarecer sua posição a Tormin. Homero Silveira fez uma lista de nomes de poetas nacionais e do exterior como exemplos de poesia moderna, “de acordo com as inquietações dos homens do presente, uma poesia que em toda parte se pratica e se aprecia (menos em Goiás)”. Exemplos usados por ele para sugerir novos rumos aos poetas goianos: Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade, Augusto Frederico Schmidt, Vinicius de Moraes, Domingos Carvalho da Silva, Péricles Silva Ramos, Cabral de Melo Neto, os franceses Alfred Jarry, Arthur Rimbaud, Tristan Corbière e André Breton. Além dos estadunidenses Walt Witmann, T. S. Eliot e Ezra Pound. Para o crítico, suas palavras não só não foram bem recebidas como ainda lhe atiraram “pedradas por desejar o bem dos poetas”. E desabafa: “É inacreditável!”.

Silveira fala que os dias em que esteve na capital goiana foram dias de cooperação, em busca de perceber as dificuldades locais e de tentar solucioná-las. Ele separa um momento aos que entenderam sua postura e que o apoiaram: “São os que honram a inteligência de Goiás. Os que irão amanhã produzir a grande obra que Goiás apresentará ao Brasil, uma vez amadurecidos”, ao contrário dos “bobinhos que ficaram zangadinhos”, que se limitaram aos insultos e chacotas. Para finalizar, reafirma seus laços de amizade com Goiás: “continuo disposto a criar mil ‘casos’, sempre que resultar no progresso dessa terra e de sua extraordinária

gente!”. A carta, escrita na máquina, é assinada à mão.

É muito interessante ver essa discussão tomando forma por meio dos textos. A carta, principalmente com o tom pessoal que lhe é característico, grita as palavras que nela estão escritas. Homero Silveira realmente se mostra preocupado com a repercussão de sua crítica e parece surpreso que tenha se dado dessa forma. Pelo contato que teve com aqueles agentes literários, ele tinha a certeza que havia um amadurecimento para receber a sua opinião, concordando-se ou não com ela. A partir daí, pode-se questionar essa aproximação que se deu presencialmente entre crítico e agentes literários? E em relação às visitas dos outros produtores (jornalistas, escritores, editores), até que ponto houve uma troca de experiências de fato? A aproximação física entre os agentes é fundamental para se formar, entre eles, laços mais duradouros e, com isso, também mais proveitosos. Sobretudo quando há posições tão distanciadas entre os dois meios, como a metrópole e o interior, por exemplo. Essa aproximação inicial pode se dar, às vezes, com um excesso de formalidade a fim de se estabelecer uma relação de maior confiança, ou pode ocorrer sem grande distanciamento, tentando com isso estabelecer de imediato uma relação de igual para igual. Os dois casos foram analisados aqui. Entretanto, as divergências são naturais no ambiente intelectual e até necessárias. Como disse Werneck de Castro, “nada de aceitar o que já vem pronto”. Até porque, como já vimos, a polêmica funciona como um motor dentro de um campo literário que lhe garante movimento constante. E, claro, não tem local, ocorre nas periferias e nos centros e é bom que assim seja. A opinião do lado do “consagrado” não é melhor do que a do lado do “recém-chegado”⁷⁸. Não necessariamente, mas o debate entre eles é primordial.

A série de textos gerada por esse conflito, e analisada aqui, foi publicada ao longo de cinco edições do *Jornal Oió*. Esse impresso foi criado somente em fevereiro de 1957, seis meses após a publicação das críticas, e quatro, depois da carta analisada acima. Nesse meio tempo, o assunto, de acordo com alguns intelectuais, foi abordado em outros veículos, como a *Folha de Goiás*, mas obviamente não foi esgotado. Ao longo desta análise será possível perceber que as personagens principais do enredo, divididos de forma simplista entre “a favor” e “contra” Silveira, se limitam em: Jarmund Nasser, advogado e participante ativo do impresso *Oió*, e A.G. Ramos Jubé, escritor consagrado regionalmente e que teve sua obra criticada diretamente pelo paulista. Teremos também participação do escritor Jacy Siqueira, do crítico literário goiano Oscar Sabino Júnior, e do romancista Eli Brasiliense. O objetivo é mostrar como se deu essa polêmica e a importância dela dentro do campo literário goiano, assim como

⁷⁸ Conceitos trabalhados por Bourdieu.

a relevância de Olavo Tormin como figura que, abrindo espaço no *Jornal Oio*, agiu como um fomentador.

Figura 5 - Fotografia do primeiro número do *Jornal Oio* (fev. 1957)



Fonte: acervo pessoal

Antes de nos aprofundarmos nessa discussão, chamo a atenção para o editorial que apresenta esse novo jornal e que é assinado pelo secretário, o jornalista Eliezer Penna. Ele afirma que o objetivo do impresso é retratar o movimento literário em Goiás, com a colaboração de “homens de Letras do Estado, evitando, porém, a formação das chamadas e odiosas ‘igrejinhas literárias’”, recebendo “indistintamente colaboração de todos”. Olavo Tormin e Eliezer Penna, como diretor e secretário, acham necessário dar tal explicação logo no início dos

trabalhos do jornal. Provavelmente já com base nos textos escolhidos para esse primeiro momento e para o que se esperava dos próximos. Apenas no número de estreia, foram três textos repercutindo a polêmica. Em “A salvação é o ‘Bode Intelectual’”⁷⁹, Jarmund Nasser defende Homero Silveira e chega a atacar os que não o entenderam. Segundo Nasser, o crítico paulista foi franco: “Acho, salvo alguns senões, que êle tem razão. E mesmo que não tivesse razão, a sua sinceridade merecia respeito. Tentaram responder-lhe. Falaram muito, mas não convenceram ninguém”. Nasser é irônico ao afirmar que a solução é usar o “Bode Intelectual”, do cronista goiano Juruena Di Guimarães Silveira: “Pode estar certo: com meia dúzia de piadas intelectualizadas, o ‘Bode’ arraza com o Homero Silveira, êsse crítico atrevido que veio dizer que ‘não existe mais poesia num pássaro’ goiano”. No mesmo sentido, aponta Jacy Siqueira em “A crítica e o artista”⁸⁰. O texto é breve, mas fala da importância da crítica construtiva, nem a que acaba com o trabalho de anos do artista nem a que é gratuita. Sobre o caso de Homero Silveira, ele afirma: “infelizmente em nossa terra [...] não sabemos receber uma crítica”. Já em “Crítica da camaradagem”⁸¹, escrito por Oscar Sabino Júnior, Silveira não é nominalmente citado. Entretanto, é perceptível o propósito do autor ao escrever tal artigo. O crítico goiano elabora o texto em cima da expressão “crítica da camaradagem” de Tristão de Ataíde. Reconhece que há crítica feita na base das relações pessoais, mas que essas não são maioria e cita Ataíde para defender sua posição sobre o tema: “prefiro o crítico honesto ao crítico inteligente”. Segundo Sabino, o “crítico inteligente” dá espaço para escritores de segunda mão, ao não considerar como mais relevante a qualidade do trabalho analisado. Para ele, essa prática não era comum nas grandes metrópoles da época:

só mesmo muita fôrça de vontade e devotado amor à literatura é que levam quem se dispõe ao exercício da crítica à praticá-la nos pequenos centros culturais. O pior inimigo dos maus livros não são, como se pensa, os críticos literários, mas os amigos benevolentes e afetuosos de seus autores.

Apesar da figura de crítico, Sabino Junior se mostra nesse, e em outros textos publicados no *Jornal Oió*, com um tom apaziguador, ao mesmo tempo em que é crítico e rigoroso. É um agente que circula bem no espaço goiano, respeitado por muitos, inclusive pelos envolvidos na polêmica aqui em questão. Durante a pesquisa, foi o único nome de crítico literário, do cenário goiano, que se repetiu constantemente.

Encontramos, no segundo número do *Jornal Oió*, uma postura mais enfática de

⁷⁹ *Jornal Oió*, Goiânia, n. 1, p. 5, fev. 1957.

⁸⁰ *Jornal Oió*, Goiânia, n. 1, p. 7, fev. 1957.

⁸¹ *Jornal Oió*, Goiânia, n. 1, p. 3 e 6, fev. 1957.

Nasser, que volta a escrever sobre o tema em “Culto à personalidade”⁸², título inspirado na expressão cunhada pelo primeiro-ministro russo Nikita Krushev ao se referir a Joseph Stálin. Nasser afirma que o culto à personalidade também existe nos meios literários goianos, “onde já se apercebe o surgimento de uma aristocracia intelectual que não admite a menor restrição às suas obras e que só se sente bem com o alimento reconfortante da crítica elogiosa”. Cita um texto de A. G. Ramos Jubé, publicado na *Folha de Goiás*, em que esse reivindica a Bernardo Élis o título de “a mais forte personalidade local” e afirma que Homero Silveira se esqueceu do escritor ao se referir à literatura goiana. O atrito entre esses dois agentes, Ramos Jubé e Nasser, aumenta a cada texto até encontrar um fim mais harmônico, como veremos no final desta análise. Dois meses depois, veio a resposta no *Jornal Oiô*. Em “P.S. culto à personalidade”⁸³, Ramos Jubé diz que Nasser foi injusto ao se referir a ele como o integrante de uma “aristocracia intelectual” que não admite críticas e justifica sua colocação em relação a Homero Silveira: “Apenas disse eu que Bernardo Élis estava ausente. E não estava?”.

Retomando o conceito de polêmica, vemos aqui mais um exemplo de uma visão questionadora. Vale a pena ou não se envolver em uma polêmica? Logo no início desse texto, Ramos Jubé, escritor e nome citado no conflito, quer passar a impressão de que preferiria não se envolver: “Andei uns dias hesitando sobre se deveria ou não defender-me de acusações que me fêz em seu artigo [...] o prezado colega Jarmund Nasser”. E completa, “resolvi prestar-lhe os esclarecimentos que julgo necessários, em atenção às qualidades que possui”. A. G. Ramos Jubé, neste momento, é um nome reconhecido no meio literário goiano e talvez, por isso, a resposta a Nasser seja uma *tomada de posição* quase que obrigatória.

O romancista Eli Brasiliense é um dos poucos escritores mencionados por Silveira em tom elogioso. Em entrevista ao número três do *Jornal Oiô*⁸⁴, ele fala de sua vida e da produção literária. A matéria enfatiza seus hábitos de passar tempo com a família, a “digna” esposa e a “linda” filha, e dar milho às galinhas. Quando perguntado sobre as palavras do crítico paulista à literatura goiana, as corrobora: “Muito justas e oportunas. Cavalos que anda com passo lerdo precisa de umas lambadas de vez em quando. Isto veio despertar-nos para as responsabilidades da hora presente”. Pode parecer conveniente aceitar a crítica de Silveira visto que seu texto foi elogiado por ele. Entretanto, Eli Brasiliense não foi um ponto de discórdia entre os “opositores” de Silveira. Ao contrário, o romancista já tinha uma posição estabelecida na época. O motivo da discórdia dos demais estava na ausência de outros nomes e

⁸² *Jornal Oiô*, Goiânia, n. 2, p.7, mar. 1957.

⁸³ *Jornal Oiô*, Goiânia, n. 4, p. 3, 4, e 6, maio. 1957.

⁸⁴ *Jornal Oiô*, Eli Brasiliense aplaude as críticas ao movimento cultural de Goiás, Goiânia, n. 3, p. 1 e 8, abr.1957.

principalmente na presença de alguns, citados pelo crítico paulista como “atrasados”. A postura de Brasiliense, a meu ver, demonstra uma confrontação com seus pares, talvez, uma provocação a fim de instigar o amadurecimento da produção literária goiana, se aproveitando da posição que ocupa nesse campo.

Por fim, o número 12 do *Jornal Oió*, datado de janeiro de 1958, onze meses após o primeiro texto aqui analisado, traz uma entrevista feita por A. G. Ramos Jubé a Jarmund Nasser. O conteúdo é breve, entrou na coluna “Mural de Idéias” e começa da seguinte forma: “Jarmund Nasser, sobrinho de Alfredo Nasser, é a mais recente revelação de crítico, em Goiás”⁸⁵. Ramos Jubé apresenta seu entrevistado como autor de “artigos, um tanto agressivos” e que “visavam, diretamente, o grupo vinculado à ABDE (Associação Brasileira de Escritores)”, grupo do qual passaria a fazer parte “constituindo-se, hoje, em um de seus mais ativos (e combativos) elementos”. Ramos Jubé acha importante destacar que essas mudanças de tomada de posição de Jarmund Nasser nos últimos meses estão, de alguma forma, ligadas à mudança de posição dele no campo em questão. Afinal, será que ele passou a fazer parte da ABDE por ter se “enquadrado” num molde que antes criticava ou porque as mudanças se deram na própria instituição?

Note-se ainda que o parentesco com o político Alfredo Nasser⁸⁶ é uma informação considerada importante para “apresentá-lo”, mas somente para isso, pois nenhuma relação entre as duas pessoas é feita ao longo do texto. Além disso, Ramos Jubé dedica um parágrafo para descrever toda a carreira estudantil de Jarmund Nasser, desde o curso ginásial até se formar bacharel em direito pela Universidade Federal de Goiás, “ao lado do crítico Oscar Sabino Júnior, do poeta Antonio Leão Teixeira (atualmente inativo), do escritor e cineasta Leo Godoy Otero (que publicará um livro de contos pela José Olimpio, como está anunciado) e de seu entrevistador”. Essa apresentação “detalhada” seria um exemplo do provincianismo, apontado por Homero Silveira? Talvez. Mas, adicionando outra voz nessa discussão, de um agente da época ao se referir ao *Jornal Oió*, o crítico literário Antônio Olinto escreveu, em sua coluna no *O Globo*, que “êsse jornal nada tem de provinciano, pois está perfeitamente atualizado e participa, no mesmo nível, da renovação gráfica e informativa das publicações literárias do Rio e de São Paulo”⁸⁷.

Na entrevista, Nasser afirma que Goiânia tem cronistas, mas não tem crônica e que

⁸⁵ *Jornal Oió*, Goiânia, jan., n. 12, p.3, jan. 1958.

⁸⁶ Constituinte de 1946; deputado federal pelo estado de Goiás (1946-1947, 1959-1961 e 1962-1965); senador (1947-1951) e ministro da Justiça (1961-1962).

⁸⁷ SABINO JUNIOR, Oscar. *Jornal Oió*, Goiânia, Painel Literário, n.8, p.4, set, 1957.

Goiás precisa fazer literatura “à altura do atual desenvolvimento da literatura brasileira. Nada mais, nada menos”. Sua fala mais extensa é feita ao responder sobre o trabalho do crítico, onde ele trata da indefinição desse ofício: “As formulações teóricas sobre a própria natureza da crítica, por exemplo, são bastantes imprecisas”. Nesse sentido, vale levantar a seguinte questão. Jarmund Nasser é apresentado como crítico literário por Ramos Jubé, mas ele próprio se coloca como “um simples estudante de literatura sem maiores pretensões”. Se pensarmos na discussão feita anteriormente sobre a polêmica em torno da definição de crítico, poderíamos colocá-lo no grupo da crítica de rodapé? Acredito que não. Não podemos colocá-lo no mesmo patamar de Oscar Sabino Junior, por exemplo, que construiu uma vida dedicada a esse ofício, mesmo que sem a educação formal na área. Talvez a melhor explicação seja que Nasser comentava obras literárias, até porque a sua carreira profissional foi marcada pela atuação como advogado e deputado federal (1971-1979). Independentemente disso, vamos lembrar a posição central que ele adquiriu na polêmica de Homero Silveira, mostrando-se uma figura conhecedora do campo literário local e de sua dinâmica.

Encontraremos semelhanças se olharmos novamente o caso de Álvaro Lins e Afrânio Coutinho. Lins chegou a tecer elogios a Coutinho, no momento do lançamento de *Correntes cruzadas* em 1953, antes da relação entre eles ficar progressivamente mais tensa. Entretanto, Rocha lembra que antes ainda, em 1940, Lins fez a resenha de *A filosofia de Machado de Assis*, de Coutinho, no qual teria apontado qualidades, mas também defeitos no texto como a “falta de método”, “precisamente o que mais tarde ele [Coutinho] exigiria do rodapé” (ROCHA, 2011, p. 186). Ou seja, uma relação de altos e baixos até se estabelecer um processo de confronto permanente. Ao nos referirmos a Silveira, podemos lembrar que A. G. Ramos Jubé, após seguidas divergências com Jarmund Nasser, “termina” a polêmica ao confirmar as qualidades que este possui como crítico literário. No primeiro caso, temos uma situação que se agrava com o passar do tempo; no segundo, uma que encontra uma estabilidade, como resultado, entre outros fatores, do desenrolar de uma polêmica.

CAPÍTULO 3

A LIVRARIA E A DITADURA MILITAR

Até 1964, o Bazar Oió vivenciou seu momento áureo. Apesar do fim do *Jornal Oió*, que deixou de ser publicado em novembro de 1958 por causa do alto custo da impressão, as atividades na livraria continuaram a todo vapor. O ponto cultural que ela representava, que ia muito além do comércio de livros, era um mobilizador de reflexões sobre o que estava acontecendo na literatura em Goiás. Porém, como foi dito, até 1964. O golpe militar, que numa visada mais superficial não viria a afetar diretamente a livraria, acaba marcando o início do seu declínio, até o fechamento dez anos depois.

Mauro Borges era o governador de Goiás no dia 31 de março de 1964. Filiado ao PSD (Partido Social Democrático), Borges chegou a apoiar João Goulart para a presidência da República, mas desde 1962, estava rompido com Jango e o partido dele, o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Como registra a história do Brasil, o golpe militar teve participação de parte da sociedade civil: segmentos religiosos, empresariais, da imprensa e políticos. Entre esses últimos estava Mauro Borges que, assim como outros, acreditava que os militares devolveriam o poder aos civis em pouco tempo. “Um posicionamento ingênuo, conciliatório e oportunista”, aponta Horieste Gomes, historiador, geógrafo e anistiado político (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p. 28). Ao perceber que João Goulart não iria resistir às forças militares, Mauro Borges mudou sua postura e aderiu à chamada “Revolução”: “a reação de Mauro foi inesperada e pegou seus adversários de surpresa” (*Cinco de Março* apud ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p. 39). Ele ordenou buscas contra quem era considerado comunista ou subversivo e incluiu nessa lista adversários políticos. Os primeiros Inquéritos Policiais Militares (IPM's) foram instaurados a pedido de Borges. Entretanto, esse senso de oportunismo não foi suficiente para garantir-lhe no cargo por muito tempo.

A “Revolução” não tinha vindo como movimento de propriedade exclusiva de nenhum partido político da época – mas, em Goiás, cada legenda partidária buscou ao desespero adquirir essa exclusividade e, voltando suas baterias contra as rivais. Tudo isso gerando um clima fértil e altamente propício ao florescimento da delação e da deduração – a mais fácil e poderosa arma para alcançar tais objetivos (*Cinco de Março* apud ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p. 39).

O cenário político no estado estava dividido basicamente em dois: de um lado estavam a UDN (União Democrática Nacional), o PSP (Partido Social Progressista) e o PTB – partido do deposto João Goulart, mas que se uniu à UDN em Goiás. Do outro, estava o PSD, de Mauro Borges. Entretanto, os adversários de Borges conseguiram convencer o governo federal de que o então governador incentivava atos subversivos e, assim, o então governador passou a ser alvo de investigação. Em um dos IPM's consta que “não há como dissociar a autoridade do Governador dos inúmeros e repetidos atos criminosos de pregação comunista e esquerdizante da imprensa oficial do Estado” (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p. 48). Em outro inquérito, ele é vinculado a ações comunistas internacionais com Cuba, Polônia e Rússia. Segundo o documento, ele assumia uma posição “inteiramente análoga e até mais comprometida que a do ex-presidente João Goulart, dominado por comunistas brasileiros e estrangeiros, deles tirando proveitos para suas manobras políticas, e a eles, por isso mesmo, completamente submetido” (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p. 63). Tais justificativas foram encontradas pelos militares para atender uma demanda já estabelecida que era a retirada do então governador do cargo. Neste caso e em qualquer outro, os documentos e testemunhos usados como prova nos inquéritos é questionável, visto que “a ditadura usou testemunhos de militares, de civis, e de alguns arrolados em IPM's que tinham pouco envolvimento político no fato delituoso, para legitimar o processo jurídico” (ARQUIVOS REVELADOS, 2016, p. 42). Está clara a opção que o então governador de Goiás tomou à época do golpe militar, entretanto, é também importante destacar a questionabilidade de tais registros policiais.

O Coronel Carlos de Meira Mattos, escolhido por Castelo Branco para assumir Goiás, contou⁸⁸ que Castelo Branco não queria destituir Borges, apesar da pressão que estava sofrendo para fazê-lo. Mas a gota d'água para a intervenção federal foi quando Mauro Borges entrou com um pedido de *habeas corpus* no Supremo Tribunal Federal para permanecer no cargo. Com isso, quem assumiu temporariamente foi o Coronel Carlos de Meira Mattos. Depois, foi eleito indiretamente pela Câmara dos Vereadores de Goiás, o marechal Emílio Ribas Júnior. E em 1965, nas eleições estaduais, Otávio Lage, da chapa UDN, PSP e PTB. Até hoje é questionada a participação dos militares no resultado final desse pleito. Em Goiás e no restante do Brasil, é o começo de um período autoritário que influenciou a vida da população em todos

⁸⁸ Programa Memória Política, TV Câmara. 2003.

os níveis possíveis, inclusive, e de uma forma particular, o meio cultura/intelectual/artístico e literário⁸⁹.

3.1 A quase autonomia do campo literário

Neste capítulo, vamos analisar a influência da ditadura militar como um fator de transformação externo ao campo literário para avançar na compreensão do modo como a livraria Bazar Oió cumpriu um papel relevante no cenário cultural local como um espaço de confluência e de exercício de tomadas de posição, e posteriormente, uma “ameaça” ao regime autoritário instalado em 1964. Para isso, é preciso voltar ao conceito de campo literário de Pierre Bourdieu, mais especificamente, à sua autonomia. Segundo o autor, o campo artístico/literário é “relativamente autônomo”, sendo assim, é também “relativamente dependente” com relação aos campos político e econômico. Essa condição se deve, inicialmente, ainda no século XIX, a Charles Baudelaire e Gustave Flaubert, que lutaram contra “todas as formas de submissão [do mundo literário e artístico] aos poderes ou ao mercado” (BOURDIEU, 2002, p. 77), em defesa da “arte pela arte”. Foi a partir da segunda metade do século XIX, segundo Bourdieu, que o campo literário e artístico passou a ter um alto grau de autonomia, quando a independência em relação aos poderes econômicos e políticos passou a ser o *nomos* do campo literário:

todos aqueles que pretendem afirmar-se como membros com plenos direitos do mundo da arte, e sobretudo aqueles que aí entendem ocupar posições dominantes, sentir-se-ão obrigados a manifestar sua independência em relação aos poderes externos, políticos ou econômicos (BOURDIEU, 2002, p. 78).

Pascale Casanova, crítica literária francesa, analisa o que ela chama de República Mundial das Letras e trata também da autonomia do campo literário. Para ela, quanto mais antigo o campo literário, mais autônomo ele é:

A lógica literária não é independente das imposições políticas, mas tem seus jogos e desafios próprios que podem permitir-lhe, se necessário, negar sua dependência. Esse processo permite que a literatura invente suas problemáticas e se constitua *contra* a nação e o nacionalismo, tornando-se assim um universo específico onde as problemáticas externas – histórias,

⁸⁹ O relatório final da Comissão Nacional da Verdade cita casos de desaparecimentos e de violações de direitos humanos no estado de Goiás. Atuando de forma paralela e conjunta, outras comissões foram criadas no estado, entre elas, a do Sindicato dos Jornalistas de Goiás, a da Ordem de Advogados do Brasil, seção Goiás; e a Comissão Estadual da Memória, Verdade e Justiça Deputado José Porfírio de Souza, criada pelo governo estadual.

políticas, nacionais – só estão presentes refratadas, transformadas, retraduzidas em termos e com instrumentos literários (CASANOVA, 2002, p. 113).

Essa autonomia permite a intervenção de agentes do campo literário no campo político, algo que antes não acontecia porque o papel do escritor era mais restrito e voltado para o entretenimento. Inclusive, é em nome dessa autonomia que é feita a intervenção. Isso foi possível, a partir da criação da figura do intelectual por Emile Zola: um escritor “autorizado a colocar sua autoridade específica a serviço de causas políticas” (BOURDIEU, 2002, p. 150). Lembrando que Bourdieu está se referindo a França do século XIX e o nosso objetivo aqui é levar essa reflexão ao Brasil do século XX, mais especificamente entre os anos de 1964 e 1985, tempo que durou a ditadura militar. Nesse cenário, os intelectuais brasileiros assumiram uma postura semelhante de intervenção, de contestar o regime autoritário imposto pelas forças que estavam no poder: “Mais do que nunca, no Brasil pós-64 a legitimação do intelectual passa por uma tomada de posição política, acentuando uma postura intransigente de oposição ao regime militar” (VIEIRA, 1998, p. 44). Como vimos no primeiro capítulo, um exemplo de um agente contestador foi Ênio Silveira, que enfrentou o regime e sofreu fortes represálias. Ao mesmo tempo em que ele se posicionava dessa forma, já que a sua posição no campo lhe dava relativa autonomia para manter suas tomadas de posição, por outro lado, houve tentativas de desqualificá-lo justamente por causa da sua posição. No caso do editor da Civilização Brasileira, o *Jornal do Brasil* publicou um editorial defendendo a instauração de um Inquérito Policial Militar contra o editor e ainda se referindo a ele, e outros intelectuais, como pessoas em que “a prisão representa o diploma que não puderam conseguir com a inatividade intelectual que se dedicam com afinco” (VIEIRA, 1998, p. 99, 100). Ainda segundo Vieira, esse é um exemplo de inversão no campo de poder, quando “procura-se, por tanto, negar o fundamento da legitimidade do agente situando-o como portador de interesses ‘escusos’, trazidos ‘de fora’ do campo intelectual, da política, por exemplo, o que macula a ‘aura’ da atividade intelectual” (VIEIRA, 1998, p. 100). Ênio Silveira afirmou que livreiros em todo o país eram intimidados a não venderem obras da editora Civilização Brasileira porque “implicava em tomada de posição política e em riscos” (VIEIRA, 1998, p.103).

Se há agentes literários que sustentaram uma mesma postura do início ao fim do regime, como foi o caso de Ênio Silveira, há os que mudaram as tomadas de posição ao longo do processo, como foi o do jornalista Carlos Heitor Cony e do jornal *Correio da Manhã*, no qual ele trabalhava. Seguindo a linha editorial do impresso, que era de tendência liberal, Cony atacou em seus textos “o que entendia ser os métodos populistas e demagógicos do governo

Goulart” (VIEIRA, 1998, p. 53). Entretanto, após a instalação do governo militar, de acordo com Vieira, houve uma “reorientação de trajetória intelectual” e Cony passou a denunciar a violência e o autoritarismo ditatorial, a assumir uma posição “radical-democrática” (idem). Foi preso algumas vezes e passou a ser um dos intelectuais mais destacados nessa área (VIEIRA, 1998, p. 53). O próprio *Correio da Manhã* também tomou posição contra o endurecimento do regime de forma pioneira entre os veículos de comunicação (VIEIRA, 1998, p. 100). Ao analisar esse caso, Vieira cita Bourdieu e o que ele chama de *sens de placement*, a “oportunidade de abandonar as fileiras de uma carreira em desvalorização rumo a outra com futuro mais promissor com vistas à obtenção de um melhor rendimento de um capital cultural herdado” (VIEIRA, 1998, p. 53). Não se trata de desvalorizar a atitude do jornalista ou do jornal, mas de relativizar esse movimento de mudança dentro do campo literário e de perceber como se deu, na prática, a influência do campo político no caso da ditadura militar brasileira.

Num terceiro momento, há ainda os que se mantiveram em posição de “confortável imparcialidade”, como foi José Olympio, sem jamais confrontar o *status quo* vigente. O editor era conhecido por se relacionar com autoridades de todos os governos, democráticos, populistas e ditatoriais. A escritora Gilda Oswaldo Cruz, um dos nomes editados por J.O., foi mais longe e afirmou que “no início dos anos 70, a Editora José Olympio fazia as vezes de um ministério da cultura no país sob a ditadura militar” (PEREIRA, 2008, p. 409). Como já foi dito no começo deste trabalho, Lucila Soares afirma que ao mesmo tempo em que não queria discriminar nenhuma manifestação, e por isso publicava autores de todas as correntes políticas, J.O. também era pragmático: “Mais de uma vez levou em conta fatores extraliterários ao decidir editar determinado autor, projetando possíveis vantagens futuras...” (SOARES, 2006, p. 59). A boa relação com o governo lhe ajudou, algumas vezes, a se recuperar de crises financeiras. Ênio Silveira já teve um pouco mais de dificuldade nesse lado.

A Editora José Olympio publicou a obra *O governo Castelo Branco* (1975), escrita por Luís Viana Filho, ministro da Casa Civil do primeiro presidente militar. Sobre o livro, a editora escreveu uma nota na época do lançamento:

A José Olympio, que teve no presidente Humberto Castelo Branco um eminente amigo, apresenta nesse livro sua figura rediviva no depoimento de um dos mais diletos editados da Casa, o escritor e acadêmico Luís Viana Filho. *O governo Castelo Branco* é a reconstituição de um grande momento da vida brasileira, escrita por quem foi testemunha e personagem daquela transformação política do país. A riqueza documental, o vigor do estilo e a importância dos fatos completam o livro que temos a honra de apresentar aos brasileiros” (PEREIRA, 2008, p. 205).

Voltamos, então, à figura de Olavo Tormin, um dos vários livreiros que sofreram ameaças durante a ditadura militar. Tormin não era filiado a nenhum partido político, nem restringia os debates na livraria à direita ou à esquerda, porém, o Bazar Oió foi um espaço cultural movimentado e, como tal, durante a ditadura, não era bem quisto. Determinados momentos podem ter “marcado” o local como a visita de Luís Carlos Prestes, antes mesmo do golpe, e de alguma forma, qualquer outra atividade de debate entre os frequentadores, muitos professores, estudantes, políticos e autoridades. É ainda possível perceber algumas tomadas de posição por parte de Tormin que reforçam a figura de um intelectual que intervinha no campo político: a venda de obras proibidas pela censura, feita por baixo do balcão ou na troca das capas; e o abrigo dado a fugitivos em um quarto nos fundos da livraria.

— *Na revolução de 64, essa casa (que ficava nos fundos) serviu de “bunker” para escritores goianos perseguidos pela revolução. Dentre eles, Carmo Bernardo e Bernardo Élis. O Olavo inclusive levava comida escondida pra eles por muitos dias (Luiz Scartezini, livreiro)*⁹⁰.

— *Bastava que o livro fosse vermelho que já era sequestrado também, já era apreendido [...] Houve uma ocasião em que se inventou uma saída que era botar uma capa falsa. Eu sei que rolava muito de doutrina política. Alguns autores nacionais e alguns estrangeiros, que eram proibidos, que eram perseguidos. Tinha um do Guevara que andou fazendo a cabeça de algumas pessoas. Alguns autores brasileiros, por exemplo, Josué de Castro, Celso Furtado (Luiz de Aquino, escritor e poeta)*⁹¹.

3.2 Vida literária no Brasil da ditadura militar

O Brasil, com a sua história recente, se mostrou suscetível às influências políticas e econômicas vindas de fora do campo literário. Vimos, no capítulo um, com Sérgio Miceli, que essa relação estreita entre Estado e agentes culturais se deu em diversos níveis, durante a ditadura militar, mas também antes dela, no Estado Novo. Vieira (1998), que faz essa discussão pensando pontualmente no campo literário brasileiro sob a ditadura militar, lembra que “essa articulação assume diversas nuances, da cooptação às formas mais violentas de repressão e censura, inviabilizando ou extinguindo projetos editoriais inconvenientes às pretensões

⁹⁰ Entrevista concedida à autoria. Goiânia, 20/01/2008.

⁹¹ Entrevista concedida à autoria. Goiânia, 19/01/2008.

hegemônicas do poder estabelecido, ou, por outro lado, desenvolvendo esse setor da atividade intelectual como parte de uma política cultural específica” (VIEIRA, 1998, p. 70).

É isso que vamos analisar ao recorrermos a *Literatura e vida literária* (1985), de Flora Sussekind. A autora explica como o regime militar pensou a política cultural ao longo das duas décadas em que esteve no poder. Primeiro, até 1968, chegou a incentivar a produção cultural engajada, “desde que cortados seus possíveis laços com as camadas populares” (SUSSEKIND, 1985, p. 13). A ideia era restringir essa atuação, enquanto, por outro lado, o governo apostava na era da televisão e o controle social possível por meio dela. Depois, no dia 13 de dezembro de 1968, começa uma nova fase da política cultural do governo militar. É instaurado o Ato Institucional nº 5, como resposta ao crescimento de movimentos contrários à ditadura, entre eles o estudantil e sindical e até político, como é o caso da Frente Ampla. Como resultado: “expurgos de professores e funcionários públicos, apreensão de livros, discos, revistas, proibições de filmes e peças, censura rígida, prisões” (SUSSEKIND, 1985, p. 16). Para Sussekind, o país nos anos que se seguiram sob os comandos de Artur da Costa e Silva e Emílio Garrastazu Médici pode ser chamado de “o império do medo”. Entre os casos citados por ela, está o do poeta Luis Olavo Fontes, que escreveu: “Não tenho nada comigo/só o medo” (SUSSEKIND, 1985, p. 17). A autora lembra de ações violentas que incluíam confiscos às livrarias, editoras e bibliotecas, às vezes, atitudes mais drásticas como a explosão de uma bomba na Livraria Civilização Brasileira em 1968, caso lembrado no início deste trabalho.

Foi nesta fase, mais precisamente em 1974, que o Bazar Oió foi fechado. Apesar do governo não ter efetivamente impedido o funcionamento do local, uma série de ações fez com que ficasse insustentável continuar com o empreendimento. Assim como qualquer outra livraria, o número de frequentadores diminuiu. Tratando-se de uma cidade nova, e também por isso, pequena, é importante pensar que esse foi um fator decisivo. “*Uma frase que a gente usava: se o “dedo durismo” contribuísse para o PIB nacional, nós estaríamos numa posição igual a de São Paulo no sentido de poder econômico*”, lembrou Pereira Zeka⁹². Olavo Tormin ainda perdeu muito financeiramente, teve bens apreendidos⁹³, inclusive parte do estoque da livraria, e foi demitido do emprego na Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, sua esposa Francisca Hermano Tormin passava por um tratamento médico muito complicado e

⁹² Entrevista concedida à autora. Goiânia, 20/01/2008.

⁹³ De acordo com o Decreto nº. 65.550, de 21 de outubro de 1969, 21 bens de Olavo Tormin foram confiscados, entre eles: a casa em que morava com a família, financiada pela Caixa por 20 anos; glebas de terras em Goiás e no Distrito Federal; lotes em Brasília, em Goiânia e um no Guarujá (SP); duas salas comerciais em Goiânia; um prédio comercial; e uma chácara. A lista completa pode ser acessada pelo endereço eletrônico: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-65550-21-outubro-1969-406991-publicacaooriginal-1-pe.html>

caro, que necessitava viagens constantes a São Paulo. Ou seja, ele e a família, com cinco filhos, passavam por um momento muito sensível.

Em 1968, pouco antes do fechamento, o clima de perseguição continuava assombrando Goiás. O então vendedor Ivan Presença era filiado ao Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e participava de atividades do movimento político. Foi por causa desse envolvimento que ele precisou deixar o emprego na livraria e sair da cidade: “Um belo dia, dez horas da manhã, chegou um cara e falou: ‘Ivan, fulano de tal caiu, eu já tô me mandando, você se manda porque estão prendendo uma porrada de companheiros’”⁹⁴. Mas na hora de pedir demissão, como sua ligação partidária era desconhecida, Ivan disse que precisava visitar a mãe no Rio de Janeiro porque ela estava morrendo. O gerente, que deu baixa na carteira de trabalho dele, só soube da verdade quando essa entrevista foi feita, quase quarenta anos depois.

Sussekind chama a atenção para o fato de que foi principalmente a partir de 1975 que a censura passou a focar no mercado livreiro. Isso por causa do *boom* editorial pelo qual passava o país e, “ampliando-se o interesse pela literatura, amplia-se também a ação da censura”; mas também porque a indústria televisiva e cinematográfica já tinham se “adaptado” às cobranças restritivas e não eram mais o alvo dos censores (SUSSEKIND, 1985, p. 20). Vamos lembrar que a repressão não parou o crescimento do setor, que se adaptou às novas restrições: “Não houve vazão, houve um volume significativo de publicações. É só pensar na recente ampliação do mercado editorial no Brasil, possível graças à conquista de público realizada nos anos 70” (SUSSEKIND, 1985, p. 63).

Situações como essas se repetem, de uma forma geral, em todos os lugares quando estão sob comando de um regime autoritário. Em Buenos Aires, quando se instalou o regime militar em 1966, autores como Pablo Neruda, J.D. Salinger, Maximo Gorki e Harold Pinter estavam na lista dos censores: “tornou-se tão importante não ser visto com um livro suspeito nas mãos quanto estar com os documentos apropriados” (MANGUEL, 1997, p. 35). Alberto Manguel, ao reconstituir a história da leitura no mundo, fala sobre essa relação entre governos e livros:

Os regimes populares exigem que esqueçamos, e portanto classificam os livros como luxos supérfluos; os regimes totalitários exigem que não pensemos, e portanto proibem, ameaçam e censuram; ambos, de um modo geral, exigem que nos tornemos estúpidos e que aceitemos nossa degradação docilmente, e portanto estimulam o consumo de mingau. Nessas circunstâncias, os leitores não podem deixar de ser subversivos (MANGUEL, 1997, p. 36).

⁹⁴ Entrevista concedida à autora. Brasília, 20/10/2007.

O terceiro e último momento, dividido por Sussekind para explicar as ações governamentais voltadas para a cultura durante a ditadura, é o de cooptação e controle. O governo decide, em 1975, “estabelecer por meio de uma Política Nacional de Cultura os rumos da produção intelectual no país” (SUSSEKIND, 1985, p. 22) a fim de reverter a “perda de apoio de parte significativa do empresariado e da opinião pública em geral” (SUSSEKIND, 1985, p. 22). Nesse período foram criadas instituições voltadas para a área, como a Funarte (Fundação Nacional de Artes), a Embrafilme (Empresa Brasileira de Filmes), extinta em 1990, e o Inacen (Instituto Nacional de Artes Cênicas). Houve inclusive a cooptação de oposicionistas e ex-perseguidos políticos, situação semelhante ao que aconteceu no Estado Novo e que abordamos no capítulo um. A tática do governo passa a ser, segundo a autora, “produzir (em determinado sentido) e não simplesmente suprimir” (SUSSEKIND, 1985, p. 25). Porém, é importante lembrar que o apoio do Estado e o incentivo dado aos escritores não significava que esses concordavam com o regime militar.

3.3 Reflexo da ditadura nas obras literárias

Para Bourdieu, “a eficácia dos fatores externos [...] não pode exercer-se senão por intermédio das transformações das estruturas do campo que esses fatores podem determinar” (BOURDIEU, 2001, p. 232). Acredito que, com o que foi discutido até aqui, é perceptível que a ditadura agiu como um fator externo que mexeu com a estrutura do campo literário brasileiro, dependendo do local, em maior ou menor grau: determinou o fracasso e o sucesso de negócios e agentes; o que poderia ser publicado; quem deveria ser preso, torturado e exilado; quem receberia recursos financeiros; que estabelecimento poderia continuar aberto e qual deveria ser colocado em chamas, etc. Algumas eram ações truculentas e chamativas, outras, silenciosas, mas nem por isso, menos nocivas. Em momentos como esse, “a história social tradicional busca a manifestação direta nas obras” (BOURDIEU, 2001, p. 232). E aí entra, mais uma vez, Sussekind, que analisa a produção literária feita durante os anos de ditadura e a classifica como limitadora. Para ela, as parábolas e os relatos autobiográficos, baseados em depoimentos e memórias, foram usados como se fossem as únicas respostas ao autoritarismo, e não houvesse espaço para “uma literatura que jogasse mais com a elipse e o chiste”, uma “expressão artística sem as barreiras censórias” (SUSSEKIND, 1985, p. 10). Segundo a autora, os escritores da década de 1970 se sucumbiram à *síndrome da prisão*, fazendo “opções literárias mais conservadoras e menos capazes de olhar criticamente para o país e de ampliar o horizonte

artístico-ideológico de seus leitores” (SUSSEKIND, 1985, p. 43). Quem tentava fugir desse formato era cobrado, como foi o caso, citado por Sussekind, de Silviano Santiago, que, no romance, *Em liberdade*, afirma: “Todos exigem – e nisso há unanimidade – que eu escreva as minhas memórias do cárcere. Ninguém me pede as anotações que estou fazendo dos meus tateios em liberdade” (apud SUSSEKIND, 1985, p. 53).

Outra crítica feita pela autora é em relação aos textos com traços do realismo mágico produzidos nessa época. Para ela, os desafios de um bom texto, tratando-se dessa vertente, são grandes e poucos conseguem ultrapassá-los. Nesse pequeno grupo está incluída “a prosa melhor realizada de um Murilo Rubião” (SUSSEKIND, 1985, p. 60) e excluído o trabalho de José J. Veiga, por exemplo. Sussekind recorre a Luiz Costa Lima para explicar que

O alegórico contém uma dificuldade específica: se ele permitir a pura transcrição tipo ‘isso significa aquilo’, o isso, ou seja, a narrativa se torna inútil, casca de fruta que se joga fora. Para assumir significação, o fantástico necessita criar uma curva que o reconecte com o mundo. Se, entretanto, esta curva torna-se a única, persistirá a significação com o apagamento de sua fonte. Para se manter, a alegoria precisa ser plural (LIMA, 1983, p. 207 apud SUSSEKIND, 1985, p. 60)

O objetivo aqui não é aprofundar no modo como a ditadura afetou a poética dos escritores que publicaram neste período. A intenção é somente sublinhar o fato de que havia uma forma de controle⁹⁵ (LIMA, 2013, p. 146) em operação, atuando em muitas camadas e com muitas nuances.

3.4 As livrarias e os regimes autoritários

As livrarias são espaços visados pelos regimes totalitários. Dependendo da época e do local, isso ocorre em maior ou menor grau. Alguns exemplos foram citados nesta pesquisa. Talvez o temor maior esteja no poder que esses estabelecimentos têm de realizar momentos de discussão sobre qualquer assunto, com visões diversas, fazendo com que seus frequentadores reflitam, pensem, debatam; além, é claro, de reunir no mesmo lugar obras literárias que tornam tudo isso possível por meio do conhecimento contido neles. Para os olhos autoritários, a seguinte explicação resume essa postura: “todos na cidade sabiam que a livraria era um foco de agitação, ponto de encontro de comunistas e simpatizantes do credo vermelho, antro onde se

⁹⁵ Ler *Frestas* (2013).

reuniam para traçar planos e tramar, que a totalidade dos livros era comunista ou comunizante” (MIGUEL, 2015, p. 94). Quem fala é o secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, Jade Magalhães, ao interrogar o escritor e jornalista Salim Miguel⁹⁶, em abril de 1964. Ele faz referência à livraria Anita Garibaldi, de Florianópolis.

É interessante perceber que nessa época Miguel não era mais o dono da livraria, mesmo assim, era dessa forma que ele era tratado, porque, para as autoridades militares, mesmo a distância, “a orientação intelectual” continuava sendo dele. Portanto, quando falamos de livrarias, podemos afirmar que é como se existisse uma áurea em torno desse ambiente e daqueles que estão ou estiveram envolvidos com ele, que faz com que sua vinculação nunca seja desfeita e seja, aparentemente, sempre uma afronta a qualquer regime autoritário. Em certos casos, a destruição do acervo e até mesmo do estabelecimento é visto como necessário, como aconteceu com a livraria Anita Garibaldi:

O Incêndio é num anoitecer qualquer, logo após o Primeiro de Abril de 1964, mas o projeto já devia há muito estar latente, à espera do momento propício para eclodir, previamente combinado entre os que agora se curvam reverentes diante da pira sagrada, ajudando a alimentá-la. Devem compor o bando pessoas que, com toda certeza, não podem conviver com a livre manifestação de pensamento, com o debate franco das ideias, com divergência, a diversidade, a pluralidade (MIGUEL, 2015, p. 50).

Incinerar livrarias, livros de uma forma geral, é uma prática antiga em todo o mundo. Segundo Manguel, “a história da leitura está iluminada por uma fileira interminável de fogueiras de censores, dos primeiros rolos de papiro aos livros de nossa época” (MANGUEL, 1997, p. 315); desde 411 a.C., em Atenas, com as obras de Protágora, até as montanhas de milhares de livros durante o nazismo alemão. Dessa forma, ainda de acordo com o autor, os que estão no poder acreditam que podem apagar o passado. Além da vontade de exterminar os livros físicos, existia a de impedir que determinadas pessoas aprendessem a ler e tivessem acesso a eles e tudo o que a leitura pode proporcionar. Manguel explica qual foi o papel de camadas poderosas nesse processo, desde os tempos coloniais do século XVII, nos Estados Unidos, quando não se queria que os negros fossem alfabetizados e usassem a leitura como arma contra a escravidão; até os tempos contemporâneos, quando, por exemplo, em 1981, o ditador chileno Augusto Pinochet proibiu *Dom Quixote* porque “o livro continha um apelo pela liberdade individual e um ataque à autoridade instituída” (MANGUEL, 1997, p. 320). O autor ainda

⁹⁶ Ler a história dos tempos de prisão do escritor Salim Miguel em *Primeiro de abril: narrativas da cadeia* (2015).

ênfatiza a importância que os poderes totalitários (ditaduras, tiranias e monarquias absolutistas) davam (e ainda dão)⁹⁷ aos livros:

Sabiam, muito mais do que alguns leitores, que a leitura é uma força que requer umas poucas palavras iniciais para se tornar irresistível. Quem é capaz de ler uma frase é capaz de ler todas. Mais importante: esse leitor tem agora a possibilidade de refletir sobre a frase, de agir sobre ela, de lhe dar significado (MANGUEL, 1997, p. 314-315).

Na Espanha, o Dia do Livro, foi criado durante a ditadura de Primo Rivera, em 1926, para celebrar a produção literária hispânica. Mais tarde, já sob outra ditadura, desta vez comandada por Francisco Franco, o catalão foi proibido e a celebração ficou “esquecida”, só voltando a ser comemorada na década de 1950. Sobre a Espanha do Franquismo (1939-1976), o livreiro Francisco Puche se recorda:

Para todos os livreiros que sofremos, na censura franquista, a perseguição policial, os ataques fascistas após a morte de Franco nos deixou a marca desta época e sempre consideramos a livraria como algo mais que um mero comércio. Pegamos a tocha do último executado pela Inquisição, um livreiro de Córdoba que foi condenado no século XIX por introduzir livros proibidos pela Igreja. E esta época deixou claro, mais uma vez, que a reflexão das ditaduras de queimar livros não é acidental, mas um produto da incompatibilidade de ambas realidades, como dissemos no início sobre a resistência. E deixou claro, também, a importância das livrarias independentes como instrumentos de democracia⁹⁸ (CARRIÓN, 2013, p. 105).

As livrarias podem causar certo “temor”, por um lado, aos que veem nela uma ameaça, justamente por serem, como confirma Carrión, um instrumento de democracia, e pelas mesmas razões, por outro lado, se tornar motivo de afeição para aqueles que veem na livraria um espaço de possibilidades. O escritor e acadêmico argentino Jorge Carrión escreveu o ensaio *Librerías* (2013) para falar das várias livrarias que ele conheceu em suas viagens pelo mundo. Carrión traz a suas impressões pessoais e informações históricas desses locais. Tal sentimento de afeto é explicado quando percebemos em seu texto que esses estabelecimentos são muito

⁹⁷ Minha ênfase.

⁹⁸ Tradução minha do original: “A todos los libreros que sufrimos na censura franquista, la persecución policial, los atentados fascistas después de la muerte de Franco nos quedó la impronta de esta época y siempre hemos considerado a la librería como algo más que un mero comercio. Cogíamos la antorcha del último ajusticiado por la Inquisición, un librero de Córdoba que fue condenado en el siglo XIX por introducir libros prohibidos por la Iglesia. Y esta época dejó claro, una vez más, que ese reflejo de las dictaduras de quemar libros no es casual sino producto de la incompatibilidad de ambas realidades, como decíamos al principio acerca de la resistencia. Y dejó claro, también, la importancia de las librerías independientes como instrumentos de democracia”.

mais do que locais de comércio. São espaços para viver experiências, seja por meio dos livros e de suas histórias e estórias, seja por meio da relação com os livreiros, funcionários, outros frequentadores e atividades realizadas no local. Uma das várias livrarias citadas por Carrión é a centenária Foyles, em Londres. A lembrança que ele tem é de estar entre cinquenta quilômetros de estantes e presenciar as “ideias absurdas” da então dona Christina Foyle, e que faziam do local “um monstruoso anacronismo durante toda a metade do século passado”⁹⁹ (CARRIÓN, 2013, p. 44), como a proibição do uso de tecnologias como a calculadora, caixas registradoras e telefones; a necessidade de ter que passar por três filas diferentes para pagar a conta; e a ordenação dos livros por editoras e não por autor ou gênero. Características esdrúxulas, mas que tornaram o local único na memória das pessoas que passaram por lá. Outro motivo que fez com que a Foyles conseguisse criar esse afeto entre seus frequentadores foi a organização dos chamados “almoços literários”, realizados no Dorchester Hotel, e que reunia centenas de leitores em conversa com grandes nomes, como T.S. Eliot, H. G. Wells, Bernard Shaw, Winston Churchill e John Lennon. Até hoje a livraria, depois de algumas mudanças de administração, mantém a realização de outros eventos literários.

E no seu percurso de livrarias, Carrión se recorda de dois lugares novos que mantêm hábitos de outra época. A La Internacional Argentina¹⁰⁰, em Buenos Aires, “presidida por um sofá e uma mesa para apoiar as taças de vinho”¹⁰¹ (CARRIÓN, 2013, p. 264), onde se reúnem escritores diariamente; e a Ballena Blanca, em Mérida, na Venezuela, local de reunião de professores universitários e escritores para falar “dos grandes poetas do país, de literatura japonesa ou de polêmicas espanholas e argentinas, enquanto preparam a próxima edição da famosa Bienal de Literatura Mariano Picón Sala¹⁰² (CARRIÓN, 2013, p. 265). Certamente Olavo Tormin sabia da importância desse clima acolhedor e, ao mesmo tempo, pulsante que uma livraria pode oferecer. Impressões semelhantes às de Carrión foram contadas por antigos frequentadores, como pudemos perceber ao longo deste trabalho.

Portanto, visto que a intervenção entre os campos literário e político é possível, podemos admitir que isso se passou no cenário literário brasileiro e, como é o objeto desta pesquisa, também na livraria Bazar Oió, em Goiânia, a partir de 1964 até o seu fechamento em 1974. Essa intervenção se dá de formas diferentes: por meio de ações do próprio governo,

⁹⁹ Tradução minha do original: “un monstruoso anacronismo durante toda la mitad del siglo pasado”.

¹⁰⁰ Francisco Garamona abriu a livraria e editora “La Internacional Argentina” em 2005. Ele também é poeta e músico e começou sua carreira de livreiro como vendedor ambulante de bíblias, atlas e enciclopédias. Disponível em: <<http://www.lanacion.com.ar/1714374-si-los-libros-hablaran>> Data de acesso: 10 out. 2016.

¹⁰¹ Tradução minha do original: “presidida por un sofá y una mesita donde apoyar las copas de vino”.

¹⁰² Tradução minha do original: “de los grandes poetas del país, de literatura japonesa o de polémicas españolas y argentinas, mientras preparan la próxima edición de la famosa Bienal de Literatura Mariano Picón Salas”.

violentas ou não, mas sempre repressoras; por meio de indivíduos como Olavo Torrin, Ênio Silveira e José Olympio, em níveis e posições também diversas, às vezes, até questionáveis; e na produção literária em si, nos textos que tentavam driblar a censura e depois, nos que tentavam traduzir a tortura, ou mesmo nos que não queriam tratar dessa dor. A forma com que o campo cultural, e aqui damos ênfase ao literário, reage, assim como seus agentes, quando “mexido” pelo campo político, é de extrema importância para a história e memória de um país, já que é ele o grande responsável pelo registro, análise e discussão desses momentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja qual for o espaço da leitura, se em uma livraria, em uma biblioteca ou no quarto de casa; se o leitor está em pé, sentado ou deitado, no chão ou na cama; o mais importante é o ato em si, o encontro entre o objeto e quem o lê, e o que ele pode provocar. Momentos que ganham um espaço importante na vida das pessoas. O escritor argentino Alberto Manguel, durante a adolescência, trabalhou em uma livraria chamada Pygmalion, em Buenos Aires. Sua função era tirar pó dos livros. Foi assim que conheceu Jorge Luis Borges, que já estava no fim da vida, quase cego, mas que não conseguia se afastar dos livros. Por dois anos, Manguel passou a ser os olhos do grande escritor:

Jamais tive a sensação de cumprir um dever durante minhas leituras para Borges; ao contrário, era como se fosse uma espécie de cativo feliz [...] Sentia-me como o único dono de uma edição cuidadosamente anotada, compilada para meu uso exclusivo. Evidentemente, não o era; eu (como muitos outros) era um simples caderno de notas, um *aide-mémoire* de que o homem cego precisava para reunir suas ideias. Eu estava mais do que disposto a ser usado (MANGUEL, 1997, p. 33).

Foram lembranças com a mesma carga de emoção que eu encontrei ao fazer esta pesquisa. Na fala do poeta Luiz de Aquino, que passou pelo Bazar Oió quando era adolescente e sonhava em lançar sua primeira obra na livraria; no entusiasmo de Ivan Presença, ao lembrar dos lançamentos movimentados que ali aconteciam; de Miguel Jorge, escritor que articulou o lançamento de Cora Coralina na livraria; e na fala carinhosa de pessoas que foram próximas a Olavo Tormin e que, eventualmente, podem ter deixado a emoção tomar conta de algumas recordações, como foi o caso de Modesto Gomes. Este trabalho não deixa de ser mais um registro acerca dessa livraria e desse livreiro, porém, o objetivo, creio eu, alcançado, foi o de comprovar que neste ambiente é possível observar, de acordo com as reflexões de Pierre Bourdieu, a existência de um campo literário, se não formado, ao menos em formação. Foi possível identificar agentes literários, suas posições e tomadas de posição, dinâmicas entre eles e disputas de poder, por exemplo. Além disso, o papel do Bazar Oió, em um momento histórico decisivo, tanto por ser o período de formação da cidade quanto pela ocorrência de um golpe de Estado no país, demonstra como uma livraria pode ser um instrumento de democracia.

Até por motivos de tempo, mas também pelo objetivo proposto, o escopo do trabalho não foi ampliado para um olhar mais detalhado sobre outros pontos culturais e

literários de Goiânia. Ressalto ainda que não se buscou alcançar uma certeza ou mesmo uma posição única. Temos aqui uma visão adquirida por meio de diferentes olhares. O que podemos concluir é com base no recorte proposto. É preciso lembrar também que por mais que eu tenha buscado o distanciamento do pesquisador, a neta de Olavo nunca deixou de estar presente, e de alguma forma, não sei explicar como, isso se refletiu no resultado final.

A partir da observação do cenário cultural/literário nacional e de alguns dos seus principais agentes, pôde-se concentrar em Goiás e na sua produção local e analisar a relação entre esses dois espaços. Uma relação de dependência por parte dos intelectuais goianos em relação aos nacionais, assim como esses em relação aos europeus, principalmente os franceses. Mais do que depender do nacional, os produtores locais o exaltavam e a presença deles em Goiânia, por exemplo, era um acontecimento digno de muitos registros. Natural, visto que o cenário do qual estamos falando ainda estava em fase de amadurecimento. Amadurecimento não apenas porque Goiânia era uma cidade nova, mas se olharmos para o estado de Goiás, concluímos que havia uma certa lentidão, por exemplo, na renovação de nomes literários. A cena goiana ainda estava muito vinculada à glória alcançada por Hugo de Carvalho Ramos no início do século XX. Apesar de sua produção ter sido pequena já que ele morreu muito cedo, aos 26 anos de idade. Bernardo Élis era outro nome muito repetido ao longo desta pesquisa, antes e depois da sua eleição para a Academia Brasileira de Letras. Em reportagens e entrevistas foi possível perceber uma grande preocupação dos agentes goianos em questionar os nacionais sobre a produção feita em Goiás, como se estivessem em constante busca por um aval externo. Também outra atitude esperada, já que o grande movimento literário e cultural ainda estava muito presente no eixo Rio-São Paulo.

Entretanto, essa preocupação se dava com certas restrições, dependendo do que o outro lado tinha a dizer. Como vimos na polêmica analisada envolvendo Homero Silveira, a crítica esperada, por uma parte dos escritores, era aquela que afaga e não a que confronta. Podem apontar inúmeras explicações para a má receptividade das palavras de Silveira, mas ficou perceptível que ainda era necessário um amadurecimento literário a fim de elevar aquela literatura ao próximo nível e fazer da polêmica algo mais natural, a ser vista como uma busca do aprimoramento literário. Por outro lado, não se pode ignorar que houve pessoas capazes de concordar, se não com a opinião, com a atitude de Silveira de fazer uma avaliação que ele julgava honesta e necessária. Para a discussão feita neste trabalho tivemos mais acesso a textos que, ironicamente, defendiam a tomada de posição de Silveira. Ramos Jubé configurou-se como a figura que assumiu a posição contrária. Entretanto, pelos textos, é possível perceber que não foi apenas ele que desgostou da crítica do paulista e que esse conflito realmente tomou corpo,

provavelmente em outros meios. O lado positivo, não que precise existir um, é que, como afirma Silvio Romero: “uma literatura pacífica é uma literatura morta” (ROMERO apud ROCHA, 2011, p. 88), portanto, situações como essa ajudam a exemplificar as dinâmicas necessárias para se caracterizar um campo literário.

Ainda dentro dessa análise, deve-se levar em consideração a linha editorial do veículo. Não sabemos se houve qualquer tipo de seleção, por parte do corpo editorial do impresso, do que seria ou não publicado no *Jornal Oió* sobre o assunto “Homero Silveira”. Entretanto, já na fase final de escrita desta dissertação, me deparei com uma crítica enfática a Olavo Tormin, justamente em relação à sua posição de diretor do impresso cultural. O crítico goiano, reconhecido em âmbito nacional, Gilberto Mendonça Teles, que depois de começar sua carreira literária em Goiás, passou um tempo fora do país, exilado, e depois voltou e foi morar no Rio de Janeiro, responsabilizou o livreiro pelo fim do grupo do qual fazia parte, Os Quinze, na década de 1950. Segundo Teles, a linha editorial de Olavo Tormin fez com que os escritores do grupo perdessem espaço no impresso e, conseqüentemente, se dispersassem: “foi-se notando o afastamento dos melhores valores, enquanto um grupo amigo de Olavo Tormim passava a predominar, o que foi diminuindo o nível intelectual do jornal até ao seu desaparecimento” (TELES, 1982, p. 175). É importante trazer mais uma voz, mesmo que de forma breve. Difícil é entender tamanho poder do *Jornal Oió* para “extinguir” um grupo de escritores que se diziam em busca de uma renovação da literatura goiana. Porém, fica o registro. Sabemos que houve disputas entre os agentes literários daquela época e essa informação reforça ainda mais a conclusão alcançada de que houve realmente a formação de um campo literário em Goiânia e que o Bazar Oió e Olavo Tormin foram importantes nesse processo.

Ao longo da pesquisa, mudei a posição que eu tinha inicialmente em relação ao impacto da ditadura militar no funcionamento da livraria e na vida de meu avô. Acreditava que, pelo Bazar Oió não ter sido incendiado, como outras livrarias foram; por meu avô não ter sido torturado, como outros agentes culturais foram; por todas as posições de resistência (vender livros censurados e esconder fugitivos) não terem sido razão para a sua prisão e, sim, um desentendimento profissional (cuja repressão pode ter sido autorizada, aí, sim, pela sua posição no campo não só literário, mas político local); que, por tudo isso, o regime militar teria tido um papel secundário nos destinos da livraria e do meu avô. Engano. A perseguição, a tortura, a dor podem aparecer de diferentes formas. Se não físicas, psicológicas e emocionais; a ele e à toda sua família e amigos próximos; e por que não dizer também a todos aqueles que usufruíram por tanto tempo, e dos que poderiam vir a usufruir, daquele espaço? E essa repressão não precisava usar alto-falante, podia se fazer por meio do silêncio imposto pelo medo, inibindo as pessoas a

frequentarem determinados locais, de falarem sobre determinados temas; transformando as pessoas em “dedos-duros”; isolando socialmente pessoas rotuladas como “ameaças”, etc.

Olavo Tormin teve sua honra ferida ao perder o emprego na Caixa Econômica e ver a sua livraria morrer aos poucos. Praticamente todos os seus bens foram confiscados e nunca mais foram recuperados. Os cinco filhos brigam até hoje na justiça para reaver uma pequena parte do que ainda é possível. Somado a tudo isso, Olavo e a família ainda tiveram que enfrentar os desafios da vida, entre eles, a morte da esposa e mãe Francisca Hermano, no dia 25 de julho de 1973, após lutar por quatro anos contra uma doença rara. No ano seguinte, o Bazar Oió fechou. Como afirma Atencio (2014), ao falar de ditadura militar brasileira, o Estado se preocupou mais com “uma fórmula para o encerramento”¹⁰³, por meio do registro de memórias e de reparações financeiras, do que pela busca por justiça com a punição dos responsáveis por crimes durante os anos da ditadura, sejam eles militares ou guerrilheiros, mas todos dentro do mesmo guarda-chuva. Nesse sentido, independentemente do resultado do processo judicial da família, uma coisa é fato: Eurides Curvo, tenente-coronel de Infantaria reformado, ex-presidente da subcomissão da CGI em Goiás, responsável pela perseguição a Olavo Tormin, Thirso Correa Rosa e Calixto Antônio (tesoureiro, presidente e vice-presidente da Caixa Econômica Federal em Goiás), aposentou-se como professor titular da Escola de Engenharia Elétrica e de Computação da Universidade Federal de Goiás. Em entrevista ao jornal *O Popular*, em julho de 2012, disse que se negou a dar seu depoimento à Comissão Nacional da Verdade, defendeu o que ele chama de “Revolução de 64” e todas as suas atitudes nos anos de autoritarismo¹⁰⁴. Até onde posso afirmar, seguiu uma vida normal após a redemocratização. Ele, assim como outros incontáveis defensores da “revolução”. As pessoas, marcadas pelas suas ações, não tiveram essa escolha. As pressões – e repressões – macropolíticas e macroeconômicas afetaram profundamente os percursos de vida de indivíduos como Olavo Tormin, que, mesmo não tendo se envolvido com a resistência na forma de uma luta mais direta contra a ditadura militar, teve sua livraria, de feição democrática por sua escolha, podada por um sistema dentro do qual não pôde mais existir.

Como foi discutido, a livraria Bazar Oió ultrapassava a função da venda de livros ao realizar atividades culturais, como os lançamentos, debates e a publicação de um impresso.

¹⁰³ Tradução minha do original: “a formula for the closure”.

¹⁰⁴ *O Popular*, 28 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/politica/sob-ordens-de-castelo-e-médici-1.182003>>. Acesso em: 24 out. 2016. O jornalista e advogado Armando Acioli, que vivenciou esse período em Goiás, publicou um artigo questionando várias informações dadas nessa entrevista pelo Eurides Curvo. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/opinio/da-redação-1.146391/omissões-do-tenente-coronel-curvo-1.186835>> Acesso em: 24 out. 2106.

A polêmica envolvendo o crítico Homero Silveira, que ocupou as páginas do *Jornal Oió*, é um exemplo de que pode-se concluir que o Bazar Oió ajudou a fazer com que um campo literário local, ainda embrionário, pudesse se pensar, em diálogo, a partir de um olhar de fora e de olhares internos. Sendo assim, reafirmo a confirmação da hipótese de que o ponto cultural Oió cumpriu um papel central na vida literária goianiense e do Brasil central até ser sufocado pela ditadura, como foi todo o país.

Bem, e agora? Talvez o próximo passo seja pensar a relevância de outras livrarias marginais nas diferentes regiões do país, em uma tese de doutorado. Como elas se relacionavam, se é que elas se relacionavam de alguma forma. Espaços importantes regionalmente, que movimentavam o cenário local, mas que, possivelmente, se perderam na amplitude do nacional. Apropriando-me da fala de um livreiro contemporâneo, Rui Campos, da rede Livraria Travessa, deixo a seguinte reflexão: “A preservação das pequenas livrarias não tem como objetivo preservar o livreiro, como se fosse um mico-leão-dourado, mas sim a pluralidade, da diversidade de títulos, de características, de ideias, de pequenos editores” (CAMPOS apud COSTA, 2005, p. 340).

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Armando. Omissões do tenente-coronel Curvo. *O Popular*, 7 de ago. 2012. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/opiniao/da-redacao-1.146391/omissões-do-tenente-coronel-curvo-1.186835>>. Acesso em: 24 out. 2016.

Arquivos revelados: a ditadura militar em Goiás. Vol 1. Goiânia: Anigo / Gráfica UFG, 2016.

ATENCIO, Rebecca J. *Memory's Turn: reckoning with dictatorship in Brazil*. Madison, WI: The University of Wisconsin Press, 2014.

BARBOSA, Alaor. *Pequena história da literatura goiana: 1799-1983*. São Paulo: Catavento, 1984.

BIASOLI, Vitor. *Grupo Quixote: história e produção poética*. Porto Alegre: EDIPUCRS: IEL, 1994.

BORGES, Rogério. Sob ordens de Castelo e Médiçi. *O Popular*, 28 jul. 2012. Disponível em: <<http://www.opopular.com.br/editorias/politica/sob-ordens-de-castelo-e-médici-1.182003>>. Acesso em: 24 out. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

BRITTO, Clovis Carvalho. *Sou paranaíba pra cá: literatura e sociedade em Cora Coralina*. Goiânia, 2006.

BROCA, Brito. *A vida literária no Brasil: 1900*. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1956.

CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos, 1750-1880*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2012.

_____. Literatura de dois gumes. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 2003.

_____. De cortiço a cortiço. *Novos estudos, CEBRAP*, 30, p. 111-129, 1991.

CARRIÓN, Jorge. *Librerías*. Barcelona: Anagrama, 2013.

CASANOVA, Pascale. *A república mundial das letras*. São Paulo: Estação Liberdade, 2002.

CHAUL, Nasr Nagib Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: EdUFG, 1997.

COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DANTAS, Paulo. Poesia e romance no Brasil Central. *A Gazeta*, São Paulo, 5 abr. 1957.

ELIS, Bernardo. O livreiro Olavo Tormin. *Diário da manhã*. Goiânia, p. 13, 17 jan. 1991.

FÉLIX, Domingos. Entrevista de Moacir Werneck de Castro. *Jornal Oió*, n. 4, p. 1, 6 e 8, 1957.

FOLHA DE GOIÁS. Goiânia, s.p., 25 de ago. 1956. (acervo pessoal)

FREYRE, Fernando de Mello. O movimento regionalista e tradicionalista e a seu modo também modernista - algumas considerações. *Ciência & Trópico*, Recife, 5(2): p. 175-188, jul.- dez, 1977.

GALUCIO, Andréa Lemos Xavier. *Civilização Brasileira e Brasiliense: trajetórias editoriais, empresários e militância política*. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói. (2009).

GÓES, Fernando. Literatura em Goiás. *Última Hora*, São Paulo, 1 ago. 1956.

GOIÁS ILUSTRADO. *No tempo do Bazar Oió*. Goiânia, v. 4, p. 29. 1984 (?).

GUERRA, Rogério F.; BLASS, Arno. Grupo Sul e a revolução modernista em Santa Catarina. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, vol. 43, n. 1, p. 9-95, 2009.

GUIA ORIENTADOR DE GOIÂNIA. Instituto de Planejamento Municipal – IPLAN. Prefeitura de Goiânia, 1982.

JAIME, Jesus de Aquino. Quadrinho conduz à preguiça. *Jornal Oió*, Goiânia, n. 12, p. 1 e 4, jan. 1958.

JORNAL OIÓ. *Eli Brasiliense aplaude as críticas ao movimento cultural de Goiás*, n. 3, p. 1 e 8, abr.1957.

JORNAL OIÓ. *Jornal Oió na Europa* (editorial). Lundgren, n. 6. p. 3. jul. 1957.

JORNAL OIÓ. *Rumos do Jornal Oió* (editorial), n. 1. p. 3. fev. 1957.

JORNAL OIÓ. *Malba Tahan em contacto com intelectuais goianos*, n.1, p. 1. fev. 1957.

JORNAL OIÓ. *Diaulas Riedel*, n. 12. p. 3. jan. 1958.

JORNAL OIÓ. *Veiga Vale, uma das figuras exponenciais da arte religiosa brasileira*, n. 13/14/15, p. 6. mar. 1958.

JORNAL OIÓ. *Temos que dar as costas a Paris e enxergar um Brasil que é nosso*, n. 16, 17 e 18, p. 1, ago. 1958.

JORNAL OIÓ. Goiânia. n. 1-21, fev. 1957 - nov. 1958.

JUBÉ, Antonio Geraldo Ramos. P.S. culto à personalidade. *Jornal Oió*, Goiânia, n. 4, p. 3, 4, e 6, maio, 1957.

_____. “Não temos crônica”, afirma Jarmund Nasser. Coluna Mural de Ideias. *Jornal Oió*, Goiânia, n. 12, p.3, jan. 1958.

HALLEWELL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005.

LIMA, Luiz Costa. *Frestas: a teorização em um país periférico*. Rio de Janeiro: Contraponto/PUC – Rio, 2013.

MANGUEL, Alberto. *Uma história da leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MATA, Anderson Luís Nunes. *As fraturas no projeto de uma literatura nacional: representação na narrativa brasileira contemporânea*. Tese (Doutorado em Literatura). Universidade de Brasília, 2010.

MELO, Orlinda Maria de Fáima Carrijo. *A invenção da cidade: leitura e leitores*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de Campinas, 2002.

MELLO, João Manuel Cardoso; NOVAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: *História da vida Privada no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1998.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MIGUEL, Salim. *Primeiro de abril: narrativas da cadeia*. Palhoça: EdUnisul, 2015.

MOLLO, Lúcia Tormin. *Bazar Oió: a ditadura contra a livraria*. Goiânia: EdUCG, Contato Comunicação, 2009.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Empresa Gráfica da “Revista dos Tribunais”, 1938.

NASSER, Jarmund. A salvação é o “Bode Intelectual”. *Jornal Oió*, Goiânia, n. 1, p. 5, fev. 1957.

_____. Culto à personalidade. *Jornal Oió*, Goiânia, mar., n. 2. p.7, mar. 1957.

NUNES, Maria Eloisa Rodrigues. *Romance histórico contemporâneo: com a palavra, a mulher*. Tese (Doutorado em Letras). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PARA TODOS. Rio de Janeiro, n. 12 e n. 30, 1956.

PEREIRA, José Mário (Org.). *José Olympio: o editor e sua casa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.

POLLAK, Michael. *Memória e identidade social*. Estudos Históricos, v. 2, n. 3, 1989.

_____. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, v. 5, n. 10, 1992.

PREFEITURA MUNICIPAL. *Memória cultural: ensaios da história de um povo*. Goiânia: Assessoria Especial de Cultural, 1985.

PROGRAMA MEMÓRIA POLÍTICA. TV Câmara, 2003. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/carlos-de-meira-mattos/texto>>. Acesso em: 30 set. 2016.

PROJETO OCTO MARQUES A TRAJETÓRIA DE UM MESTRE (Marly Mendanha). Disponível em: <<http://www.vilaboadegoias.com.br/artistas/octo-marques-biografia-historia-onde-nasceu-obras-pinturas-trabalhos-avida-de-octo-ourorino-marques.htm>> Acesso em: 19 jun. 2016.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. São Paulo: EdUnicamp, 2008.

ROCHA, João Cezar de Castro. *Crítica literária: em busca do tempo perdido?* Chapecó: Argos, 2011.

SABINO JÚNIOR, Oscar. Crítica da camaradagem. *Jornal Oió*, Goiânia, n. 1, p. 3 e 6, fev. 1957.

_____. *Jornal Oió*, Painel Literário, Goiânia, n. 8, p.4, set. 1957.

SANT'ANA, Rivânia Maria Trotta. O voo dos ases de Cataguases. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vol. 49. n. 1. p. 98-113, 2013.

SIGNORELI, Izabel. *Cozinha goiana: identidade e tradição culinária em Bariani Ortêncio*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2010.

SILVEIRA, Homero. [Carta] 12 de out. 1956, São Paulo [para] Olavo Tormin. Goiânia, 3p.

SIQUEIRA, Jacy. A crítica e o artista. *Jornal Oiô*, Goiânia, n. 1, p. 7, fev. 1957.

SOARES, Lucila. *Rua do Ouvidor 110: uma história da livraria José Olympio*. Rio de Janeiro: José Olympio/FBN, 2006.

SUSSEKIND, Flora. *Literatura e vida literária: polêmicas, diários e retratos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

TELES, Gilberto Mendonça. *A poesia em Goiás*. Goiânia: EdUFG, 1982.

VIEIRA, Luiz Renato. *Consagrados e malditos: os intelectuais e a Editora Civilização Brasileira*. Brasília: Thesaurus, 1998.

ANEXOS

- ANEXO A** Entrevista de Homero Silveira para o *Última Hora*
- ANEXO B** Carta de Homero Silveira a Olavo Tormin
- ANEXO C** Artigo de Jarmund Nasser sobre a crítica de Homero Silveira publicado no *Jornal Oió*
- ANEXO D** Artigo de Jacy Siqueira sobre a crítica literária publicado no *Jornal Oió*
- ANEXO E** Artigo de Oscar Sabino Júnior sobre crítica literária publicado no *Jornal Oió*
- ANEXO F** Artigo de Jarmund Nasser rebatendo A. G. Ramos Jubé publicado no *Jornal Oió*
- ANEXO G** Artigo de A. G. Ramos Jubé rebatendo Jarmund Nasser publicado no *Jornal Oió*
- ANEXO H** Entrevista de Eli Brasiliense ao *Jornal Oió*
- ANEXO I** Entrevista de A. G. Ramos Jubé a Jarmund Nasser publicada no *Jornal Oió*

ANEXO A

Entrevista de Homero Silveira para o *Última Hora*

Coluna Vida Literária – Fernando Góes

Literatura em Goiania

(*Última Hora*, São Paulo, 01/08/1956, s/ p.)

Goiania acaba de realizar a sua Primeira Semana de Arte, certame que reuniu os intelectuais e artistas da jovem capital do Planalto Central e para a qual concorreram dois escritores paulistas Mario Donato, presidente da “Associação Brasileira de Escritores” (Secção de São Paulo) e Homero Silveira, diretor do Departamento de Cursos da mesma entidade, os quais para lá viajaram em dias da semana passada. Este colunista avistou-se com Homero Silveira, que assim se expressou em relação ao acontecimento:

‘Goiania é um milagre do gênio empreendedor dos brasileiros. Contando apenas 20 anos desde a sua instalação, a bela cidade do Planalto Central já tem vida própria, uma vez que conta com faculdades superiores de ensino, uma Escola de Belas Artes, imprensa, radio, Conservatorio Musical, bibliotecas publicas. Boca de sertão legitima, o que não se encontra em Goiania é o vaqueiro típico do Oeste longínquo. Encontram-se muitos poetas, isso sim, alguns romancistas e ensaístas, vários pintores e escultores, músicos, etc. A sua Primeira Semana de Arte foi um sucesso. Mario Donato e eu pudemos avaliar de perto o que se faz em Goiania e tomamos contacto intimo com a mocidade artística e literária local. Donato teve oportunidade de preferir uma conferencia sobre o ‘Realismo na literatura brasileira’ e eu falei ‘Do Parnasianismo aos nossos dias na poesia nacional’. Tive ensejo de incitar os moços a um maior contacto com as fontes modernas da cultura, porquanto, apesar dos seus 20 anos apenas de vida, encontrei os goianos ainda versejando em plena era do Simbolismo, sendo que até condoreiros mesmo fui desencravar naquele sertão. É curioso esse fenômeno da lenta penetração da cultura em nosso País. Apenas um poeta modernista poder ser apontado em Goiania, esse mesmo ainda muito preso aos cânones de 22: é José Godoy Garcia, autor de ‘O rio do sono’. Os demais são parnasianos e simbolistas’.

– Quais são esses retardatarios?

‘Uma porção: Gilberto Mendonça Teles, autor do livro ‘Alvorada’; A. G. Ramos Jubé, autor de ‘Iara’; J. Lopes Rodrigues, responsável pelas ‘Vibrações’, Wilson Mendonça, que por sinal é medico-fisiologista de muito valor; Geraldo Vale, presidente da ‘Associação Goiana de Imprensa’. Há outros que formam o ‘Grupo dos 15’, mais moços porem tão tradicionalistas como os demais. Timidez é a doença deles. Uma timidez que, afinal de contas, não se justifica. Concitei-os a mudar de rumo, sendo que meu ‘slogan’, que ficou pairando nos ares goianos, foi este: ‘Chega se passarinhos!’ Porque a turma de lá se não põe ‘passarinhos’, ‘mãos niveas’, ‘valsa de Chopin’ e ‘plenilunio’ não se considera poeta realizado.

– E prosadores?

‘A figura mais interessante é Eli Brasiliense, um camarada bigodudo, boa praça, autor de vários romances de fundo social, tais como ‘Pium’, ‘Bom Jesus do Pontal’ e outros no prelo. Há também uma contista – Ada Curado, que escreveu ‘O sonho do pracinha’. Ensaistas: Sabino Junior, que é jornalista, figura enérgica e empreendedora e Elisio de Assis Costa, ainda muito moço, mas bastante estudioso’.

– Artistas?

‘Neste particular Goiana teve mais sorte. Existe lá um padre Dominicano, de nome Confaloni, que é um caso muito serio. Bom pintor e muralista de pulso, empresta sua colaboração efetiva à Escola Goiana de Belas-Artes dirigida pelo escultor Luís Curado, um verdadeiro heroi. Vimos a exposição dos trabalhos da Escola, realizada num bar muito pitoresco de nome ‘Bamboo’ (com os dois Dali sairão bons artistas no Dali sairão bons artistas no futuro’.

– Há boas livrarias?

‘A livraria da terra é o Bazar Oió’ (nome complicado ao qual eles dão sua explicação) dirigido pelo paulista Olavo Tormin. Bem aparelhada e com as novidades literárias de São Paulo e Rio. Os jornais são pequenos e pouco informativos com escassíssima colaboração local. Existe uma revista ‘Vera Cruz’. Nela também trabalha um moço paulista. Em resumo, Goiania é um terra que ainda não tomou conhecimento de seu papel histórico na vida brasileira. Mas tenho certeza de que logo que isso aconteça tem tudo para exercer um papel de relevo na vida literaria nacional. Basta esta Primeira Semana de Arte, que é o primeiro sinal de rebato no panorama brasileiro’.

ANEXO B**Carta de Homero Silveira a Olavo Tormin**

São Paulo, 12 de outubro de 1956.

Meu caro amigo Olavo Tormin, abraços.

Acabo de receber uma porção de jornais daí, juntamente com o livro de Elis, que vou ler com a atenção que merece. Há tempos estou para lhe escrever. Estive recentemente, na Bahia, onde conheci seu irmão Otelo de quem, naturalmente, me tornei amigo. Pela leitura dos jornais, que você gentilmente me enviou, fiquei a par de uma porção de zangas contra mim, partidas de alguém que não compreendeu o mundo de simpatia e de boa vontade expresso em minha entrevista à ‘Última Hora’ e meu ‘Flash’ publicado no ‘Jornal’ do Rio. Tão certo eu estava de ser bem compreendido pelos goianos em unanimidade (porque, felizmente, tenho recebido cartas daí de franco apoio à minha atuação na 1ª Semana de Arte) que não titubiei em mandar para você os recortes dos jornais para conhecimento de todos. Como mandei a outras pessoas daí. Infelizmente, nem sempre as boas causas são bem compreendidas. Paciência... é próprio dos homens... Fico, assim, numa dupla impressão: de melancolia, por vêr que há gente interessada em me indispor com meus amigos de Goiás – o que, absolutamente não conseguirá, porque sou bastante criterioso –; de alegria (sim, de alegria, porque verifico que não foi inútil minha viagem a Goiânia) ao vêr que os meios intelectuais daí reagiram ao impacto de minhas palavras. Meu caro Tormin, eu acho que não devia repisar esse ‘caso’ da incompreensão de alguns poucos goianos a meu respeito, mas como você tem influência entre os nossos leais amigos (o que demonstra pelas reuniões que realiza no seu ‘Bazar’) vou, mais uma vez, embora a contragosto, falar disso. Se você quiser e puder, dê conhecimento a todos dos dizeres desta carta. Quero que o lado sadio da questão fique de pé. Tôda gente criteriosa sabe muito bem que, ao discursar aí e depois ao escrever e ao falar aos jornais, uma só coisa me animava: oferecer aos môços de Goiânia com quem convivi durante 3 dias, intimamente, a ponto de ficar até madrugada em palestra com eles, não como um pedante ou um Mestre, como saldosamente dizem certos elementos, mas como um irmão mais velho, um pouco da minha experiência. Dessas conversas despreziosas veio-o me uma convicção (que é a convicção real de toda gente culta e bem intencionada, inclusive muitos goianos que conheço, João Accioly, entre eles – o mesmo Accioly, membro da Academia Goiãna de Letras, meu grande amigo e excelente poeta –) que a literatura goiãna, embora dotada de talentos verdadeiros (e eu ressaltei isso e até

citei nomes, o que os meus opositores não mencionam) era ainda uma literatura que se iniciava. Ora, isso é tão verdade que só mesmo um exagerado provincianismo ou uma inveterada má vontade pôde negar. Há certos homens, meu caro Tormin, que nascem com o complexo de perseguição. E não se lhes pôde dizer que têm um pequenino defeito ou não são gênios para logo se abespinharem. Vem daí a raiva desencadeada contra mim. Que é que eu disse dos literatos goiânos? Que eram passadistas. Mentira? Ninguém me apresentou, a não ser Godoy, poesia moderna aí. Mas ser passadista, por acaso, é ser burro? Não é. Nem eu disse isso dos poetas de Goiânia. Reconheci-lhe os talentos. Fiz mais do que isso, eu bem que poderia ter calado e pespegado alguns elogios insinceros (é isso que desejavam?): mostrei-lhes onde residia o seu engano, a êles que, vivendo numa terra môça, faziam poesia velha. O mundo progride assustadoramente. Existe uma poesia nova, interessante, de acordo com as inquietações dos homens do presente, uma poesia que em toda parte se pratica e se aprecia (menos em Goiás), com uma forma diferente, uma conceituação elevada, uma poesia que Bandeira, Drummond, Schmidt, Vinicius, Domingos C. Silva, Péricles Silva Ramos, Cabral de Melo Neto (entre nós) e na Europa um Jarry, um Rimbaud, um Corbière, um André Breton, entre muitos praticam. Uma poesia que é de Elliot, de Ezra Pound, de Witmann, de tanta gente grande, e vai um Homero Silveira a Goiás e diz aos poetas – ‘façam poesia assim: sigam os grandes poetas do mundo inteiro: sejam do seu tempo!’ – e só recebe pedradas por desejar o bem dos poetas, o seu progresso! É inacreditável! Em qualquer cidade do mundo civilizado palavras como eu disse e escrevi seriam recebidas com aplausos e até agradecimentos. Afinal, eu fui até aí. Estive 3 dias trabalhando com vocês, dentro do maior espírito de camaradagem e cooperação, sentindo as suas dificuldades, procurando resolvê-las, e a paga é esse destampatório todo! É triste a verificação que faço... Felizmente, há excelentes poetas e ensaístas de Goiás que me escreveram e estão 100% comigo. São os verdadeiramente talentosos dessa bela terra. Os que souberam lêr com olhos lúcidos o que eu escrevi. São os que honram a inteligências de Goiás. Os que irão amanhã produzir a grande obra que Goiás apresentará ao Brasil, uma vez amadurecidos. Os bobinhos que ficaram zangadinhos comigo, por si já selaram o seu triste destino de mediocridades enfeitadas. Pelo próprio desabafo com que me brindaram se avalia o peso de suas infelizes mentalidades... Mas não serão êstes que me afastarão da amizade dos goianos desapaixonados e inteligentes. De propósito, para não alongar um ‘incidente’ sem a mínimia importância, não lhes dei nenhuma resposta e jamais lhes darei. Se ao menos escrevessem em linguagem inteligível e fizessem comentários razoáveis... Ficaram no insulto e na chacota e eu sou muito superior a esses sistemas de briga de roça... É uma pena, meu caro amigo. Pensei ter colaborado com vocês. Vejo que aí, como em todo o mundo, ainda existem pobres de espírito...

Sim, mas existem os Tormin, os Eli Brasileinse, os Elísios, os Jubé e tantos outros reais talentos, que salvam o bom nome dessa terra que, apesar de todos os maus goianos, está no mais profundo de meu coração. Diga a todos dessa grande terra que estou cada vez mais amigo de Goiás! Que continuo disposto a criar mil 'casos', sempre que resultar o progresso dessa terra e de sua extraordinária gente! Diga a todos de Goiânia, diga mesmo aos que ainda não me entenderam, que sou goiano de coração!

A você meu sincero e grande abraço,

Homero Silveira

ANEXO C

Artigo de Jarmund Nasser sobre a crítica de Homero Silveira publicado no *Jornal Oió*

A salvação é o ‘Bode Intelectual’

Jarmund Nasser

(*Jornal Oió*, n. 1, p. 5. fevereiro de 1957)

Homero Silveira, usando franqueza, falou aos intelectuais goianos. Concedeu a poesia passadista dos nossos poetas. Foi sincero, honesto, bravo mesmo. Desgostou muitos. Coisa natural. Bati-lhe palmas quanto lí seu artigo publicado em ‘O Jornal’, do dia 5 de agosto do ano passado. Acho, salvo alguns senões, que êle tem razão. E mesmo que não tivesse razão, a sua sinceridade merecia respeito. Tentaram responder-lhe. Falaram muito, mas não convenceram ninguém. Até a vida íntima de Mário Donato serviu de argumentos. Uma vergonha! Desespero de causa: o fim justifica os meios. Mas, nem por isso as palavras do crítico paulista deixaram de atuar sôbre os espíritos sinceros e destituídos de preconceitos. Novos adeptos afloram na superfície do meio hostil, vencida a natural timidez. Entretanto, algum jeremias caboclo continúa as suas lamentações, pedindo um milagre. Sim, um milagre que faça surgir um espírito novo, guerreiro da pena, mesmo que venha de Marte, com o fim de reduzir a pó os conceitos do conhecido intelectual paulista. Clama em vão, coitado, como se o fizesse em pleno deserto. As vezes, enfurece e pasta às invectivas. Censura ‘os homens das letras goianas’ pela sua ‘passividade enferrujada’. Trabalho perdido. As palavras não encontram eco. Tenho penas do jeremias caboclo. A solução é dar-lhe a seguinte receita: a única salvação é utilizar o ‘Bode Intelectual’ do cronista Juruena Di Guimarães contra o Homero Silveira. Não existe outra saída. A experiência demonstra isso de maneira clara e insofismável. Não tenha receios, o Juruena é um bom sujeito, muito camarada e não irá negar o empréstimo. Não é um sovina, como pode parecer. Se anda de ônibus, é porque não tem carro mesmo. Se possuísse um carro, faria concorrência aos lotações, pois não passaria por um conhecido sem convidá-lo para tomar assento no seu lado. Repito: o Juruena não deixará de emprestar-lhe o ‘Bode Intelectual’ para fazer a defesa dos vates goianos. Sem pestanejar, êle dará o ‘troco’ para o Homero Silveira. É um bode muito inteligente, mais inteligente do que o outrora famoso Burro Canário. É filósofo e humorista. Espirituoso e perspicaz também. Entende de literatura, ia me esquecendo de dizer, pois até defendeu o romancista Bernardo Ellis das críticas de um caboclo brigão lá do Sudoeste.

Pode estar certo: com meia dúzia de piadas intelectualizadas, o ‘Bode’ arraza com o Homero Silveira, êsse crítico atrevido que veio dizer que ‘não existe mais poesia num pássaro’ goiano”.

ANEXO D

Artigo de Jacy Siqueira sobre a crítica literária publicado no Jornal Oió

A Crítica e o Artista

Jacy Siqueira

Jornal Oió, n. 1, p. 7

A Crítica sempre desempenhou, e o continuará desempenhando, um papel preponderante em toda e qualquer atividade humana. Porém, é necessário traçar um limite dentro do qual o crítico pode estar livremente. A crítica cujo objetivo é destruir o trabalho – quem sabe quanto tempo levou o artista para fazê-lo? – de um homem que passou dois ou três anos para concluir a obra, essa crítica não pode ser boa. Um meu amigo, em carta, dizia-me: “Para fazer crítica destrutiva, Jacy, em cada página do dicionário pode-se encontrar uma dezena de palavras mas, criticar construtivamente é muito difícil e raros são os termos”. Meu amigo nesta frase, sintetizou bem como é difícil fazer crítica. Crítica não é brincadeira de garotos e nem pode ser feita de encomenda.

Em Berlim, pouco antes da terrível IIa Guerra Mundial, o professor de regência daquela cidade, fazia com que os seus alunos, antes de iniciar o curso, fizesse um juramento de nunca ler uma crítica, mesmo que fôsse bastante elogiosa. Não quero, não vou e não posso concordar com o eminente professor de Regência do Conservatório de Música de Berlim. O artista, como também, o literato, tem necessidade de ser criticado, mas tem a obrigação de receber a crítica como fonte de entusiasmo para melhorar a sua própria técnica. Quando um artista é severamente comentado, é porque falta-lhe alguma coisa. E, quando é lisonjeado ele deve saber que tem uma grande responsabilidade para com o público, desde o seu primeiro sucesso, e, antes de pensar em nova apresentação, deve perguntar a si mesmo “Estarei preparado? Será que posso oferecer ao público alguma melhora em minha técnica e alguma coisa de novo?”.

Infelizmente, em nossa terra (quero dizer em Goiás, especialmente Goiânia), não sabemos receber tranquilamente, com aquela calma idela do Nazareno entre dois ladrões, uma crítica. Não sabemos tirar proveito dela. Basta que nos mostrem um erro, julgamo-nos ofendidos em nosso amor próprio, para vermos o crítico como um monstro horrendo, um verdadeiro inimigo de quem nos devemos precaver. Afirmo isto porque tenho ainda bem vivo as conferências que Homero da Silveira pronunciou nesta capital e que, para muitos dos nossos

intelectuais ofendidos em seus egocentrismos, foram absurdas, monstruosas. A verdade dói profundamente e muitos preferem viver sendo mentirosamente elogiados.

ANEXO E

Artigo de Oscar Sabino Júnior sobre crítica literária publicado no *Jornal Oió*

Crítica de camaradagem – notas de um leitor de província

Oscar Sabino Junior

(*Jornal Oió*, n. 1, p. 3 e 6. fevereiro de 1957)

Em seu livro-depoimento “O Crítico Literário”, que merece ser lido pelos iniciados nos segredos da crítica literária como também pelos profissionais do gênero, entre nós, Tristão de Ataíde, examinando detidamente os mais importantes e variados aspectos do nobre ofício, chama a atenção do leitor para o que êle deliberou chamar de “crítica de camaradagem”.

Agarrado a questão pelo seu verdadeiro ângulo, diz o conhecido ensaísta: “Atribui-se geralmente pouco valor a crítica literária porque se desconfia que, nos bastidores, o que move o crítico é o jôgo das amizades e das inimizades, o que chamamos a ‘crítica de camaradagem’. Que êsse gênero bastardo de crítica existe, é um fato. Que devemos descrer de todo da crítica porque há críticos que a praticam, é uma falsa conclusão. Que temos de lutar continuamente contra o perigo dêsse abastando, também é inegável. Chego a formular êste paradoxo – prefiro o crítico honesto ao crítico inteligente”.

Está aí uma coisa que não podemos contestar. Essa espécie inferior de crítica, ontem como hoje tão praticada, tem servido para colocar falsos valores em posições que não merecem no quadro de história da literatura. Em virtude de uma crítica louvaminheira, alguns literatos de segundo mão são premiados com referências entusiásticas por aquilo que realmente não realizara, no campo da criação literária. Um país como o nosso, ainda com uma literatura em formação, está infestada de improvisadores e valore negativos, tendo, portanto, necessidade mais do que nunca de críticos corajosos e infensos a sentimentalismos. Não temos dúvida quanto a isto.

Tristão de Ataíde é homem da metrópole, da grande metrópole literária do país, onde sabemos que pululam escritores de segundo e terceira ordem, mas onde as relações pessoais são menos estreitas e, por isto memso, a “crítica de camaradagem” pode ser evitada com relativa facilidade.

Talvez conheça tão bem, ou melhor que outros, o ambiente literário dos pequenos centros culturais, mas é provável que não sinta tão de perto o drama do escritor que

se decida a praticar aí, seja lá por diletismo, a crítica literária. Sem exagero, parece que a questão assume aspectos mais dramáticos, aí, embora não haja no meio condições ideais para o exercício da crítica militante – para não dizer profissional – mas onde se pratica geralmente a crítica amadorística.

Temos, então, de admitir que as condições particularíssimas do meio ambiente quase impossibilitam o exercício regular da crítica sincera e independente. É onde o meio é muito propício ao desenvolvimento da chamada “crítica de camaradagem”.

É verdade que a responsabilidade moral de quem se dá ao trabalho – frequentemente sem qualquer remuneração pecuniária – de comentar, simplesmente comentar, sem chamar para si a, gravidade de um crítico consagrado e respeitado, é incontestavelmente muito menor.

Sabemos que leitor local, por questões de ordem afetiva e de amizade, é muito menos exigente e bastante tolerante. Mas, nem por isso vamos dizer que não há condições para a prática da crítica literária objetiva, animada de bons sentimentos, sincera, embora exija de quem ousa se entregar ao ofício esforços inauditos para romper a dupla barreira da amizade e da inimizade. Custa-lhe, em determinados casos, animosidade e antipatias gratuitas, mas não chega ao ponto máximo de acarretar-lhe prejuízos de ordem material. Mesmo que passe por presunçoso – como se a crítica literária fôsse o único gênero literário incompatível com o meio provinciano – a crítica precisa ser praticada sem tolerâncias compadrecas. Quanto muito se poderá permitir a aplicação de um critério de julgamento relativista mas nunca a crítica de camaradagem.

E o mais curioso de tudo, é que a simples restrição ao trabalho de um escritor do nosso próprio círculo de relações costuma servir, incompreensivelmente, de pretexto para ver, em quem critica, um invejoso da glória alheia. Muito a propósito, disse Wilson Martins: “Tudo consiste afinal, em dar à crítica a alta categoria que lhe cabe dentro da literatura, para evitar que os jovens e impulsivos pensadores ainda encontrem justificativas para as suas apóstrofes, quando nos acusam de ter preferido a crítica por incapacidade de criação (Como se alguém pudesse escolher a sua vocação)”.

Só mesmo muita fôrça de vontade e devotado amor à literatura é que levam quem se dispõe ao exercício da crítica à praticá-la nos pequenos centros culturais.

O pior inimigo dos maus livros não são, como se pensa, os críticos literários, mas os amigos benevolentes e afetuosos de seus autores.

(1) – Publicamos neste primeiro número, excertos de um artigo sobre Tristão de Ataíde, constante do livro “Notas de um leitor de província”, que será lançado até junho de 1957 por Osca Sabino Júnior.

ANEXO F

Artigo de Jarmund Nasser rebatendo A. G. Ramos Jubé publicado no *Jornal Oió*

Culto à personalidade

Jarmund Nasser

(*Jornal Oió*, n. 2, p. 7. março de 1957)

Não será exagêro reconhecer que dentro do movimento literário goiano existe o chamado culto à personalidade, êsse comportamento de total rendição frente à determinadas figuras de projeção política, social, científica ou literária, que o sr. Kruschev teve a bondade de explicar ao mundo inteiro. Mas, o culto à personalidade compreende ainda o endeusamento do indivíduo, o realce, ao infinito, das suas qualidades, dos seus dons e da sua genialidade, fato que o tornam infalível, e intocável e incriticável a sua obra.

Por paradoxal que pareça, o culto à personalidade existe nos meios literários goianos, onde já se aparece o surgimento de uma aristocracia intelectual que não admite a menor restrição às suas obras e que só se sente bem com o alimento reconfortante da crítica elogiosa. Posso estar errado, mas esta é a impressão que tenho e com muito prazer e satisfação não hesitarei em reconhecer o meu êrro, se por ventura verificar, mais tarde, o meu equívoco.

Êste estado de coisas somente foi possível em virtude do comportamento estreito da crítica literária, crítica esta que se caracteriza pelo elogio fácil e exagerado, cuja inspiração mais fecunda são sempre relações de amizade. Êsse tipo de crítica abastada é conhecido por crítica de camaradagem, crítica de graça, ou crítica a favor. Aliás, é muito cômodo e fácil utilizar-se de tal crítica ainda mais, é vantajoso, porque ela não acarreta aborrecimentos, não desperta ódios nem ressentimentos, cria boas relações, e o crítico passa a ser tido como sujeito bem comportado de gênio pacífico e acomodaticio. Se, por acaso, o crítico fôr um romancista, contista ou poeta em potencial, então, com bastante antecedência, fica-lhe assegurado o seu direito de nascituro, que implica uma boa acolhida para as suas futuras produções literárias, mesmo que venham a ser refinadas bobagens impressas.

Pois bem, os adeptos do culto à personalidade já começaram a lançar uma contrafacção de concurso para a escolha de o maior romancista e de o maior poeta de Goiás. O problema da escolha não vem sendo apresentado às claras, como soe acontecer nos chamados concursos de beleza. A escolha já é feita antecipadamente e imposta, definitivamente, após uma

repetição rítmica, harmoniosa, uníssona dos partidários do culto à personalidade. Nada mais prejudicial pode haver para a nossa literatura do que êsse arremêdo de concurso. Convenhamos, os interessados deviam acompanhar, pelo menos, a moda dominante e escolher dez em lugar de um. Está tão em voga escolher os dez homens mais elegantes, os dez brotinhos mais brotinhos, etc... Nada mais natural escolher, então, os dez romancistas mais romancistas e os dez poetas mais poetas de Goiás.

A minha atenção para o assunto foi despertada quando lia certo trecho de um artigo de A. G. Ramos Jubé, no qual o poeta pretendeu, inutilmente, retificar conceito de Homero Silveira, o crítico paulista que teve a honestidade de dizer algumas verdades à respeito do movimento literário goiano. O referido trecho é o seguinte: “Bernardo Ellis – o grande ausente no ‘flash’ do Homero! Reivindico para Bernardo o lugar que lhe pertence: cabe-lhe, penso, o título de ‘a mais forte personalidade de local’. Com a devida licença do Eli Brasiliense, cuja literatura tenho em grande aprêço, ‘Ermos e Gerais’ dá ao Bernardo êsse direito. O romance ‘O Tronco’ virá garantir-lhe a posse e domínio exclusivo” (*Folha de Goiás*, de 9-9-1956). Mas, que extraordinário teria escrito Homero Silveira para receber, de cheio, uma retificação de Ramos Jubé? À primeira vista, se tem a impressão de que Homero Silveira andou preocupado com a escolha, mas, a verdade é que ao crítico paulista não interessou essa futilidade de identificar o maior romancista goiano. A simples leitura do que escreveu sobre Goiás é o suficiente para compreender isso e o necessário para verificar que o poeta goiano avançou o sinal, graças ao que, ficamos conhecendo uma particularidade interessante da vida literárias estadual.

Na parte que interessa, eis as palavras de Homero Silveira: “... Eli Brasiliense representa o romance. Eli é o romancista dos garimpos, do homem do interior, natureza agarrada à terra e seus problemas, parecendo-se a mais forte personalidade local, pelo menos nesse setor” (*O Jornal*, de 5-8-1956).

A priori, por mais incrível que pareça, Jubé reivindicou para Bernardo Ellis o título de maior romancista goiano. Quando Homero Silveira externou sua opinião, Bernardo Ellis ainda não havia colocado seu primeiro romance ao alcance do público e, por antecipação, o crítico paulista não podia referir-se ao autor de “O Tronco” como romancista. É preciso convir também, que o pensamento de Homero Silveira foi externado à título de informação e não, de julgamento. Somente o culto à personalidade pode explicar o comportamento de Jubé. E Jubé ainda tão apegado ao problema que reservou, desde agora, o título de o maior poeta de Goiás para o seu fraternal amigo, o poeta Gilberto Mendonça Teles (*o que significa isso? GMT foi eleito o maior poeta goiano?*) (*Folha de Goiás*, de 18-11-1956). E o poeta de “Estrela d’Alva”,

seguindo as normas do culto à personalidade, já considerou Bernardo Ellis “o nosso escritor mais nosso e mais escritor” (*Jornal de Notícias*, de 24-10-1956), e se considerou “capaz de produzir, por dia, doze poemas” (Artigo de Sílvia Nascimento em *O Popular*, de 8-11-1956).

Somente uma crítica vigorosa, honesta, frontal, poderá repor as coisas nos seus devidos lugares. É preciso ficar esclarecido, ainda, que os leitores goianos não desejam saber se o maior é A, B ou C e se o maior poeta é D, E ou F. Eles não se sentem angustiados com a questão, ao contrário, têm as vistas voltadas para outros rumos, tanto que estão a exigir dos intelectuais, melhores romances, contos, melhores poesias e muita crítica (não do tipo dessa crítica de pai para filho que perambula por aí).

ANEXO G**Artigo de A. G. Ramos Jubé rebatendo Jarmund Nasser publicado no *Jornal Oió*****P.S. – CULTO À PERSONALIDADE**

A.G. Ramos Jubé

(Jornal Oió, n. 4, p. 4, 3 e 6. maio de 1957)

Andei uns dias hesitando sôbre se deveria, ou não, defender-me de acusações que me fêz, em seu artigo publicado no número de março deste mensário de Olavo Tormin, o prezado colega Jarmuns Nasser; não sei se valeria a pena. Mas êste ex-companheiro dos bancos de Faculdade me parece ser um sujeito de boas intenções e apesar dos pesares não escreve mal. Resolvi prestar-lhe os esclarecimentos que julgo necessários, em atenção às qualidades que possui. Seu pensamento a respeito da crítica de camaradagem e outras coisas de nosso mundo literário não é, mesmo, destituído de certa razão. O que não acho razoável é sua observação de que, em Goiás, ‘já se apercebe o surgimento de uma aristocracia intelectual que não admite a menor restrição às suas obras (sic) e que só se sente bem com o alimento reconfortante da crítica elogiosa’. Trata-se na verdade, de um juízo falho e injusto sôbre o nosso meio provinciano. Aqui, que eu saiba não existe quem se coloque acima das críticas que se lhe fazem; isto com referência aos verdadeiros talentos, pois que os ‘bocós’ existem em tôda parte.

Agora, pura bobagem dêsse colega acusar-me de estar promovendo uma ‘contrafacção de concurso’, para a escôlha do maior romancista e o maior poeta de Goiás! Não tenho e jamais tive tal idéia. São histórias... Não pretendo crer que o Nasser (o Jarmund) queira negar-me o direito de possuir, mui humildemente, as minhas estimas literárias, que, em última análise, giram em tórno do que aqui temos de melhor, sem dúvida! Mas o Jarmund não está vendo bem e a prova é que me censura por querer ‘retificar’ conceitos de Homero Silveira, emitidos no “Flash Goiano”, que o escritor paulista publicou em ‘O Jornal’. Ora, eu nada quis retificar no ‘flash’ de Homero Silveira! O texto, de minha autoria, que êle transcreve, contradiz a infeliz alegação. Apenas disse que Bernardo Elis estava ausente. E não estava? E nada mais fiz do que externar a opinião de que Bernardo, a meu ver, é a mais forte personalidade local. Bernardo Elis ocupa uma posição privilegiada em nossa modesta literatura: seu livro ‘Ermos e Gerais’ é inegavelmente um grande livro de contos. E não sou eu, somente, quem o tem em tal conta: Oscar Sabino Júnior, em artigo no mesmo número afirma que se trata de ‘um

livro talentoso e renovador entre nós'. Para não mencionar os pareceres que vieram de fora...

Afirmar que Homero não fêz julgamento, em sua apreciação do panorama literário goiano já chega a ser ingenuidade. Homero pronunciou vários juízos sôbre nossos artistas e homens de letras, chamando-os, inclusive, de passadistas. Quem informa não tem a preocupação de emitir juízos, e Homero a teve. Homero julgou os nosso intelectuais e não falou em Bernardo Elis. Por que se 'Ermos e Gerais' já existia, com a repercussão que alcançou no Brasil? O que tornou extranhável a omissão foi o fato de que na conferência, pronunciada na Assembléia, por ocasião da I Semana de Arte, o ilustre crítico referiu-se a Bernardo Elis e o pôs ao lado de Hugo de carvalho Ramos. E disse mais: que seguindo a tradição dos dois vinha Eli Brasiliense e os demais. Invoco o testemunho de todos os que presenciaram a bela palestra do escritor.

Não desejo acreditar que o novel crítico das letras goiana quisesse fazer jôgo hábil com o sentido de minhas palavras por êle sôfregamente transcritas (ao dizer que reivindiquei, para Bernardo, o título de o maior romancista goiano, o que cheiraria, e muito, a má fé... Prefiro pensar que não o interpretou como devia. Pois, nas próprias palavras de Homero Silveira, também por êle trasladadas, para prova do fato, vem afirmação em contrário. Estou certo de que não reparou na ressalva 'pelo menos nesse setor'. Veja bem, que lá está.

Quer dizer, claramente, Eli no entender do Homero, é 'a mais forte personalidade local' e, se não fôr, o é pelo menos no romance. Ora, eu não disse que Bernardo era maior no romance, mas que o considerava 'a mais forte personalidade local', por sua posição de precursor e renovador de nossa ficção. Temí como é óbvio, um sentido mais amplo o texto transcrito, de minha autoria.

Outra injustiça que Jarmund me faz é dizer que reservei o título de maior poeta a meu amigo Gilberto Mendonça Teles. Injustiça feita mais ao poeta do que a mim mesmo, pois que Mendonça Teles tem realmente, essas possibilidades. Mas o interessante é notar que, no artigo que publiquei em Fôlha de Goiás sôbre o livro "Estrêla d'Alva", fui bastante severo, fui duro para com os novos versos de Gilberto; disse até que não traziam nenhuma novidade, criticando-lhe, àesperamente, os poemas – e a isto o articulista não faz referência... Tenho para mim que a crítica não se faz metendo o páu a torto e a direito, e metendo os pés pelas mãos matando as esperanças faltando com o estímulo de que o iniciante necessita. Não; a questão é saber criticar e criticar a fundo analisando os aspectos formais e técnicos da obra, penetrando em seu conteúdo, para verificar se resiste como criação artística – e não censurar e destruir, desarrazoadamente. Meu caro colega aí, esqueceu-se de que o crítico deve ser imparcial, como um juiz e agiu como advogado que é...

Repito que suas considerações sôbre a crítica de elogio não são de todo destituídas de razão; entretanto, não lhe ocorreu que nem sempre um crítico se inicia fazendo elogios, para o fim de contar com bom acolhimento a futuras obras, “mesmo que venham a ser refinadas bobagens impressas”. Há também os que tentam a literatura atacando os outros, procurando atrair a atenção para si. É também um fenômeno literário que está a merecer estudos. E é compreensível bem compreensível; só que não me parece honesto.

ANEXO H

Entrevista de Eli Brasiliense ao *Jornal Oió*

“Cavalo que anda com passo lerdo precisa mesmo de algumas lambadas”

O autor de “Chão Vermelho” faz rápidas declarações à reportagem – Escreve a qualquer hora e com qualquer tempo, mesmo ao som de um rádio ligado, transmitindo futebol

(sem autor, *Jornal Oió*, n. 3, p. 1 e 8, abril de 1957)

Homero Silveira, fazendo uma análise do momento cultural de Goiás afirmou que Eli Brasiliense é a mais forte personalidade entre os nossos intelectuais. Com efeito, o autor de “Pium” forma com Bernardo Elis a dupla dos mais conhecidos, respeitados e estimados escritores, seja pelo incontestado valor de suas obras, algumas com renome internacional, seja pela franca comunicabilidade que se encontra por parte do referido homem de letras.

Eli, que é um excelente chefe de família, reside num dos recantos mais simpáticos da capital, na Alameda dos Buritis, nome que parece ter sido criado mesmo para a residência de um homem de pensamento como o criador do “Bom Jesus do Pontal”. Pois foi ali, no aconchêgo de seus entes queridos, que fomos encontrá-lo num dia destes, menos para uma entrevista, mas sobretudo para bater um papo e sorver o delicioso cafezinho feito pela sua digna esposa.

Preferências do escritor

Recebidos à porta pela linda filha do escritor, a jovem Lucieli Brasiliense, esta nos informou que o pai estava no quintal: Eli naquele instante executava uma das tarefas que êle faz diariamente pela manhã – dava milho às galinhas.

Ao entrar na sala, onde já nos havíamos aboletado numa agradável poltrona, fêz a clássica saudação:

– Alô, irmão. Tudo bem?

A conversa correu franca. Perguntamos-lhe, inicalmente, como encarara as críticas feitas pelo Homero Silveira ao movimento literário e artístico de Goiás. Com sua franqueza característica, êle nos responde:

“Muito justas e oportunas. Cavalo que anda com passo lerdo precisa de umas lambadas de vez em quando. Isto veio despertar-nos para as responsabilidades da hora presente.

Literatura não é brincadeira, simples jôgo de palavras para desocupados. É coisa muito séria, poderosa fôrça participante em todos os acontecimentos que estão relacionados com o progresso de um povo”.

Interpelamo-lo, a seguir, qual o sistema que adotava para escrever os seus livros, ao que observou:

– Quando tenho assunto para escrever, em qualquer hora do dia ou da noite, sob qualquer tempo, com silêncio ou alto-falante perto, irradiando partida de futebol.

A uma pergunta sôbre se tinha em mente escrever outros livros, disse sorrindo: “Sim. Acho que é muito cêdo para pensar em aposentadoria literária. Memórias? Não. Prefiro inventar”.

Depois, a conversa resvalou para outros assuntos, perdendo o caráter formal de entrevista. Dela, extraímos algumas afirmações do escritor, dentre as quais registramos três:

1) Dos livros que já escreveu qual considera o melhor?

– Considera uma pergunta muito difícil de ser respondida.

3) Está satisfeito com a sua vida? Se não fôsse o que é, o que desejaria ser?

– Os meus credores sempre foram pacientes. Estou satisfeito com o que sou, mas gostaria de ser médico, especialmente para dedicar-me à cirurgia.

Em seguida, o fotógrafo Hélio de Oliveira fêz alguns flagrantes. Eli, avêso a fotografias, só a instâncias do jornalista, concordou em posar para os “flashes” ue ilustra, a reportagem.

ANEXO I

Entrevista de A. G. Ramos Jubé a Jarmund Nasser publicada no *Jornal Oió*

MURAL DE IDÉIAS

“Não temos crônica”, afirma Jarmund Nasser

A. G. Ramos Jubé

(*Jornal Oió*, Goiânia, jan. 1958, n. 12, p.3.)

Jarmund Nasser, sobrinho de Alfredo Nasser, é a mais recente revelação de crítico, em Goiás. Começou a escrever neste jornal, no ano passado, mostrando-se, desde logo, preocupado com o debate de algumas questões de nossas letras. “Seus primeiros artigos, um tanto agressivos, visavam, diretamente, o grupo vinculado à ABDE, criticando-lhe as atitudes que lhe pareciam vulneráveis. Entretanto, o escritor acabou por integrar-se no grupo, constituindo-se, hoje, em um de seus mais ativos (e combativos) elementos.

Seu primeiro trabalho versou sobre o romance ‘O Tronco’, de Bernardo Elis, agitando o ambiente e despertando polêmica entre os intelectuais. Ainda nesta entrevista, volta êle ao assunto, para esclarecer as razões de seu ponto de vista, expendido naquele artigo. Outros trabalhos de Jarmund focalizaram os romances ‘Chão Vermelho’ e ‘Riachão’.

Jarmund é natural de Caiapônia, onde reside e mantém banca de advogado – um dos bons profissionais do Estado, segundo a opinião do Desor. Alceu Galvão de Velasco. Fêz o curso ginásial na cidade mineira de Uberlândia, e ali dirigiu o jornal ‘Mocidade Livre’, da União dos Estudantes, em 1946. Transferindo-se, depois, para o Rio, cursou o científico no Colégio Pedro II, e, terminando este, ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, fazendo aí os três primeiros anos. Em 1951 vem para Goiás e conclui o curso na Faculdade de Direito, saindo bacharel na turma de 1952, ao lado do crítico Oscar Sabino Júnior, do poeta Antonio Leão Teixeira (atualmente inativo), do escritor e cineasta Leo Godoy Otero (que publicará um livro de contos pela José Olímpio, como está anunciado) e de seu entrevistador. A turma de 52, da Faculdade de Direito, portanto, com exceção do repórter, está honrando a tradicional casa.

Formulamos a Jarmund Nasser perguntas sobre o objetivo da crítica literária, em sua opinião; sobre a crônica, gênero atualmente muito em moda, com os debates que há pouco provocou, entre intelectuais brasileiros, no Rio; e, finalmente, sobre os problemas literários de nossa província, que devam merecer maior atenção dos estudiosos. Eis as respostas.

P. – Que aspectos da obra literárias deve o crítico abordar, em princípio?

R. – Antes de responder a sua pergunta, permita-me uma pequena digressão. No terreno da teoria da crítica literária, nada está definitivamente assentado e aceito universalmente. As formulações teóricas sobre a própria natureza da crítica, por exemplo, são bastantes imprecisas, a tanto que ainda se discute se ela é arte ou ciência. Até a respeito da função da crítica se discute. Por outro lado, existem vários tipos de crítica literária e cada um é informado por princípios diferentes. Os próprios críticos, às vezes, se mostram inseguros ao expor e defender os princípios por eles aceitos como verdadeiros.

Assim, a questão que você me propõe não é tão simples como possa parecer à primeira vista, pelo menos para mim, que me considero um simples estudante de literatura sem maiores pretensões. A razão dessa complexidade está no fato de ainda não ser bem preciso o campo de atividade da crítica literária e a sua pergunta envolve o problema do seu objeto. Entretanto, a minha opinião atual é a seguinte: julgo que, em princípio, o crítico deve apreciar os aspectos de forma e conteúdo que ele considerar fundamentais, isto é, aqueles elementos da obra que constituem a sua característica marcante e que ao serem analisados, explicados e interpretados, segundo o método adotado, possibilitam ao crítico chegar a uma conclusão satisfatória sobre o valor literário dela. Tais aspectos, é evidente, variam de obra para obra e cada crítico, de um modo geral, os identificará de maneira diversa.

Para um julgamento global de uma obra literária, não basta que o crítico lance mão apenas de um de seus aspectos fundamentais. Entretanto, quando ele vise outro fim, isto pode ocorrer. É o que se deu comigo quando estudei, apenas, um determinado aspecto de ‘O TRONCO’, romance de Bernardo Elis, pois eu visava demonstrar, somente, que ele não era outra coisa senão a ‘Expedição Histórica nos Sertões de Goiás’, de Guilherme Coelho, romanceada.

P. – Que pensa da crônica?

R. – Nada de mal. Apenas lastimo a sua ausência em Goiás. Mesmo que seja uma contradição, a verdade é que temos cronistas, mas não temos crônica.

P. – Quais os problemas de literatura, em Goiás, que devem merecer atenção?

R. – Somente êste: fazer romance, poesia e conto à altura do atual desenvolvimento da literatura brasileira. Nada mais, nada menos.